

EDNA APARECIDA DE CARVALHO PACHECO

**MOVIMENTO SOCIAL URBANO ESTRELA DA VITÓRIA: PERCEPÇÕES E
INTERPRETAÇÕES - 2002-2003**

EDNA APARECIDA DE CARVALHO PACHECO

**MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: ESTRELA DA VITÓRIA – PERCEPÇÕES
E INTERPRETAÇÕES - 2002-2003**

Tese apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Franca, para obtenção do título de doutor em Serviço Social.

Área de Concentração: Trabalho e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. José Walter Canôas

Franca
2004

EDNA APARECIDA DE CARVALHO PACHECO

**MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: ESTRELA DA VITÓRIA – PERCEPÇÕES
E INTERPRETAÇÕES - 2002-2003**

COMISSÃO JULGADORA

TESE PARA OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR

Presidente e Orientador: Prof. Dr. José Walter Canôas

2º Examinador: Adair Cáceres Passini.

3º Examinador: Martha Maria dos Santos.

4º Examinador: Luiz Antônio Hungria Cecci.

5º Examinador: Maria Rachel Tolosa Jorge.

Franca (SP), 23 de Novembro de 2004.

Dedico este trabalho

. ao Fernando, Paulo
Fernando e Guilherme
estimulantes ingênitos da
minha trajetória pessoal e
profissional.

. a todos moradores do
Estrela da Vitória pelo
exemplo de luta, coragem,
senso de justiça e
intencionalidade com que
desbravam os caminhos
impostos para suas
existências.

AGRADECIMENTOS

Ao professor José Walter Canoas, orientador, que com seus ensinamentos e convicções teóricas estimulou a minha busca pelo estudo do pensamento marxista, pelo incentivo no projeto pessoal de manter o vínculo com a academia e a compreensão e paciência no trato com os meus limites durante o processo de construção desse trabalho.

A todos os docentes da Universidade Estadual Paulista UNESP – Campus de Franca, pelos exemplos cotidianos de sabedoria colocados na tarefa de construção do conhecimento, nos permitindo apreender no processo a instauração do inesperado e considerar a contradição como forma universal de ser.

Aos professores do Curso de Serviço Social da Universidade de Uberaba pela oportunidade da convivência profícua e agradável.

A todos os alunos do Curso de Serviço Social da Universidade de Uberaba pela interlocução reflexiva presente no processo de aprendizagem, que muito contribuiu para a definição da temática desse trabalho.

A Ana Carolina, pelo exemplo de dedicação aos ideais da profissão do assistente social aprendidos e materializados na prática junto aos moradores do território urbano denominado “Estrela da Vitória”.

Aos sujeitos sociais entrevistados pela colaboração fecunda e pelo desprendimento e lucidez com que me ajudaram a percorrer o caminho das descobertas.

Aos moradores do “Estrela da Vitória” pelo exemplo de coragem e bravura na intencionalidade da luta e acolhimento solidário para a consecução

dos meus objetivos.

Ao Fernando, Paulo Fernando e Guilherme pelo incentivo carinhoso, abnegação e compreensão com que abdicaram da minha presença durante o tempo de estudos e elaboração da tese.

Aos meus pais pelo apoio e estímulos constantes.

RESUMO

Trata-se da análise crítica da importância e dinâmica do movimento de luta pela moradia em Uberaba – MG. Parte da recuperação histórica do surgimento da ação planejada por indivíduos que reconheceram a sua condição de exclusão social e territorial, adotaram a prática de organização popular para dar visibilidade a sua condição miserável de vida e reivindicar o protagonismo do governo local, responsabilizado como determinante no impedimento do encaminhamento da questão habitacional do município. A orientação teórico-metodológica adotada garante o desvelamento dos meandros culturais e políticos que alimentam a estratégia dos moradores e os rebatimentos oposicionistas. O conceito de contradição é fundante para a compreensão da ação dos homens, que na sua materialidade se orienta pelos objetivos específicos que são coletivamente definidos e perseguidos na ação política implementada e defendida como alternativa, não apenas de acesso a direitos sociais, mas também alternativa de inclusão no processo decisório de definição, implantação e implementação de políticas sociais.

Palavras Chaves: movimentos sociais; serviço social; prática social; conhecimento; contradição.

ABSTRACT

It is the critical analysis of the importance and dynamics of the movement for the fight for the dwelling in Uberaba - MG. It leaves of the historical recovery of the appearance of the action drifted by individuals that recognized its condition of social and territorial exclusion, they adopted the practice of popular organization to give visibility its miserable condition of life and to demand the local government's protagonismo, made responsible as determinant in the impediment of the direction of the habitational subject of the municipal district. the adopted theoretical-methodological orientation guarantees the desvelamento of the cultural and political intrigues that feed the m speakers' strategy and the rebatimentos oposicionista. The contradiction concept is fundante for the understanding of the men's action that is guided by the specific objectives in its materialidade that are collectively defined and pursued in the implemented political action and defended with alternative, not just of access to social rights, but also inclusion alternative in the process definition decisório, implantação and implementação of social politics.

Keywords:: social movements; social service; social practice; knowledge; contradiction.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABRACO - Associação Brasileira de Rádios Comunitários.

BR - Brasil – designação de estradas da malha rodoviária brasileira, mantidas pelo Governo Federal.

CMP - Central de Movimentos Populares.

CCO – Construtora Centro Oeste Empreendimentos LTDA

CAPIT – Centro Assistencial e Profissional Integrado dos Trabalhadores em Transportes.

COAGRA – Companhia Habitacional do Vale do Rio Grande.

MST – Movimento dos Sem Terra.

MULPM – Movimento Uberabense de Luta pela Moradia.

PCdo B – Partido Comunista Brasileiro.

PDT – Partido Democrático Brasileiro.

PMDB – Partido da Mobilização Democrática do Brasil.

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados.

PT – Partido dos Trabalhadores.

PV – Partido Verde.

UNIUBE – Universidade de Uberaba

LISTA DE FIGURAS

Foto 1 –	Moradores transitando pela avenida principal do território	98
Foto 2 –	Trecho final do espaço territorial ocupado pelos militantes do movimento	99
Foto 3 –	As primeiras moradias	100

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I – A PESQUISA: NATUREZA E PROCESSO	22
1.1 Origem do método materialismo histórico	22
1.1.1 A pesquisa	25
1.1.2 Caminhos do conhecimento: a metodologia da pesquisa	30
1.1.3 Caracterização dos sujeitos sociais	31
1.1.4 Categorias centrais de análise	36
CAPÍTULO II –DESAFIOS DO ESPAÇO URBANO	41
2.1 Caminhos de análise do espaço urbano	43
2.2 Perspectiva de produção do espaço	50
2.3 As cidades: do espaço de convivência dos agrupamentos humanos a palco de políticas e cenário de intervenções	64
CAPÍTULO III –UBERABA: ESPAÇO URBANO CONTRADITÓRIO	73
3.1 O espaço urbano brasileiro, o indivíduo e os movimentos sociais	75
3.2 Cultura: mediações e simbologia	83
3.3 O movimento uberabense de luta pela moradia “Estrela da Vitória”	87
CAPÍTULO IV – PENSAR <i>VERSUS</i> VIVER – APROXIMAÇÕES ENTRE EXPERIÊNCIA VIVIDA E AS CATEGORIAS TEÓRICAS	115
4.1 Movimentos sociais	115
4.2 Qualidade de vida	125
4.3 Investigação e intervenção	130
SÍNTESE CONCLUSIVAS E PERSPECTIVAS	138
BIBLIOGRAFIA	145

INTRODUÇÃO

O Serviço Social é profissão que se inscreve desafiante na relação capital-trabalho, é uma profissão instigante, especialização do trabalho que se manifesta pela via da atuação do assistente social. Com um construto de formação da identidade profissional articulado com o surgimento e ascensão do capitalismo, com a luta de classes e os antagonismos que marcam este modo de produção, a identidade profissional funciona como elemento definidor da participação da profissão na divisão social do trabalho e na totalidade do processo social.

Enquanto especialização do trabalho manifesto na ação profissional o Serviço Social se inscreve no âmbito da produção e reprodução da vida social, das relações sociais de indivíduos, grupos e classes sociais. Essas relações são relações de luta e confronto entre classes e segmentos sociais que têm no Estado a expressão complexificada de poder vigente na sociedade.

Por se relacionar com as várias dimensões da vida social, a prática profissional do assistente social preestabelece a condição da ótica da categoria da totalidade como condição para apreender a significação e os limites de uma ação, de uma medida, de uma realização, de uma lei, etc que, por sua vez, poderiam ser avaliadas mediante à compreensão dialética das mediações concretas múltiplas que constituem a complexificação social.

Desse modo, trabalha-se com o entendimento da totalidade para o conhecimento e análise do real. Para entender a totalidade é preciso levar em conta que conhecimento pressupõe análise, e análise pressupõe divisão.

É preciso cindir a totalidade para imprimir-lhe movimento e, jamais

esquecer de que não há totalidade conclusa porque há movimento permanente na busca da totalização, essa premissa permeia o estudo que busca analisar criticamente a importância e a dinâmica do movimento social de luta pela moradia em Uberaba – Minas Gerais.

A categoria da história representa, nesse processo, o fio condutor para conectar os diferentes caminhos percorridos e aqueles a percorrer. A realidade configurada, primeiro como objeto do conhecimento e, depois como objeto de transformação, exige a adoção da perspectiva do conhecimento não enquanto contemplação, mas sim conhecimento entendido como “arma” para o enfrentamento do sujeito com a sua realidade a ser transformada.

Numa estrutura significativa como no caso de um movimento social que busca alternativa concreta para a condição de moradia para os seus membros constituintes, onde há manifestações culturais e afetivas, o comportamento dos indivíduos representa condições de minoria, pois só se realiza em condições privilegiadas – ocupar cargo na diretoria, ter acesso a palavra em reuniões e ou assembléias, assim indivíduos particulares atingem domínios limitados e, quando tais domínios coincidem com as tendências do grupo configura-se numa coerência externa.

Por isso, falar na categoria da história implica reconhecer o esforço desses grupos e encontrar um conjunto coerente e significativo de respostas para os problemas que lhe são colocados pelas suas relações com o mundo real, porque a concretude cotidiana nasce da concomitância das ações entre o homem singular e as circunstâncias sociais em que atua; todo ato individual está subordinado a determinações gerais e a ação origina efeitos posteriores independentes das intenções conscientes, ou seja, produzem alternativas de

estruturas semelhantes.

Para o assistente social a validade do conhecimento está na sua própria ação, isto é, ele é parte da prática profissional do assistente social no seu exercício junto aos vários segmentos, à população e aos movimentos sociais.

A ação pela qual o homem transforma a realidade e se transformam a si mesmos só pode se realizar, em profundidade, num processo histórico extremamente complexo, que depende de intervenções práticas, mas principalmente de convicções que se formam pouco a pouco, com mudanças sutis, em percepção e sensibilidade.

O processo de formação dos intelectuais está normativamente relacionado a experiência vivida em uma unidade de ensino responsável que são, pela introdução e desenvolvimento do sujeito nas mais diversas disciplinas do conhecimento.

A formação, no entanto, deve superar meras aproximações aos prolegômenos das ciências entendidas como forma de expressão da busca do significado da existência individual e coletiva em contraposição às religiões e filosofias.

A ciência é forma hegemônica, ao menos nas sociedades ocidentais, de construção da realidade em razão das suas possibilidades de responder as questões técnicas e tecnológicas determinadas pelo desenvolvimento industrial e, a partir da adoção de uma linguagem fundamentada em conceitos, métodos e técnicas para a compreensão do mundo, das coisas, dos processos, dos fenômenos e das relações, a ciência exige saber pensar porque o pensar é a chave para o seu domínio, é através do pensar que o sujeito se apossa do poder do especialista e se instrumentaliza como generalista.

É preciso considerar o ideário de luta dos sujeitos sociais que se articulam num movimento social para reivindicar seus direitos, como no caso do Movimento Estrela da Vitória. Um breve olhar sobre os preceitos jurídico-políticos que normatizam os direitos fundamentais do homem na sociedade podem localizar a legitimidade do direito à habitação, ou como citado na legislação, em alguns dispositivos, o direito à moradia, por exemplo: Artigo 25, da Declaração Universal dos Direitos Humanos; Artigo 11, do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; Artigo 26, da Convenção Americana sobre os Direitos Humanos¹ e Artigo 7, IV, da Constituição da República Federativa do Brasil.

A dimensão conservadora da ordem social vigente exige do profissional de Serviço Social comprometimento, ou atitude política materializada em estratégias teórico-metodológicas que manifestem a coerência aos princípios de igualdade, liberdade e justiça social determinantes do projeto ético-político da profissão. A liberdade se entendida como núcleo central na sua concretude é concebida como possibilidade de escolhas entre alternativas concretas. Assim se define uma intervenção social que pressupõe o respeito e compromisso com a fomentação da autonomia, da emancipação e da plena expansão dos indivíduos sociais.

O pano de fundo do ideário de uma nova ordem societária que exclui a relação de dominação e (ou) exploração de classes, etnia e gênero passa necessariamente pela adoção da justiça social, enquanto valor orientador da prática político-pedagógica no desempenho profissional com sujeitos coletivos.

¹ Adotada e aberta à assinatura na Conferência Especializada Interamericana sobre Direitos Humanos, em San Jose da Costa Rica, em 22/11/1969 e ratificada pelo Brasil em 25/09/1992.

A justiça social é princípio ou série de princípios aplicados de modo particular para resolver direitos conflitivos, que surgem da necessidade de cooperação social na busca do desenvolvimento individual. Esse princípio, o de justiça social, está intimamente relacionado a distribuição eqüitativa da produção de bens e serviços.

A divisão social do trabalho favorece o aumento dessa produção, o desafio está em como distribuir os frutos dessa produção entre aqueles que cooperam no processo.

O princípio de justiça social deve compreender a divisão do produto como, também, a alocação adequada dos danos surgidos no processo do empreendimento de produção conjunta, ou seja, como avaliar os mecanismos que são usados para essa distribuição e como ela se aplica aos indivíduos, aos grupos, às organizações aos territórios, enfim.

O pressuposto do valor de justiça social deve ser contextualizado no modo de produção capitalista, que na sua essência é centralizador de riquezas e poder, onde a organização social da escassez e privação associada aos interesses do mercado que são antagônicos a todo e qualquer princípio de justiça social.

Precisaríamos nos mover em direção a um novo padrão de organização social no qual o poder invisível do mercado seja substituído por formas de planejamento descentralizado, a escassez e a privação sejam eliminadas e o sistema de competição degradante seja substituído por incentivo ao trabalho, aumentando o poder produtivo total caracterizando-o como suficiente para atender as necessidades da sociedade.

Aliás, a necessidade é parâmetro de análise para se exercer a

justiça social. A necessidade é uma categoria da consciência humana, portanto relativa e em constante mudança; por exemplo, a necessidade de moradia carrega consigo outras categorias que minimamente precisam ser atendidas e, este mínimo varia de acordo com as normas sociais e culturais de cada comunidade ou de cada momento histórico vivido pela sociedade.

A finalidade desse estudo tem os seus limites determinados pela convicção de que o trabalho intelectual, quando busca explicar ou interpretar um fenômeno não produz a sua transformação, mas configura importante passo na desmistificação das representações que permeiam a vida cotidiana e abrem perspectivas reais e concretas para estratégias e caminhos a percorrer com vista à transformação da realidade, bem como, possibilita acrescentar aportes importantes aos estudos já realizados sobre a temática, permitindo a redescoberta de dimensões ainda pouco exploradas.

Movimento social é a expressão concreta da classe trabalhadora em movimento. A ação pensada dos homens em prol de uma demanda social qualificada - a moradia - materializada pelo conjunto de práticas sociais e o caráter cíclico conferido na história da formação dos bairros da cidade de Uberaba, que tiveram a sua origem na ação reivindicatória pela via da ação coletiva de estrato populacional, que acreditou na estratégia de ação organizada para garantir o direito básico de sobrevivência no espaço urbano.

É bem verdade que a existência real de interesses comuns por si só não constitui um movimento social, é preciso que o grupo coletivo tenha uma identidade comum; uma experiência cultural em comum. As demandas geradas a partir da ação coletiva devem ser articuladas com a essência das carências ou demandas que fundamentam as reivindicações e, em consonância com o legado

cultural que orienta a sua prática.

As ações subseqüentes deverão ser orientadas por uma base coerente de repertórios, ideais e valores que poderão gerar inovações culturais e econômicas.

A estabilidade e a continuidade do movimento estudado estão subordinadas a sua eficácia simbólica e política de aglutinar grupos de interesse ao potencial de transformação dos movimentos sociais. Ele é explícito quanto aos interesses individuais e coletivos, constitui uma dimensão da cultura, está diretamente ligado a organização social e aos processos de mudança social.

Implica relações de poder e por isso é essencialmente político. Participando direta ou indiretamente da luta política da cidade, o movimento de luta pela moradia em Uberaba – Estrela da Vitória, enquanto projeto com a sua prática, contribuirá para o desenvolvimento e transformação da sociedade local, pela via da denúncia, da participação que os instrumentaliza ao protagonismo singular e coletivo.

A problematização da temática, de forma sintética, pode ser representada pelas seguintes indagações: após o refluxo dos movimentos sociais brasileiros ocorridos principalmente na década de 90, que novos desafios a realidade apresenta para a ação coletiva propositiva dos movimentos sociais? Trata-se de estratégia política-ideológica para a consecução de interesses e necessidades comuns? Quais os novos caminhos que se redefinem para os movimentos sociais brasileiros diante do processo de exclusão social que atinge a classe trabalhadora?

Enquanto pesquisadora interessa-nos estudar a classe trabalhadora, entendida como classe social, ou seja, categoria econômica fundamental que se

–constitui historicamente, conforme suas lutas e ações coletivas que aglutinam indivíduos, grupos e movimentos na sociedade civil e política no contexto urbano de uma cidade de porte médio do interior do Estado de Minas Gerais.

A contradição é a categoria própria de uma matriz teórica transformadora que orientará as reflexões sobre as dinâmicas e lutas do Movimento pela moradia da cidade de Uberaba, configurado como objeto de estudo nesse trabalho, qualificando a organização dos sujeitos sociais enquanto expressão de participação e cidadania, enquanto atividade objetiva sócio-histórica dos sujeitos atores que com suas ações desvelam a essência da dialética – a luta dos contrários, a lei da contradição.

A sistematização investigativa dessa prática singular quer superar a mera descrição do fato e alcançar a categoria da possibilidade objetiva e descobrir pensamentos e sentimentos que os homens tiveram, naquele determinado momento, quando decidiram “invadir a área”. Perceberam perfeitamente a situação e os interesse que daí decorreriam tanto no que se referiu à ação imediata como em relação à estrutura.

Os sujeitos sociais interlocutores são indivíduos que vivenciam diretamente a experiência de luta desde as primeiras atitudes, e aceitaram com vigor o desafio de participar ativamente nesse processo de produção do conhecimento.

Tentando articular teoria e prática ao trilhar os caminhos dessa construção, busca-se configurar, aproximativamente, o objeto com a participação dos sujeitos que o construíram, ou seja, a recuperação é, antes de tudo, histórico-reflexiva fundada no conhecimento e vivência dos seus militantes que se revestiram de relatores da sua história.

Consideramos importante constituir um capítulo que introduzisse o leitor nos meandros metodológicos definidos pela matriz teórica inspiradora da nossa prática profissional e para a realização dessa pesquisa.

O segundo capítulo contém síntese reflexiva sobre os eixos teóricos pesquisados para substanciar a discussão crítica que se propõe a pesquisadora. Na seqüência está configurado o espaço urbano que contém o objeto de estudo e, finalmente no capítulo IV dispõe-se a síntese construída pela via da interlocução teoria–prática iluminada pelas categorias teóricas selecionadas, mas, e principalmente consubstanciada pela percepção em entendimento das categorias e leis constituintes da doutrina que apresenta o método – a doutrina marxista.

Na medida em que milhões de famílias vivem em condições econômicas de existência que separam seu modo de vida, seus interesses e sua cultura do modo de vida, dos interesses e da cultura das outras classes, e as coloca em oposição hostil a essas classes, constituem por sua vez uma classe. Na medida em que há apenas uma interligação local entre esses camponeses pequenos proprietários, e a identidade de seus interesses não cria um elo nacional, comunitário, e nenhuma organização política entre eles, não constituem uma classe. (Marx em O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte,).

CAPÍTULO I – A PESQUISA: NATUREZA E PROCESSO

Na realidade histórica, os movimentos sempre existiram e cremos que sempre existirão. Isto porque eles representam forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas não como força-tarefa, de ordem numérica, mas como campo de atividades e de experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais. (GOHN, 2003, p.13).

1.1 Origens do método materialismo histórico

Adotou-se as diretrizes teóricas próprias do materialismo histórico como fonte teórica orientadora neste estudo por entender a sua representatividade na reconstrução histórica e a materialidade da prática social no desenvolvimento da humanidade ao ressaltar a força das idéias como capaz de introduzir mudanças nas bases econômicas que as originou.

As principais características do método fomentam a reflexão sobre a materialidade da consciência para entender que os agrupamentos humanos, os partidos políticos podem agir para produzir transformações importantes nos fundamentos materiais dos grupos sociais.

Nessa perspectiva o real é conhecível e, refletir sobre questões de um determinado tempo e espaço demanda um movimento contínuo de recuo ao passado, contextualizações no presente e a identificação das suas raízes.

Assim, é possível entender as razões que levaram os sujeitos sociais a trilhar esse ou aquele caminho, pensar desta ou daquela forma e reconhecer caminhos e visões diversas.

O debate teórico sobre movimentos sociais e a produção do

conhecimento sobre essa temática têm evidenciado a multiplicidade de interpretações e enfoques: as diferentes matrizes teóricas que fundamentam a sua análise, o surgimento de novos padrões pós-modernos, a relação dicotômica entre Estado e Sociedade Civil, as formas de participação política não institucionalizadas e não-convencionais, o esgotamento das clássicas organizações centralizadoras, os partidos, os sindicatos, por exemplo, e a discussão sobre os novos formatos organizativos.

Alternativas empreendidas em busca das transformações sociais, sintetizam os estudos e proposições teórico-empíricos do fenômeno cuja origem está nas condições concretas de sobrevivência de uma sociedade dividida em classes com interesses, visões, valores, ideologias e projetos de vida diferentes.

Afora a discussão teórica sobre movimentos sociais a compreensão do seu significado requer a adoção da idéia de que eles, ao longo da história, têm ocupado seus espaços na sociedade civil dando voz à classe trabalhadora.

A socióloga Maria da Glória Gohn – doutora em Ciência Política, pesquisadora da temática movimentos sociais – na sua bibliografia recupera os aspectos teórico-práticos dos movimentos sociais na história das sociedades, principalmente no Brasil. A autora contextualiza histórica, política e economicamente as influências e demandas sociais para os movimentos sociais emergidos no cenário nacional.

A atualidade das discussões de Gohn (2003), pautada sempre na defesa dos movimentos da população manifestar-se. Para a autora os movimentos representam a energia impulsionadora para resistir ao velho e fonte revitalizadora na construção do novo, manifesta estratégia de garantia do acesso a direitos sociais. Na percepção e diferenciação que faz entre movimentos sociais

conservadores fundamentados em xenofobias nacionalistas, religiosas, raciais, etc., e movimentos sociais progressistas emancipatórios cujas propostas são fundamentadas em diagnósticos sociais para atuar em redes com ações articuladas coletivamente que objetivam resistir à exclusão social e lutar pela inclusão. Para a autora os movimentos sociais representam a energia impulsionadora para resistir ao início e a fonte revitalizadora na construção do novo.

O movimento social urbano surge no Brasil na década de 60, contexto temporal no qual o lócus dos bens e serviços são oferecidos aos indivíduos sob forma fracionada. A cidade é transformada num mercado, espaço onde os cidadãos almejam serem tratados como sujeito de direitos civis, políticos e sociais.

A década de 60 é marcada pelo protagonismo do Estado como produtor de bens e serviços de consumo urbano com prioridade de investimentos de acordo com os interesses do capital e, investimento em setores populacionais com alto poder aquisitivo visando retorno lucrativo.

Nesse contexto de lógica perversa, os setores médios e, mais ainda os pobres, vivem uma condição de profunda degradação em razão da falta dos serviços e de políticas públicas.

A reprodução dessa realidade de degradação no cotidiano da população pertencente a esses setores vivenciando os conflitos sociais e os dispositivos reivindicatórios assumindo a identidade configuram os chamados movimentos sociais urbanos. A concepção de Gohn sobre essa especificidade dos movimentos sociais pode ser lida como:

O crescimento e o desenvolvimento dos movimentos sociais urbanos decorrem de seu enraizamento na evolução contraditória dos elementos que configuram a sociedade capitalista, ou seja, o capital monopolista e suas tendências à crise, a luta do capital monopolista em defesa de seus interesses, a luta política de classe e o Estado. (GOHN, 1997, p.190).

Para a autora, os movimentos sociais urbanos representam a materialização da contradição do modo de produção capitalista, principalmente a vertente do capitalismo monopolista.

1.1.1 A pesquisa

A trajetória acadêmica, especialmente o exercício de reflexão estimulado pelo processo de elaboração da dissertação de mestrado, provocou o desejo, a intenção de sedimentar a cumplicidade com a academia e, através da parceria, revitalizar a minha prática profissional, mas, sobretudo buscar capacitação continuada para o exercício da docência.

A vivência acadêmica tem contribuído na assimilação da relevância da capacitação para a prática profissional sintonizada com os propósitos da profissão, instrumentalizando teórica e metodologicamente o sujeito social assistente social na identificação das demandas sociais e conseqüente análise do contexto sócio-histórico que as constitui.

O aprofundamento teórico-metodológico desvelou a condição permanente do exercício do conhecimento através da práxis, que no materialismo indica que a transformação social da realidade é meta viável se a materialização dessas convicções estiverem pautadas na idéia de que o homem é o sujeito transformador, é o agente, e a prática só se materializa nesse sentido se for realizada coletiva e conscientemente.

O caminho buscado para o fortalecimento e valorização da interdisciplinaridade, enquanto categoria teórica prática, configurou-se na prática da pesquisa como tarefa funcional no Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais de Franca, que ajudou na compreensão de que a competência científica demanda o amadurecimento do viver, portanto, a postura profissional/científica se estabelece a partir da visão social do mundo assumida.

O permanente processo de capacitação profissional –condição *sine qua non* a todos os profissionais na busca de seu aprimoramento –sendo a Pós-Graduação um dos graus almejado, conduziu a participação da pesquisadora, já mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social no quadro docente do Curso de Serviço Social da Universidade de Uberaba-MG. Simultaneamente, ocorre sua aprovação como aluna regular do doutorado do referido programa.

A partir do ano letivo de 2002 enquanto docente do curso de Serviço Social da Universidade de Uberaba, entre outras disciplinas ministradas, em especial a denominada no currículo de Classes e Movimentos Sociais despertou maior interesse, curiosidade em razão dos objetivos propostos², do conteúdo programático e pela dinâmica.

Tratando-se de um eixo temático bastante amplo, a disciplina é

² Ao final da disciplina o discente será competente para:

- Identificar as principais contribuições da Ciência Política Clássica para a compreensão do fenômeno do poder e das relações entre o Estado e a sociedade civil.
- Compreender a relação entre Estado, partidos políticos, sindicatos, movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil.
- Apreender os aspectos fundamentais da teoria sobre classes sociais e movimentos sociais.
- Distinguir as diferentes demandas dos movimentos sociais
- Apresentar e discutir criticamente a constituição da democracia, da cidadania e dos direitos (civis, políticos, sociais e humanos) no Brasil.
- Construir uma visão histórica sobre a atuação do Serviço Social captando as diferentes concepções norteadoras do desenvolvimento de comunidade e da assessoria aos movimentos sociais.
- Equacionar o papel transformador da participação popular com as possibilidades de intervenção do assistente social.
- Dominar os aspectos jurídicos fundamentais para sua atuação junto aos movimentos sociais e aos demais organismos da sociedade civil.

ministrada por dois docentes que trabalham conteúdos teóricos complementares, a partir das especificidades das suas formações. Nesse primeiro ano, por exemplo, a assistente social fez a interlocução com os alunos numa relação transdisciplinar com o professor, cientista social, que também ministrou a mesma disciplina utilizando como estratégia didática a divisão dos conteúdos, sem esquecer da perspectiva da totalidade nas reflexões em salas de aula.

A ementa da disciplina anuncia que os estudantes desse eixo temático irão aprender teoria das classes e dos movimentos sociais, história dos movimentos sociais urbanos e rurais no Brasil, gênese do desenvolvimento de comunidade e Serviço Social, cidadania, direitos sociais e humanos no Brasil, movimentos sociais em suas relações de classe, gênero e étnico-raciais e análise do Serviço Social na relação com os movimentos sociais.

O conteúdo programático almejava desenvolver no discente habilidade para analisar as diferentes formas de participação popular, de organização da sociedade civil, as diversas esferas dos direitos e o instrumental jurídico necessário para a inserção criativa e propositiva do Serviço Social junto aos movimentos sociais e organizações da sociedade civil.

A prática docente na Universidade de Uberaba está fundamentada na “metodologia dos perfis” proposta pela vice-reitora e institucionalizada como metodologia orientadora do processo de formação profissional dos alunos matriculados em todos os cursos oferecidos pela instituição.

Entende-se por perfil o conjunto de conhecimentos, de habilidades necessárias ao desenvolvimento da pessoa e à qualificação profissional, construindo em cada um a postura, as atitudes desejáveis. Esse perfil é demonstrado no conjunto de competências que o futuro profissional deve revelar no exercício da sua profissão. (BARBOSA, Elsie)³

³ Informação fornecida pela Prof Elsie Barbosa, vice-reitora da UNIUBE, em curso de apresentação e capacitação para elaboração do projeto pedagógico do Curso de Serviço Social em março de 2001

No âmbito oficial, o Ministério da Educação e do Desporto através da Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, em conformidade com os pareceres dos órgãos representativos da categoria, em especial da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, deliberam as diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social no Brasil. Em consonância com as diretrizes oficiais, a Universidade de Uberaba (Uniube) definiu os perfis dos discentes numa escala ascendente, assim o aluno concluinte deve ser:

Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de intervir nas expressões da questão social, com inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. (PROJETO PEDAGÓGICO. SERVIÇO SOCIAL. UNIUBE, 2002)

É nesse contexto profissional, consciente de que o futuro profissional de serviço social terá a premissa da intervenção como dinâmica da sua atuação profissional, por ser o serviço social uma atividade interventiva e as inquietações suscitadas pelo discurso de Safira Bezerra Amann, no livro *Ideologia do desenvolvimento de comunidade*, quando discute ideológica e politicamente a participação dos intelectuais brasileiros no processo de desenvolvimento de comunidade, conceituado por ela como processo através do qual o povo participa do planejamento e da execução dos programas que se destinam à elevação da qualidade de suas vidas.

Optamos por trabalhar o conteúdo da disciplina: Classes e Movimentos Sociais numa perspectiva teórico-prática, ou seja, o conhecimento assumindo a categoria de método de formação da competência humana, como nas palavras de Demo (1997) “como propedêutica básica do saber pensar e do aprender a apreender”.

O Movimento Estrela da Vitória configurou-se então, como espaço de intervenção do coletivo do Curso de Serviço Social da UNIUBE mediatizada pela relação teórico-prática, ou seja, conhecimento e intervenção como base da formação profissional, tendo como referência a disciplina de Classes e Movimentos Sociais e a orientação e acompanhamento do docente responsável pela discussão teórico-prática pertinente à formação e atuação do assistente social.

A convicção de que o homem e sua forma de pensar são realidades universais mais que o modo de viver e a representação desse vivido tem características regionais locais peculiares e, ainda, as indagações relativas aos movimentos sociais brasileiros que, com o refluxo ocorrido principalmente na década de 90, pareciam insuficientes como estratégias político-ideológicas para a consecução de interesses e necessidades comuns e, quais os novos caminhos que se redefinem para os movimentos sociais brasileiros diante do processo de exclusão social que atinge a classe trabalhadora, constituíram a base e justificativa para definição da temática do estudo, organizado na forma de projeto de investigação científica, articulando os interesses da autora com base nas reflexões do cenário institucional e sócio-histórico da sua atividade profissional.

As aproximações com os sujeitos sociais que constituem o movimento pela moradia de Uberaba fortaleceram a intenção da realização da pesquisa. Os indivíduos e famílias que argumentaram sobre a necessidade de documentação da “história” do movimento e solicitaram “ajuda” dos alunos do curso de Serviço Social para a realização do projeto. A formalização das atividades de pesquisa também representou a efetivação da relação do curso com o movimento.

Assim, nasce o projeto de pesquisa que quer conhecer o universo temático em questão, num movimento precípuo de conhecer, intervir formar... e, formar-se!

1.1.2 Caminhos do conhecimento: a metodologia da pesquisa

O desenvolvimento das análises teórico-metodológicas dos autores que se detêm na temática dos movimentos sociais define detalhadamente o fenômeno, construindo conceitos diversos de acordo com as visões interpretativas de cada um e, de acordo com as especificidades a eles atribuídas, como por exemplo, movimentos sociais reivindicatórios, ou de acordo com a forma de mobilização de cada movimento estudado.

O objeto do nosso estudo, o assentamento Estrela da Vitória, qualifica-se como movimento social urbano cujas ações produzem representações simbólicas afirmativas através do discurso e da prática do sujeito coletivo, que constrói uma identidade e organiza suas práticas de modo que seus membros consigam defender seus interesses e expressar suas necessidades através da luta.

Para buscar conhecimento a partir da realidade concreta do universo pesquisado adotou-se como caminho metodológico a combinação de técnicas, definidas por representarem formas e fontes para obtenção de dados e materiais, ou seja, todas as informações foram reunidas para estudar o fenômeno.

A participação direta dos alunos que adotaram o espaço como campo de aprendizado, exercendo atividades na condição de estagiários do Serviço Social, as atribuições diretas do professor orientador/pesquisador em

reuniões grupais, assembléias dos moradores, na supervisão da prática dos alunos, e nas reuniões semanais de acompanhamento e assessoria dos trabalhos implantados junto ao movimento, representaram fontes de informações e conhecimento, a base para um relacionamento de respeito mútuo com a população moradora no Estrela da Vitória.

A premissa contundente de que é preciso conhecer para intervir, orientou a prática de estágio dos alunos que identificando junto com os moradores as demandas, elaboraram projetos específicos de intervenção atendendo demandas e necessidades identificadas.

O desenvolvimento das atividades delineadas em cada projeto, além de ampliar e aprofundar as relações entre alunos, professor orientador e a comunidade, ajudou a desvelar dados, informações, anseios e desejos dos sujeitos sociais envolvidos, bem como contextualização e análise do real concreto. Desse modo, a prática de supervisão de estágio configura-se em técnica de abordagem e instrumento de pesquisa.

1.1.3 Caracterização dos sujeitos sociais

Para conhecer as percepções dos sujeitos sociais protagonistas sobre as indagações levantadas nesse trabalho, foram entrevistados três integrantes do movimento. A seleção dos sujeitos interlocutores baseou-se em critérios pré-estabelecidos: participação no movimento desde a sua gênese, a representação interna e externa exercida por eles dos interesses da comunidade, exercer atividades de coordenação de projetos sóciopolíticos desenvolvidos no movimento e ser reconhecidamente sujeito significativo aos olhos da comunidade.

Embora a socialização das idéias e ideais desses atores sociais possam levar ao reconhecimento de suas identidades, pela população em geral através da relação sujeito discurso, adotou-se para a sua identificação nesse trabalho nomes fictícios para facilitar as análises finais, isentando os sujeitos envolvidos no comprometimento com os pareceres e conclusões que é de inteira responsabilidade da autora. Assim, os sujeitos sociais serão identificados pelos nomes fictícios de Joel, Mário e Ana.

Importante ressaltar o interesse desses sujeitos na adesão ao estudo, manifesto verbalmente à pesquisadora, aos alunos e à comunidade.

A proximidade dos moradores do movimento com o espaço universitário manifestou-se pela presença constante destes na universidade. Assim, constatou-se a participação dos mesmos nas reuniões deliberativas, através dos depoimentos e manifestação sobre essa relação em atividades didáticas propostas para que os demais alunos do curso de Serviço Social conhecessem a proposta de estágio dos alunos concluintes e a área de intervenção profissional do Serviço Social.

Houve participação significativa nos eventos científicos como convidados, na referência aos cursos da universidade perante à comunidade uberabense sempre que se discutiu parceria na luta, o que facilitou e aprofundou as relações entre alunos, professor orientador e a comunidade, fato que legitimou o presente estudo como modo sistemático constituinte dessa relação.

Todos os sujeitos atores entrevistados autorizaram a publicação do conteúdo de suas entrevistas sem restrições, inclusive à identidade, justificando o exercício como constituinte do processo de luta.

E essas entrevistas foram realizadas atendendo a disponibilidade de

horários de cada um dos entrevistados no acampamento e orientados por um roteiro semi-estruturado fundamentado nos objetivos da pesquisa.

Essa técnica permitiu ao entrevistador e entrevistado manter um diálogo franco e objetivo, durante o qual o entrevistado, seguindo a sua linha de raciocínio e pautado pela sua experiência, participa espontaneamente na elaboração do conteúdo da pesquisa conforme o foco colocado pela pesquisadora constituindo-se, portanto, em sujeito e co-autor do conhecimento produzido.

As orientações da Comissão Examinadora quando da qualificação do projeto apresentado, chamou a atenção para a importância de se ouvir outros interlocutores do movimento para, assim, ampliar a discussão sobre alternativas empreendidas e a empreender nesse contexto socioeconômico de miserabilidade, de luta por garantia de necessidades básicas, enfim de complexidade que requer a ampliação da discussão com os agentes que de algum modo participam da luta dos moradores do Estrela da Vitória.

A partir do relato dos moradores sobre o protagonismo dos sujeitos sociais na trajetória da luta pela moradia, da permanência de representantes dos segmentos junto ao movimento e pela representatividade e relevância que apresentam no meio social em que atuam, compomos intencionalmente o grupo com os seguintes representantes: o Padre Alvimar Santana Bhering para a interlocução com a Igreja sobre o fenômeno estudado; o deputado e ex-ministro dos transportes do Governo Lula, Anderson Adauto, representando o segmento político-partidário e o professor do curso de Arquitetura da Universidade de Uberaba José Carlos Faim Bezzon.

A caracterização singular do sujeito está descrita em breve biografia elaborada a partir dos relatos de cada um durante as entrevistas, é síntese de

informações que compõem a identidade profissional dos sujeitos, que constituem o grupo de representantes das instituições que militam no movimento, quais sejam: a igreja católica, a política partidária, e a universidade.

O Padre Alvimar é o coordenador das ações desenvolvidas na comunidade de responsabilidade da Igreja Católica.

Anderson Adatauto, 45 anos, é advogado e cumpriu quatro mandatos políticos consecutivos, num total de 16 anos: deputado estadual na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, eleito deputado federal na eleição de 2002. As suas principais bases de atuação estão no triângulo mineiro principalmente na cidade de Uberaba-MG, onde obteve mais da metade dos votos válidos do município. A sua militância política partidária iniciou-se no movimento estudantil no final dos anos 70, quando ocupou a presidência do Diretório Acadêmico “Leopoldino de Oliveira”, da Faculdade de Direito da Universidade de Uberaba.

A sua biografia destaca a sua proximidade com as causas defendidas pelo Partido dos Trabalhadores, tendo sido o líder do bloco PT/PMDB formado em 1998. Em 1999 assumiu a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Em 2001, Anderson Adatauto e o Senador José Alencar e outras lideranças históricas deixaram o PMDB mineiro e passam a integrar o Partido Liberal, legenda que passou a defender teses como: melhor distribuição de renda, redução das desigualdades sociais e parceria entre o capital e trabalho.

Esse discurso historicamente característico dos partidos de esquerda provocou a coligação dos partidos vitoriosos na eleição presidencial do dia 27 de outubro de 2002, que elegeu o operário Luís Inácio Lula da Silva a presidência da república e o liberal José Alencar a vice-presidência.

O professor universitário José Carlos Faim Bezzon é arquiteto

urbanista mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo-(USP), especialista em Urbanismo moderno e contemporâneo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC). É doutorando na Escola de Engenharia de São Carlos, no Programa de Política e Planejamento Urbano.

Para a realização das entrevistas, os sujeitos sociais foram contatados pessoalmente pela pesquisadora para informações sobre a realização da pesquisa, seus propósitos e finalidades e, a partir da anuência, agendar datas e locais para a realização das mesmas.

O caráter público das atribuições de cada um dos entrevistados imprime a necessidade de identificá-los pelos nomes próprios, são expressões representativas no exercício cotidiano das relações sociais, as suas práticas estão vinculadas às instituições. Procurou-se privilegiar o indivíduo contextualizado institucionalmente para a aproximação com as questões colocadas, relacionado o contexto simbólico da sua representação institucional para a interlocução sobre a ação social coletiva que busca transformar a realidade vivida.

No desenvolvimento do estudo, será feita a interlocução com esses sujeitos, identificando as suas contribuições através do papel social desempenhado na sociedade que articula as suas ações no espaço estudado ou seja, padre, deputado e professor.

O roteiro organizado para orientar essas entrevistas, diferentemente do primeiro, utilizado nas entrevistas com os moradores, está centrado na participação da organização representada por eles nas suas ações no Estrela da Vitória, as concepções sobre movimentos sociais, a dinâmica vivida no Estrela da Vitória e o movimento como estratégia de luta da população excluída dos bens e

produção do capital.

Todas as entrevistas foram gravadas a partir do consentimento dos entrevistados. O recurso foi adotado com o objetivo de utilização otimizada de todo material fornecido pelo emissor, considerando o grande volume, profundidade e complexidade dos relatos de cada entrevistado e, a possibilidade de melhor aproveitamento dos feixes discursivos no exercício da análise.

O objetivo proposto neste estudo circunscreve-se à amplitude do conceito de análise, pois a qualifica como crítica. Ao atribuir ao objeto de estudo a condição de forma de enfrentamento das contradições sociais vividas adotou-se, para a elaboração das análises, os princípios da análise de conteúdo para interpretar os discursos produzidos pelos sujeitos sociais, na tentativa de dar sentido às palavras, com o intuito de desvendar o significado que a palavra tem para o sujeito que a produz em determinadas condições e dar materialidade as suas idéias e à temática estudada que é produtora de sujeitos sociais concretos, históricos porta-vozes do amplo discurso social revelador das contradições sociais.

Por isso não há uma intenção de qualificar as instituições representadas pelos entrevistados para a compreensão do fenômeno estudado por entender que a significância das mesmas, nesse contexto, está na sua ação neste espaço, embora a perspectiva ampla institucional deva permear as reflexões analíticas.

1.1.4 Categorias centrais de análise

A categoria base, que ampara o estudo sobre a experiência de um

determinado segmento populacional da cidade mineira de Uberaba, exige a compreensão do que representa a estratégia enquanto alternativa para aqueles que a adotaram como caminho, como forma de sobrevivência.

As etapas da análise de conteúdo, na sua processualidade, definiu o agrupamento dos elementos os dados obtidos e a sua ordenação a partir dos roteiros de entrevista realizados com os dois grupos de entrevistados: moradores e parceiros.

A definição das categorias teóricas, que amparam a análise das informações obtidas, foram delineadas no processo de agrupamento dos discursos utilizando como critério a localização do eixo central dos enunciados que constituíram cada discurso.

No desenvolvimento do processo de análise foi verificado exaustiva e detalhadamente cada conteúdo das entrevistas materializando o pressuposto teórico de que nada é dado *a priori*.

Acredita-se que o sentido só pode ser entendido como algo que é produzido historicamente e o discurso, portanto, é o efeito do sentido que cada locutor posicionado em diferentes perspectivas lhe conota.

Busca-se o sentido a partir da decomposição do fenômeno em categorias definidas com o auxílio dos discursos produzidos pelos sujeitos sociais posicionados em diferentes condições: ativistas representantes de organizações parceiras e moradores.

A concepção de movimentos sociais populares tradicionais suscita um grande debate teórico-acadêmico sobre quais ações, iniciativas, articulação podem ser definidas como tais e quais não se enquadrariam no conceito.

O que *a priori* qualifica a categoria teórica – movimentos sociais -

como principal é a possibilidade de compreender a ação organizativa de sujeitos individuais em torno de uma demanda comum; identificar as estratégias adotadas por sujeitos diferenciados para fazer política; e, finalmente a constituição do sujeito coletivo que representará os discursos, os interesses, as propostas do movimento lócus da ação coletiva.

Enfim, o desvelamento da ação do homem contextualizada em uma estratégia definida pelo sujeito da ação como movimento social intermediador de interesses.

Essas intermediações geram inovações nas esferas pública e privada porque, participando direta ou indiretamente da vida política do país, contribui para o seu desenvolvimento e transformação da sociedade civil e política.

No âmbito desse trabalho, a luta está configurada no embate entre o poder público local denunciando a demanda social por habitação e, conseqüentemente, o distanciamento entre as políticas públicas que deveriam encaminhar alternativas para a questão, mas também materializa uma tradição político-cultural da população uberabense de luta por moradia através da dinâmica de apropriação, ou invasão de espaços públicos, que ao longo da disputa são urbanizados e configuram bairros ou regiões da cidade mineira.

Segundo Maria da Glória Gohn (1995), no Brasil desde os tempos da Colônia, a sociedade brasileira é marcada por lutas e movimentos sociais contra a dominação, a exploração econômica e, mais recentemente, contra a exclusão social, tese freqüente nos debates contemporâneos sobre a situação das classes sociais no mundo do trabalho.

Exclusão social é designação hegemônica entre os analistas que

abordam criticamente os efeitos perversos da globalização na sociedade. Identifica o processo de não integração no sistema social regido por relações contratuais firmadas no pagamento do trabalho do indivíduo conforme determinadas leis, conseqüentemente as inserções do trabalhador passam a ser pontuais no mercado de trabalho.

O cenário do mundo moderno destaca a necessidade de compreensão dos movimentos sociais a partir do paradigma cultural, enquanto eixo central na construção da identidade de um determinado movimento social. Obriga-nos a concebê-los a partir de sua contextualização em um cenário determinado por lutas, conflitos e contradições, cuja origem está nos problemas de uma sociedade de classes, com interesses, visões, valores, ideologias e projetos de vida diferentes.

Os movimentos sociais sobre a ordem de Castells são mecanismo para “auscultar as necessidades reais”, fomentam a gestão social da cidade, pois sem eles não haveria como realizar reformas urbanas.

Por sua vez, o urbano no Brasil é a síntese da estruturação e expansão do capitalismo monopolista, amparado pelo Estado. Reflete condições de vida dramáticas: poluição, violência, criminalidade, ausência de infra-estrutura (que converte doenças não endêmicas em epidemias como é o caso da dengue na atualidade), o uso inconseqüente do solo urbano, que impulsionado pela especulação imobiliária define os contornos da cidade –sem observar ou respeitar os limites da intervenção da natureza – e a dramática repetição da questão da moradia, eixo central da reivindicação popular do movimento dos sem tetos de Uberaba-MG.

O processo de análise delineou a categoria teórica dos movimentos

sociais, qualidade de vida e investigação e prática que serão tratadas no Capítulo IV, intitulado: *Pensar versus viver*, que se refere às aproximações entre experiência vivida e as categorias teóricas.

CAPITULO II – DESAFIOS DO ESPAÇO URBANO

Sociedade organizada em classes! Essa é a materialidade concreta da relação direta entre os proprietários das condições de produção e os seus produtores diretos no sentido restrito, ou seja, a produção material. No sentido amplo o termo produção é constituído por produção de coisas e de obras, de idéias, de ideologias, de conhecimento, de ilusões e verdades.

A centralidade temática desse estudo conduz a autora à aproximação com os homens e mulheres que lutam para produzir o próprio sustento no contexto de relações de dominação, característica do sistema capitalista onde poucos se apropriam do excedente gerado além do mínimo necessário à subsistência.

Para determinação da existência de uma classe social não basta a inserção de seus membros constituintes no processo produtivo, mesmo se esses homens apresentam níveis de consciência sobre a sua condição de classe.

Importa, no entanto, como esses agentes constroem a sua consciência através da práxis, que Marx considerou como o modo que o homem tem para demonstrar a verdade no contexto de classes ou de estratos sociais característicos de um modo de produção em que o capital, nas suas mais diversas formas, é o principal meio de produção.

As condições econômicas transformaram, em primeiro lugar, a massa do povo em trabalhadores. A dominação do capital sobre os trabalhadores criou a situação comum e os interesses comuns dessa classe. Assim, essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não ainda uma classe para si mesma.

Marcelo Ridenti (1994) discutindo a teoria das classes sociais e sua representação no interior do marxismo, em interlocução com as posições de autores como Giannotti, Claudin, Thompson, entre outros, conclui que “classes não são momentos estanques, definidos de antemão e estaticamente subseqüentes” (RIDENTI. 1994 p. 57). Desse modo o que importa é captar o processo de individualização da classe, a trama que os indivíduos tecem na efetivação da posição que lhe é atribuída em determinado processo produtivo e à materialidade dada à contradição explícita que transforma uma condição de existência, numa associação que manifesta o conflito de base, principal característica na compreensão do fenômeno “movimentos sociais”; categoria teórica decisiva para o encaminhamento desse trabalho.

O universo definido para a presente pesquisa aparece inicialmente para a pesquisadora como “ação social coletiva de caráter sóciopolítico cultural” (GOHN, 2003, p.13), que pretende viabilizar distintas formas da população de se organizar e expressar sua demanda ou necessidade primordial, ou melhor, aglutinadora dos agentes para organizar-se numa ação concreta configurada por estratégias que vão desde a invasão do solo público a articulações políticas e contratação de parcerias diversas que possam fortalecer o movimento.

Nesse contexto, a contradição histórica está assentada na contradição estrutural; a desigualdade social gerada pelo sistema opera, funciona como produtora do movimento que, simultaneamente ou conseqüentemente, produz concretamente a ação que objetiva anular a desigualdade através do acesso ao bem comum, nesse caso a moradia. Frustrar o ensejo e meta do capital e, acima de tudo, transformar essa realidade numa correlação de forças já que o próprio capitalismo se encarrega de manter a contradição estrutural de

suas possibilidades contraditórias composta por oposições dialéticas inclusivas e sistemáticas.

A práxis é meio de demonstração da verdade e metodologicamente pode ser demonstrada como critério através da categoria materialista da totalidade; unidade concreta de contradições que interage no complexo geral estruturado e determinado historicamente.

Assim, a significação e os limites do movimento social não podem ser entendidos exceto em relação à apreensão dialética da estrutura totalizante, porque o desenvolvimento social é consequência de uma história também totalizante que surgiu das determinações objetivas dos processos materiais e interpessoais dos sujeitos sociais que o constituem.

2.1 Caminhos de análise do espaço urbano.

Cada localização é, pois, um momento do imenso movimento do mundo, apreendido em um ponto geográfico, um lugar. (SANTOS, 1997, p.2)

Pensar o espaço das cidades requer uma concentração numa imagem particular de desenvolvimento espacial urbano que configura as cidades. Neste trabalho interessa o tipo de organização social que pode produzir, reproduzir os padrões de uso da terra remetendo-os para a atual organização regional da vida cotidiana.

A produção do espaço regional envolve o Estado tanto quanto a economia, pois aquele regulamenta, incentiva as relações econômicas, bem como define a ocupação do espaço urbano através, por exemplo, das definições das diretrizes constantes no plano diretor da cidade.

A criação do Ministério das Cidades no governo Luís Inácio Lula da

Silva constituiu um fato inovador nas políticas urbanas na medida em que propõe a superação do recorte setorial da habitação, do saneamento e dos transportes (mobilidade) e trânsito para integrá-los levando em consideração o uso e a ocupação do solo. Essa iniciativa por exemplo , mostra a importância do Estado na definição do espaço.

Ele mesmo, o Ministério é resultado de movimento social formado por profissionais, lideranças sindicais e sociais, organizações não governamentais (ONGs), intelectuais, pesquisadores e professores universitários. As principais conquistas desse movimento, alcançadas nos últimos 15 anos, foram a inserção inédita da questão urbana na Constituição federal de 1988, a Lei Federal Estatuto da Cidade de 2001 e a Medida Provisória 2220 também de 2001.

O aspecto fundamental na criação desse Ministério está na busca da definição de uma política nacional de desenvolvimento urbano em consonância com os demais entes federativos (municípios e estados), demais poderes do Estado (legislativo, executivo e judiciário), além da participação da sociedade através das conferências visando a coordenação e a integração dos investimentos e ações nas cidades do Brasil voltados para a diminuição da desigualdade social e à sustentabilidade ambiental.

Mais de 80% da população brasileira mora em cidades no ano de 2000, segundo o IBGE, o que significa de modo definitivo as atribuições do referido ministério que deve cumprir um papel fundamental na política urbana e nas políticas setoriais de habitação, saneamento e transporte, reforçando a orientação de descentralização e fortalecimento dos municípios definida na Constituição federal de 1988.

Com o fim do Banco Nacional da Habitação - BNH, ocorrido em

1985, o Brasil passou a viver um rumo de indefinição e mudanças freqüentes no que se refere às políticas de habitação e saneamento trazendo insegurança para o poder público e o mercado. O BNH e o SFH - Sistema Financeiro de Habitação contribuíram para consolidar as desigualdades sociais no Brasil ao privilegiar os investimentos nas faixas de renda média e média baixa.

No processo de produção legal da cidade as ações que o governo (Estado) desenvolve para atender o direito social das comunidades, as instituições governamentais executam as denominadas políticas tensionais, ou seja, políticas pautadas no interesse de mercado ou para atender um determinado segmento populacional em detrimento do interesse e necessidades coletivos. Como define o professor entrevistado referindo-se as políticas habitacionais implantadas no Brasil.

Foi uma política que desviou dos objetivos de atender a população carente pra financiar a classe média alta, verticalizando-a cidade, fazendo infra-estrutura para essa faixa da população (JOSÉ CARLOS BEZZON).

A necessidade básica de moradia vai impulsionar a comunidade a criar formas alternativas de sobrevivência; as invasões, as favelas, gerando a produção ilegal das cidades, temática de investigações na área do conhecimento arquitetônico e urbanístico.

As configurações urbanísticas e arquitetônicas dos conjuntos públicos construídos com a participação dos governos e, portanto, produção legal da cidade, também já foi muito explorada na literatura sobre o tema.

O volume de construção para atender a classe média alta foi muito significativo, pois para a efetivação da política habitacional havia um sistema constituído com agentes financeiros e promotores, públicos e privados credenciados e havia regras para aplicação do volume significativo de recursos existentes.

O BNH foi extinto e a Caixa Econômica Federal assumiu seu espólio. Entre 1985 e 2002 ocorreram mudanças constantes tanto na estrutura institucional da política de habitação e saneamento, quanto nos programas e recursos. A política urbana não mereceu maiores cuidados, ao contrário, ela é objeto de organismos que emergem e desaparecem desde o regime militar, a partir de 1964.

Em verdade a política urbana tem sido, durante esse tempo todo, fortemente influenciada pelos bancos públicos responsáveis pelos financiamentos à habitação e ao saneamento. Isso aconteceu no período do BNH que se sobrepôs ao SERFHAU – Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, criado em 1964 e o CNDU – Conselho Nacional Desenvolvimento Urbano, como também aconteceu com a Caixa Econômica Federal que subjugou a Secretaria de Política Urbana - SEPURB, criada em 1995, e a sua sucessora a Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano – SEDU.

Com isso é possível afirmar que a criação do Ministério das Cidades e a formulação do seu papel enquanto articulador da construção do espaço urbano partiu-se de uma herança institucional, bem como a revitalização de programas e ações em andamento na Caixa Econômica Federal, no BNDES e em outros Ministérios do Governo Federal.

A composição do Ministério das Cidades ratifica a importância do movimento social que influenciou na sua criação, por exemplo, a Secretaria Executiva é ocupada por Ermínia Maricato. A Secretaria de Programas Urbanos é representada por Raquel Moniqui. São pessoas, que entre outros atributos, têm um histórico de militância em universidades brasileiras, trabalharam na capital do Estado de São Paulo entre as décadas de 70 e 80 propondo políticas

habitacionais alternativas.

A criação do Ministério da Cidade é a exemplificação real da hipótese de Maria da Glória Gohn (2003. p. 23), para quem as mudanças nas dinâmicas dos movimentos populares dos anos 70/80 no Brasil, foram estratégias importantes na luta opositiva ao regime militar.

A sua contribuição, através da identificação das demandas e conseqüentes pressões organizadas, culminaram em conquistas de vários direitos sociais que foram inscritos na Constituição Federal de 1988, especificamente sobre a política urbana tema ao qual é dedicado um capítulo da Constituição Cidadã.

A perda da visibilidade dos movimentos sociais, principalmente na mídia, deve-se ao fato de que ao longo dos anos 90 os movimentos urbanos diminuíram as formas de protesto nas ruas, e, ainda o fato de que os novos movimentos abandonaram a estratégia de freqüentes contestações às políticas públicas, deixando de lado o aspecto reivindicatório e adotando estratégias mais operacionais e propositivas.

Assim, a visibilidade dos movimentos das décadas anteriores foi transferida para as ONGS e nesse caso para a estrutura do governo federal que mantém em seu quadro gerencial militantes dos movimentos do passado que agora enquanto representantes do Estado planejam diretrizes políticas que objetivam construir canais de participação para a população através, e principalmente, dos fóruns e da criação de conselhos constituídos por representantes do governo e da sociedade civil, portanto conselhos paritários.

Ainda de acordo com Gohn (2003), dentre os movimentos sociais urbanos “modernos” a luta pela moradia continua representando a organização

em movimentos mais ordenados e esse é ainda um dos eixos temáticos de lutas e demandas dos movimentos sociais no Brasil.

O espaço dessa luta e das conquistas por condições de habitabilidade é a cidade. A cidade é entendida, em Gottdiener, como uma forma qualitativamente nova de espaço – produto de transformações da organização social – é a representação materializada do desenvolvimento desigual e de injustiças sociais, portanto a cidade é:

[...] uma aglomeração que salienta a produção de riqueza espacialmente através da concentração de força de trabalho e capital. As mudanças sócioespaciais na cidade são reguladas pela lógica da acumulação de capital, e o resultado desse processo numa sociedade capitalista é o desenvolvimento desigual e injustiças sociais que são distribuídas tanto espacialmente quanto demograficamente.(GOTTDIENER, 1997, p. 29).

Entendida assim, a cidade que, no passado, representava a forma compacta de um processo histórico em formação ao longo de períodos extensos, na atualidade a população urbana encontra-se distribuída e organizada em áreas regionais em permanente expansão que é amorfa na forma, maciças no propósito e hierárquicas na sua escala de organização social.

Essa configuração corresponde as etapas do próprio processo, senão vejamos: a informalidade materializa a intencionalidade dos interesses do capital, orientando a localização espacial dos sujeitos sociais representantes da classe social que protagoniza as relações de produção capitalista; os propósitos, embora de matiz diferente, considerando as referências e interesses, também determinam a distribuição ou conquistas do espaço urbano e, a hierarquia aparece como mediadora nas definições de papéis sociais representados no cotidiano vivido pelos atores num contexto capitalista de produção.

A política que se trabalha é justamente não estender a cidade cada vez mais. A prática qual é? Constrói-se o ponto habitacional vinte, trinta quilômetros distantes do centro, por exemplo, aí fica uma área vazia entre o que agente chama de cidade e esse conjunto, então se eu sou proprietário de terra eu construo lá no fim da minha terra, então daqui onde a cidade acabou até o meu bairro, o conjunto que eu fiz, que é um vazio, é valorizado porque eu levo toda a infra-estrutura para aquele bairro. Isso é uma especulação imobiliária porque depois de valorizada toda a área ,eu vendo. (JOSÉ CARLOS BEZZON)

Se as necessidades do capital se manifestam no espaço, as mudanças espaciais se manifestam nas necessidades determinadas a partir dos interesses deste.

A organização social da vida cotidiana de famílias que se apóiam na perspectiva definidora de um movimento social para ter condições de sobrevivência denuncia os resultados dessa manifestação, como na fala da moradora Ana, sobre a esperança em relação ao governo municipal cumprir a sua atribuição de administrador do espaço urbano:

A expectativa da gente é que o pessoal da administração coloque a mão na consciência e faça pra gente saneamento básico e toda infra-estrutura (ANA).

Ou na síntese elaborada pelo morador Mário, para relatar as condições em que viveram quando inauguram a nova forma de vida organizada no espaço, e do contexto de luta por moradia pela via do questionamento e denúncia da realidade vivida por eles em Uberaba.

Então nesse momento fizemos uns dois paus de um lado e de outro, pegamos uma loninha e só descemos ela, a gente em nove pessoas dormindo tudo de baixo. (MÁRIO).⁴

⁴ A linguagem é simbologia cultural por isso os discursos foram reproduzidos mantendo-se, dentro dos limites necessários a compreensão, a sua forma coloquial.

2.2 Perspectiva de produção do espaço

As aproximações teóricas descritas nesse item representam unicamente a intenção de mostrar o caminho reflexivo teórico percorrido até a opção pela diretriz fundante da perspectiva materialista histórica, adotada como referência nesse estudo.

A produção do espaço urbano pode se entendida, por um lado, através das formulações teóricas funcionalistas. De outro lado, a influência das discussões teóricas da Escola de Frankfurt, que são referenciadas como propedêuticas na formação dos alunos ingressantes nas universidades e, ainda, a aproximação com os estudos de Kowarick sobre o modo como essa produção, delineou a adoção teórico-metodológica para a elaboração desse trabalho.

O pensamento social em suas concepções mais antigas vinculou as formas de comunidade aos processos de organização social, nessa perspectiva a disposição espacial das cidades ilustrava os aspectos dessa relação, especialmente na sua manifestação material.

Augusto Comte (1875) para quem as cidades são órgãos reais do organismo social é o precursor, seguido de Spencer (1909) o primeiro a propor uma relação direta entre forma social e função social inspirado na teoria evolucionista de Darwin, para explicar o papel funcional desempenhado pela competição das espécies na produção de organizações sociais complexas.

Para Spencer, tanto no caso biológico como no da sociedade, o tamanho físico é o responsável pela diferenciação funcional, entendida socialmente como a divisão do trabalho. Tal formulação teórica influenciou fortemente o pensamento urbano dominante do século XX, abordagem conhecida

como ecologia urbana.

A perspectiva ecológica e seu paradigma funcionalista enfatizam um tipo de funcionalismo ecológico no qual a sociedade é concebida como um sistema formal, integrado por mecanismos de valor que se ajustam coletivamente a distúrbios ambientais de maneira equilibrada. Nessa perspectiva teórica, o desenvolvimento das cidades é entendido como um processo natural que decorre das pressões inexoráveis por mudança social exercidas pela inovação tecnológica e da crescente escala societária que essa inovação possibilita.

Segundo a abordagem ecológica, as disposições espaciais dos assentamentos urbanos representam a acomodação da organização social a seu meio ambiente.

A Escola de Frankfurt – década de 20 e de 30 – ressaltou o pensamento crítico neo-hegeliano, que na sua base filosófica fundamentava-se no conceito historicista alemão de totalidade onde a sociedade e todos os seus elementos agiam como um conjunto ou momento dialético, em que aspectos da necessidade econômica estavam relacionados a necessidades culturais e políticas e vice-versa.

Para os frankfurtianos a formação social existente é como o sistema capitalista, ou seja, os fenômenos superestruturais como a política ou a cultura atuam de modo semelhante ao modo econômico de produção, pois são aspectos das mesmas contradições que caracterizavam a totalidade da formação social. Nessa concepção o modo de produção capitalista pressionava constantemente a ações individuais de autolibertação a mudarem de rumo.

A dominação estava expressa não só nas relações de produção, mas também na ideologia que mascarava a realidade, além dos mecanismos de

alienação que canalizavam para formas pessoalmente destrutivas da vida cotidiana, o desassossego potencial que poderia ameaçar o funcionamento do sistema.

A premissa básica deste modo de pensar o sistema relaciona-se com as idéias de que as formas pelas quais as atitudes culturais e políticas podem, de um lado, servir de reprodução e legitimação das relações capitalistas de produção, ou, de outro, constituir um trampolim para as ações que poderiam superar o sistema através da luta coletiva.

Nessa perspectiva, abandona-se a economia política como determinante dos processos da política e da cultura e passam a trabalhar com cultura como categoria central para desenvolver análises da sociedade moderna, a fim de preencher o espaço entre o indivíduo e a sociedade numa concepção dialética.

A Escola de Frankfurt imprime o raciocínio dialético em substituição a modelação determinista e causal, numa tentativa de tornar a economia política mais receptiva a um ponto de vista mais interdependente, asseverando um impulso humanista nas leis do pensamento marxista quando afirmam a importância da mente individual como ator na configuração da sociedade.

O estruturalismo, movimento filosófico das ciências sociais que a partir da década de 50 dominou os meios intelectuais franceses, em Marx caracteriza-se pela propositura anti-humanista, anti-historicista, que não analisava os fenômenos sociais como dependentes da condição comportamentalmente localizada no sujeito individual.

A evolução crítica das reflexões realizadas até aqui nos remete à busca das idéias sobre questões relativas ao espaço urbano a partir das

proposições de Lúcio Kowarick, resultantes do seu diálogo com a sociologia urbana na leitura da realidade empírica.

O padrão periférico de ocupação do solo urbano é o eixo central da produção acadêmica de Lúcio Kowarick, que introduz na sociologia brasileira no final dos anos 70, a noção de espoliação urbana que compreende um conjunto de situações socialmente necessário à manutenção ou reprodução capitalista, ou seja:

[...] é a somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores e aguçam ainda mais a dilapidação decorrente do trabalho. (KOWARICK, 2000, p.22)

Embora o autor ao longo da sua trajetória intelectual não tenha abandonado as concepções preliminares que fundamentam o conceito de espoliação urbana, nos seus diálogos mais recentes com a confrontação teórico-empírica ele passa a discutir a cidadania, a subcidadania e a exclusão social, a primeira entendida como direito básico e a segunda, expressa espacialmente, vai conectar os argumentos do autor nas suas reflexões sobre o urbano.

A cidadania como categoria teórica explica na sua contradição a contra cidadania, ou nas palavras do autor a subcidadania configurada como processo político que forja concepções de ordem embaraçosa (próprias de um sistema social contraditório como o capitalismo), e excludentes.

Essa condição, segundo o autor se manifesta nas “irregularidades, ilegalidades ou clandestinidades” manifestas no ordenamento jurídico-institucional, que por desconhecer a realidade socioeconômica da maioria, nega o acesso a benefícios básicos para a sobrevivência nas cidades.

A subcidadania materializada nas condições de vida cotidiana da população moradora nas favelas, cortiços, assentamentos (clandestinos ou oficiais), forjam no imaginário social à idéia de periculosidade, desse modo o morador desses espaços na configuração urbana fica reduzido à condição de marginal ou bandido.

Nos grandes centros urbanos, naqueles de porte médio ou com características culturais de interior, essa população fica, de modo geral, entendida como desocupada, vadia, ilegítima para a inserção no modo de produção capitalista por incapacidade.

O discurso do sujeito social morador do Estrela da Vitória espaço configurado como assentamento clandestino é palco de demonstração da subcidadania, expressa essa condição:

[...] o pessoal vê o Estrela da Vitória como um bairro que só tem bandido, que enfeia a entrada da cidade; quem tem seu lugar para morar desfaz do Estrela da Vitória(...) o pessoal da elite sempre fala que aqui é a favela de Uberaba! (MÁRIO).

A cidadania enquanto categoria teórica só pode ser entendida enquanto condição do sujeito social construtor de sua história, mas para que haja uma história da humanidade, pressupõe a existência de indivíduos vivos, corporal e socialmente organizados, diferenciados dos animais à medida que produzem seus próprios meios de vida, é preciso considerar que o primeiro fato histórico se realiza na produção dos meios que garantam a satisfação das necessidades básicas do homem, ou seja na produção da própria vida material.

Marx e Engels em a *Ideologia alemã* lembram a necessidade de reconhecer o primeiro pressuposto de toda existência; de toda evolução humana, qual seja, a de que os homens precisam viver para “fazer história”.

Uma vez satisfeitas as necessidades básicas, o ato de satisfazê-las e o instrumento já adquirido com essa satisfação criam novas necessidades, a produção de novas necessidades caracteriza-se como o primeiro ato histórico.

O desenvolvimento histórico para ser compreendido, precisa considerar, além das relações expostas acima, uma outra que intervém nesse desenvolvimento, ou seja, o homem produz a vida; tanto a sua própria vida pelo trabalho, quanto a dos outros pela procriação. É inerente ao homem a capacidade de renovar a cada dia sua própria vida, pela criação de outros homens; pela reprodução. Trata-se da relação entre homem e mulher, entre pais e filhos – é a família.

Esses três aspectos da atividade social: a produção da vida material (1º fato histórico); a satisfação das necessidades básicas e a criação de novas (1º ato histórico) e a reprodução da vida compõem as fases que coexistem desde os primórdios da história, desde o primeiro homem e, que sempre se manifestarão na história.

Produzir a vida, a sua própria pelo trabalho, ou a dos outros pela procriação, está intrinsecamente ligado a um modo de produção ou estágio industrial determinados.

O estágio histórico do modo de produção capitalista na sociedade brasileira incide diretamente nas questões sociais, objeto de intervenção do Serviço Social e expressão concreta do conflito capital/trabalho.

No Brasil, o cenário econômico-social-histórico-político denota, ainda hoje, as particularidades do modo de produção em um estágio claramente monopolista, ou seja, a totalização das contradições expressa nos traços de exploração da classe que vive do trabalho, alienação e a transitoriedade histórica

do sistema e a sua distinta dinâmica para atender o seu primeiro objetivo: acúmulo de lucros capitalistas através do controle de mercados além dos fenômenos que se podem observar na economia monopolista.

Fenômenos esses como preços das mercadorias que sobem progressivamente, altas taxas de juros, elevação da taxa de acumulação, tendência ao subconsumo motivado pelo alto valor de venda, investimentos concentrados em setores de maior concorrência, economia do trabalho “vivo” (com o uso de novas tecnologias) e, o protagonismo do Estado atuando como instrumento de organização da economia, como administrador dos ciclos e crises inerentes ao sistema de produção e acumulação.

Nesse contexto ele assume a função de assegurar de modo contínuo a reprodução e a manutenção da força de trabalho, regula o nível de consumo através das políticas compensatórias, controla a disponibilidade da mão-de-obra ocupada e excedente, determinando a sua ocupação de acordo com a dinâmica e necessidades do capital orientada pelos monopólios.

O Estado mediador a serviço do capital monopolista com suas contradições procura se legitimar através do jogo democrático: as demandas das classes subalternas podem se transformar em interesses e reivindicações imediatos do Estado, porém, somente a partir da concretização das possibilidades econômicas, sociais e políticas, que no estágio de desenvolvimento do capital de monopólios é variável, as questões sociais são transformadas em políticas sociais compensatórias cuja funcionalidade está na preservação e controle da força de trabalho, conforme conclui José Paulo Neto na sua análise sobre a ordem burguesa na idade do monopólio e o serviço social.

A partir da identificação e mobilização social em torno das causas e

conseqüências expressas nas questões sociais é que o Estado deveria intervir atuando de modo incisivo como mediador no sentido da práxis materialista.

Decorre que determinado modo de produção ou estágio industrial relacionam-se com o modo de cooperação ou estágio social, portanto, o modo de cooperação é, ele próprio a força produtiva e, que as forças produtivas acessíveis aos homens são determinantes do estágio social, por isso, estudar a história dos homens requer uma conexão com a história da indústria e das trocas, na concepção marxista.

A premissa de toda história humana estabelece a presença de indivíduos humanos que, em cada momento dado, utiliza as forças produtivas de que dispõem e organizam as relações de produção correspondentes.

Essas relações, na sociedade burguesas se caracterizam pelo antagonismo entre as forças produtivas e as relações de produção. A esfera das necessidades materiais, dos interesses particulares, das relações econômicas se materializa no seio da sociedade civil. Desse modo a história é, em suma, a história da sociedade civil, que por sua vez, é constituída por famílias. Assim, se constitui o lar e cenário da história que representa todo intercâmbio material entre os indivíduos em determinada fase do desenvolvimento das forças produtivas.

Embora este trabalho não nos detém nos modos como o homem se organiza em núcleos familiares, ou, ainda, as condições ou relações familiares nas relações com o movimento social, é importante localizar a categoria de acordo com os pressupostos teóricos que orientam o trabalho da presente pesquisa.

A cidadania existe de fato quando há reivindicações, cobranças e deveres do sujeito trabalhador - cidadão que a partir dessa premissa se faz

respeitado e contribui para o crescimento social.

A noção de cidadania advém das cidades, ou *polis* grega, que cultivavam o homem livre e político. Na Grécia Antiga, o cidadão era todo aquele que tinha o direito e o dever de contribuir na formação do governo, participando ativamente das assembléias, onde se tomavam decisões de interesse coletivo e também exercendo cargos que executavam essas decisões.

No entanto, a cidadania grega não possuía dimensão universal, pois, estavam excluídos dos direitos de cidadania os escravos, as mulheres e os estrangeiros. Essa cidadania abarcava direitos políticos apenas, e não, os modernos direitos civis. Basta recorrer ao fato histórico da condenação do filósofo Sócrates, julgado e condenado à morte por expressar idéias diferentes do pensamento recorrente da igreja, à época.

O surgimento da sociedade capitalista em meados do século XV, com o crescimento da burguesia lutando contra o feudalismo, é marco inicial do exercício da cidadania se considerarmos que a valorização do trabalho na Idade Média, tido como desprestígio e, com o surgimento dos centros urbanos começam a aparecer homens trabalhando no comércio, no sistema fabril e na vida pública das cidades, passa-se a vincular trabalho/cidadania, sendo esta, relacionada à propriedade privada e à capacidade dos homens de tornarem-se iguais pelo trabalho e pela capacidade em comum.

Num sentido amplo, de acordo com a Carta dos Direitos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, cidadania é “condição de cidadão, indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado”. Ser cidadão é ter direitos e deveres na sociedade“. Relacionar a temática deste estudo e as concepções de cidadania remete à compreensão de que os

movimentos sociais são a expressão de cidadania, precisam ser tratados, entendidos como sujeitos coletivos de direitos; na concepção mais ampla do termo, que contemple direitos civis – direito à vida, à liberdade de pensamento e de movimento (ir e vir), direito à propriedade, direitos políticos – que concedem às pessoas o direito de votar e ser votado, a participar de sindicatos, partidos políticos, conselhos municipais, movimentos sociais, etc; e direitos sociais que dizem respeito às necessidades humanas básicas para sobrevivência da pessoa: alimentação, saúde, habitação, educação.

A efetivação de uma condição de cidadania exige articulação no tempo e no espaço das três gerações de direitos humanos de tal forma que direitos históricos surgidos como demandas da burguesia em ascensão, os direitos políticos definidos no século XIX e os sociais fixados no século seguinte, possam se constituir em uma unidade capaz de concretizar uma condição plena de cidadania universal.

O Estado de Bem Estar Social implementado nos países capitalistas representou a consolidação de direitos tais como saúde, previdência social pública, assistência social, porém jamais, mesmo nos mais abrangentes, conseguiu garantir o direito social à propriedade, que como os direitos civis, políticos e demais categorias do direito social é categoria constituinte inseparável da condição de sujeito cidadão. No Brasil, o Estado de Bem Estar Social representou apenas um arremedo da política liberal desenvolvida nos países constituintes do “primeiro mundo”.

O princípio da democracia grega, e de todo espírito democrático, estabelece que se há atividades ou ofícios em que o fundamental é a capacitação técnica, a cidadania não está entre eles. Na democracia, seja na decisão do bem

comum ou na aplicação de valores, todos são iguais. Daí a profunda articulação entre cidadania e democracia na acepção moderna, para qual uma sociedade de cidadãos é uma sociedade de relações democráticas baseada na igualdade entre as pessoas.

No Brasil, o esforço de construção da democracia ganhou ímpeto após o fim da ditadura em 1985. No entanto, a sua história nos últimos trinta anos revela o crescimento das demandas sociais e uma imensa desigualdade social. Embora em 1988 os direitos universais tenham sido garantidos na “Constituição Cidadã”, após quinze anos do fim da ditadura, problemas centrais da sociedade brasileira como a violência urbana, o desemprego, o analfabetismo, a má qualidade da educação, a oferta inadequada de serviços de saúde e saneamento e as grandes desigualdades econômicas e sociais continuam desafiando a efetivação das condições de cidadania plena, ou seja, exercício pleno dos direitos civis e sociais.

Importa então, assumir que a cidadania é resultado de luta permanente, implicando historicidade no fazer dos atores sociais e um contínuo processo de capacitação e reflexão.

À práxis referida será retornada mais adiante quando for tratada da categoria do Serviço Social.

Desse modo podemos inferir que não há como escapar do círculo vicioso que determina a condição de classe, principalmente do segmento populacional excluído totalmente do sistema social vigente, pois a discriminação, a segregação e o controle social são processos que juntos promovem a subcidadania.

A partir dessa contextualização teórica é possível compreender e até

adotar como referência teórica às codificações do autor que tratam do cidadão privado e subcidadão público, que nos trabalhos de Kowarick estão intimamente relacionados à prática da autoconstrução de moradias nas metrópoles brasileiras.

[...] o cidadão privado é definido como aquele que, com seu esforço e perseverança, venceu na vida, pois ergueu durante muitos e penosos anos a sua casa própria. (KOWARICK, 2000, p.10).

Embora a reflexão da produção de Kowarick (2000) conduza à percepção de uma crítica ao processo autoconstrutivo de unidades habitacionais das camadas populares, é possível identificar uma versão inusitada, ou seja, o resultado do esforço de autoconstrução materializa a moradia que aparece como simbologia otimista para o contrastaste entre o espaço privado da casa e o espaço público nas cidades, compreendido como espaço violento, portanto, inseguro; assim a casa “é o abrigo contra as tempestades do sistema econômico”, é onde se manifestam as estratégias de sobrevivência da família obrigada por circunstâncias socioeconômicas a morar em condições precárias.

È nesse espaço que está organizada a vida cotidiana da família: quem sai para trabalhar ou para tentar, de algum modo, prover as necessidades materiais mínimas para a sobrevivência, quem cuida das crianças, quem está autorizado a coabitar.

Em Kowarick (2000), a casa própria representa o resguardo contra os desrespeitos, os medos e a violência das ruas metropolitanas, no entanto, não deixa de ser um modo de espoliação urbana, embora represente também, um dispêndio monetário muito baixo por parte do proprietário que fica restrito aos gastos de manutenção de moradia.

Essa proposição remete à conclusão de que a casa, a moradia se

constitui numa localização onde há movimento, onde se estabelece relação pessoal sistemática e profunda, é como diria Milton Santos, um lugar, um espaço.

Recorrendo a análise de Lefebvre (2001), urge localizar esse lugar, esse espaço na condição de materialidade da questão habitacional mais ampla, enquanto unidade da contradição entre o campo e a cidade, a crise habitacional dos grandes centros urbanos é “institucionalização dos interesses da relação capital e assalariado”.

O objeto dessas reflexões remete a recuperação da forma como ocorreram as transformações nas relações entre modo de produção capitalista e as configurações urbanas no Brasil.

Sem pretender aprofundar a discussão, ou traduzir abordagens teóricas e metodológicas dos especialistas na temática, é importante localizar alguns aspectos que ajudariam na formatação de sínteses analíticas capazes de fundamentar a compreensão da problemática, objeto de estudos nesse trabalho.

O capitalismo brasileiro adjetivado de perverso, dominado pelos interesses do monopólio, tem no Estado o aliado mediador das relações capital/trabalho de modo que este, o Estado, atua para atender os interesses do capital.

Pelo que é possível depreender sobre a noção de espoliação urbana em Kowarick, torna-se importante afirmar que esta está intimamente ligada à acumulação do capital e ao grau de pauperismo dela decorrente, porque os trabalhadores assalariados, autônomos, ou desempregados são os moradores espoliados e a dinâmica de criação e apropriação do excedente econômico gera, de um lado a acumulação de e, de outro o pauperismo, aspectos interligados da reprodução dos trabalhadores.

Nesta relação encontra-se o Estado regulando as condições de trabalho e de remuneração além de gerar, de maneira direta ou indireta, os bens de consumo coletivo essenciais à reprodução urbana dos trabalhadores.

O papel do Estado é definidor, portanto, porque mesmo quando o grau de pauperização é mantido inalterado, rebaixado ou minorado, os padrões de reprodução urbana poderão melhorar ou piorar dependendo do que a população residente consiga obter do poder público em termos de serviços e equipamentos coletivos, subsídios à habitação ou facilidades de acesso à terra provida de infra-estrutura.

Evidentemente que esse movimento é variante, conforme a conjuntura política e o nível de relações ou associações deste com movimentos sindicais ou operários e as conquistas obtidas na esfera das relações do trabalho.

Vê-se, então, que as condições de sobrevivência da população pauperizada nos centros urbanos decorrem do processo de acumulação do capital, mas também da capacidade dos vários grupos e camadas sociais em pressionar o Estado e obter os elementos essenciais à sobrevivência humana.

A presença do Estado nessa relação é fundamental, porque o investimento que injeta no tecido urbano é fator de diferencial da terra, pois orienta a especulação imobiliária e a conseqüente segregação social.

Se o investimento é destinado as áreas onde vivem e trabalham os grupos de renda média e alta, maximizando, assim, a realização do capital e gerando as condições necessárias para o processo de acumulação se reproduzir em escala ampla, decorre daí as “contradições urbanas”, entendidas pela reprodução contraditória de destinar investimentos públicos em bens de consumo coletivo, que são tradicionalmente aplicados não considerando o preceito básico

constitucional de igualdade, prejudicando em grande escala a classe trabalhadora.

Desse modo, o espaço produzido gera áreas distintas dentro dele mesmo que só podem ser destinadas às camadas de maior poder aquisitivo em razão do preço: nelas, há um custo econômico alto que corresponde a um ônus social medido em termos de infra-estrutura e serviços públicos praticamente nulos de um lado, e de outro há, as áreas onde esses elementos praticamente são inexistentes, representam as únicas que a população pobre tem acesso e o custo econômico é baixo, mas, em contrapartida, o ônus social medido em termos de condições de sobrevivência é extremamente alto.

2.3 As cidades: do espaço de convivência dos agrupamentos humanos a palco de políticas e cenário de intervenções.

A jornada teórica sintetizada anteriormente, tem o único propósito de fundamentar a opção metodológica do presente trabalho, ou seja, a identificação das categorias teóricas que ajudarão na explicação do fenômeno estudado e a encontrar as respostas às questões formuladas.

Embora o discípulo pertinaz, Manuel Castells, tenha se dedicado à aplicação direta da análise geral na tentativa de uma leitura Althusseriana da organização social no contexto particular do sistema urbano, a opção de trabalho será com as teorias de Lefebvre sobre o espaço, pelo desafio de relacionar teoria e prática num exercício reflexivo-empírico que objetiva analisar contradições sociais através de uma ação social coletiva.

Em Lefebvre (2001), o espaço é ao mesmo tempo o local geográfico

da ação e a possibilidade de engajar-se na ação, isto é não apenas representa o local onde ocorrem os fatos, mas também significa a permissão social para a inserção nesses eventos, desse modo é, ao mesmo tempo, um meio de produção como terra e parte das forças sociais de produção como espaço.

Ao definir espaço, o autor aponta outras características a ele ínsitas, quais sejam: a sua condição de objeto de consumo, instrumento político e elemento na luta de classes.

Enquanto meio de produção, o design espacial é, ele próprio, um aspecto das forças produtivas da sociedade que somado com a tecnologia, o conhecimento humano e a força de trabalho, constitui o potencial de produção da sociedade, concepção esta que se difere da comumente usadas na economia política que reduz o espaço aos domínios da produção, consumo e troca.

Em Lefebvre (2001) essas atividades e locações, se consideradas juntas como espaço social podem constituir um quarto domínio de relações sociais que é da produção de riqueza ou mais valia.

Desse modo, pode-se afirmar que o arranjo espacial de uma cidade, ou região, aumenta as forças produtivas na mesma medida que os equipamentos ou máquinas. Os meios de produção compõem-se dos objetos de trabalho - a matéria prima, e os meios de trabalho - as ferramentas usadas na produção.

O espaço, enquanto força de produção, se insere na categoria de “ferramenta”, porque mesmo não se enquadrando no conceito em si, facilita o emprego das mesmas, o que os economistas políticos definem como ambiente construído, portanto meio de trabalho.

O espaço é também auto-reprodutor, ou seja, as coerências da ordem espacial controlam a natureza e as contradições próprias do capitalismo,

em benefício dos interesses predominantes na sociedade.

Considerando as formulações sobre o espaço em Lefebvre, é possível deduzir que a questão do controle sobre o espaço e suas configurações tem, na sociedade, importância revolucionária tal qual a luta pelo controle dos demais meios de produção, porque tanto as relações de posse quanto a produção do espaço constituem a essência do modo capitalista de produção.

As primeiras cidades surgidas no período neolítico, quando os grupos de caçadores nômades adotaram uma vida sedentária, fixando-se em terreno férteis para o desenvolvimento da agricultura, e firmes no propósito de não mais depender da natureza e poder produzir o seu próprio alimento, iniciou-se um novo estilo de vida dando origem à civilização, inaugurando a convivência humana em agrupamentos.

Da Mesopotâmia, local de florescimento das diversas civilizações à poderosa Roma berço do mais vasto império territorial já conhecido, passando pelo período dos desbravamentos do “Velho Mundo”, as cidades se tornaram espaço privilegiado para o desenvolvimento do comércio, da indústria, das artes, das ciências, enfim um novo modo de cultura e modelo de sociedade.

Na Idade Média, o Feudalismo apoiava-se numa relação social definida pela dependência entre senhores e vassalos, no trabalho servil, numa economia rural direcionada à auto-suficiência e num sistema político descentralizado.

O Mercantilismo, doutrina econômica e política do capitalismo comercial, criou as bases de uma nova geografia européia e mundial, deu origem aos Estados Nacionais Europeus, e, ao mesmo tempo em que o comércio alcançava largas escalas, ocorria o movimento de manufatura em substituição às

corporações de ofício do período feudal. Vê-se que é a partir da ideologia do mercantilismo e da expansão do comércio que as cidades vão adquirindo espaço e importância.

No entanto, a profunda transformação espacial ocorre verdadeiramente, com a introdução da indústria moderna na Inglaterra que marcou o início do capitalismo industrial. A invenção da máquina a vapor em 1769, marco da revolução industrial, que impulsionando a produção industrial favoreceu e modificou em grande escala as relações territoriais e sociais, difundiu cultura e técnica, aprofundou a competição entre os povos, concentrou a produção no espaço urbano e provocou o crescimento cada vez maior das cidades.

A partir daí foi estabelecida a divisão internacional do trabalho entre países industriais e as regiões fornecedoras de produtos agrícolas e minerais, intensificam-se cada vez mais as relações entre territórios distantes e, evidentemente intensifica-se também o fenômeno urbano.

É, então, no espaço urbano configurado que se incorporam as condições favoráveis à formação e ao desenvolvimento do capital industrial. As cidades, ao concentrarem atividades econômicas, criam uma base de serviços necessários a circulação das mercadorias industriais e do capital a ser investido na produção fabril, bem como todo um sistema comercial e financeiro, além de condições de transporte e infra-estrutura que formam o conjunto indispensável a indústria.

O modo de vida urbano representa a definição das estruturas e do papel das cidades pelo capitalismo comercial porque aí se desenvolveram as produções artesanais e manufatureiras.

Com o capitalismo industrial a população urbana cresceu mais do que a rural em razão da revolução industrial, que provocou uma revolução nos modos de produção agrícola. Com a produção de instrumentos para o trabalho agrário e com a modificação do sistema de propriedades e de organização do trabalho no campo, o agricultor foi obrigado a complementar as suas necessidades comprando outros produtos no mercado urbano. Essa dinâmica exigiu a ampliação das vias de comunicação que convergidas para as cidades estimularam o seu crescimento.

Outro fator importante foi o advento do transporte ferroviário que revolucionou os meios de comunicação e, ambos favoreceram o aparecimento de novas regiões industriais na Europa.

Na segunda fase da Revolução Industrial o cenário econômico se modifica bastante: o desenvolvimento industrial em outros países, a aplicação de novas tecnologias à produção e o transporte modificaram a orientação liberal. Agora o capital financeiro ocupa espaço privilegiado nas relações de produção capitalista.

Grande parte das indústrias passou a trabalhar com o capital bancário ou financeiro, há fusões importantes entre indústrias que gera empresas gigantescas com alto nível de tecnologia cujas movimentações financeiras, comerciais e produtivas é movimentada de modo transnacional.

O capital monopolista é responsável pela criação de associações de várias empresas que controlam todas as etapas da produção de uma mercadoria, inclusive a extração da matéria prima, cria os cartéis, estabelece acordos entre as empresas que definem os preços dos produtos, o volume de suas produções e dividem o mercado mundial entre si.

Na metade do século XIX, nos países industrializados, a ampliação da capacidade de produção já havia atingido um limite de consumo de seus mercados tradicionais, o que exigiu a conquista de novos mercados consumidores e de novas fontes de matéria-prima. Assim, é que se assiste a uma corrida das potências industriais do planeta em busca de regiões no globo terrestre que satisfaçam as suas necessidades de matéria-prima e de consumo de mão-de-obra baratas.

Evidentemente, há uma resistência interna à ocupação que somada a disputa entre os invasores gera uma situação de permanente tensão internacional. Essas disputas acirradas imperialistas condicionaram a deflagração das duas grandes guerras em toda a história da humanidade.

A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi responsável por profundas transformações no mundo, pois os países europeus que tiveram suas plantações arrasadas e sua industrialização interrompida pela guerra passaram a depender dos Estados Unidos para o abastecimento e organização econômica internos.

A Revolução Russa foi responsável pelo rompimento desse estado de coisas quando modificou o regime de propriedade, as formas de produção e comercialização de mercadorias e redefiniu novas relações de poder, instaurando o regime socialista na Rússia caracterizado como a primeira grande ruptura e ameaça ao capital internacional. Essa transição entre os dois sistemas econômicos durou mais ou menos uma década. A base principal característica do sistema socialista, ou seja, a planificação da economia foi lançada em 1928, todo o sistema de produção e de organização do espaço geográfico passou a ser definido pelo Estado.

No processo histórico é importante destacar que a aproximação da Segunda Guerra Mundial e as pretensões da União Soviética de expandir sua influência, mundial definiu pela ampliação e privilégio de investimentos em pesquisa e produção armamentista. Interessante observar que mesmo após a guerra essa política não sofreu alterações.

A evolução histórica do capitalismo conta duas importantes revoluções no seu processo produtivo, no início do século XX, com a adoção de dois métodos de organização do trabalho surgidos nos Estados Unidos: o Taylorismo e o Fordismo.

Neste mesmo século a Bolsa de Nova York tornou-se o principal centro de investimentos internacional materializando um ritmo frenético do desenvolvimento capitalista. A consequência devastadora entre o descompasso do capital investido na produção e o crescimento do mercado de consumo, ou seja, superprodução desordenada e ausência de mercados consumidores, ocasionaram a crise de 1929.

O período subsequente à crise de 29, conhecido como a depressão dos anos 30, obrigou o reordenamento das políticas econômicas, inaugurando uma nova visão de mundo que orientou a configuração do papel do Estado nas sociedades capitalistas liderados pelos Estados Unidos.

Agora, o Estado não deveria limitar-se a regular questões de ordem socioeconômica e política, ele deveria assumir o papel de planejador responsável pela divulgação das diretrizes, fixar metas, estimular setores diversos da economia de acordo com as conjunturas.

Este modelo de Estado implantado pelos EUA foi seguido por outros países europeus, e ao final da década de 30 já haviam retomado o

desenvolvimento interrompido pela eclosão da Segunda Guerra Mundial, conflito que envolveu os países mais ricos da Europa arrasando a economia do continente.

O pós-guerra, em termos de crescimento, pode ser contextualizado entre meados da década de 50 ao final dos anos 70. Ao longo desse período foram montados no ocidente sistemas de relações de trabalho que permitiram maior controle dos trabalhadores sobre o uso da força de trabalho.

De meados da década de 70 até os dias de hoje, a tendência vem sendo os desmontes progressivos daqueles sistemas, cuja principal característica de mudança é a transferência do controle do uso do trabalho, do espaço público para o privado.

Neste período, o mundo do trabalho assiste a uma retomada na geração de empregos aliada à redução do poder das empresas em controlar o uso do trabalho, porque esse controle se transferiu para o espaço social. A partir daí uma série de mudanças surgem no modo de produção capitalista⁵ que influenciam diretamente a sociedade, a classe trabalhadora e, conseqüentemente, sobre as cidades que se investem de eixo central das reflexões neste trabalho.

A síntese histórica elaborada até aqui, para o estudo sobre o entendimento do capitalismo, objetivou unicamente propiciar uma seqüência lógica do raciocínio na direção das considerações sobre o objeto do estudo, para o intento recorreu-se a apreensão do significado de sociedades complexas, como se constrói a realidade, da constituição de universos simbólicos e a relevância da

⁵ A esse respeito ver as considerações reflexivas de Ricardo Antunes sobre as transformações no mundo do trabalho no contexto sócio-histórico compreendido pela modernidade, envolvendo análises críticas a partir da doutrina marxiana.

teoria da cultura enquanto rede de significados para orientar a compreensão da temática estudada.

CAPITULO III – UBERABA: ESPAÇO URBANO CONTRADITÓRIO

É preciso romper com a estagnação e realizar a travessia, pois é no meio da travessia que o real se dispõe para a gente.

Guimarães Rosa

O alinhamento histórico da configuração da região mineira onde se situa a cidade de Uberaba aparece aqui como forma organizada de encaminhamento da temática, quer unicamente estabelecer uma idéia de construção sistemática do objeto estudado: o movimento pela moradia na cidade mineira de Uberaba.

Etinograficamente a origem do nome da cidade é resultado da expressão tupi-guarani V-Berab-a, que significa água brilhante ou água que brilha.

A região que é hoje denominada Triângulo Mineiro era conhecida no período colonial e até meados do século XIX como Sertão da Farinha Podre, e compreendia todas as terras situadas entre os rios Quebra Anzol, Das Velhas (hoje Araguari), Grande e Paranaíba. Até 1748 fazia parte da Capitania de São Paulo; entre 1748 e 1816 pertenceu a Capitania de Goiás e desta data em diante constituiu a Capitania e, depois Província de Minas Gerais.

O município de Uberaba, segundo fontes históricas, compreendia quase a totalidade das terras da região denominada Triângulo Mineiro. Nasceu na beira de uma estrada que Anhanguera – o português Bartolomeu Bueno da Silva, construiu na suas entradas pelo sertão em busca de ouro.

A via Anhanguera, símbolo da dominação e desenvolvimento econômico, atravessa o triângulo de sul a norte do porto de Santos a Uberaba e

daí para Goiás e Cuiabá.

A guerra do Paraguai em 1856 e o bloqueio do Rio da Prata desviando o trânsito em direção a Mato Grosso para Uberaba, precisam ser lembrados para explicar a ampliação da atividade comercial de Uberaba. Em função dessa providência que tinha objetivos políticos, a atividade comercial se constituiu na atividade mais importante durante a segunda metade do século XIX.

A síntese cronológica com fatos importantes para a compreensão da configuração do espaço geográfico e político de Uberaba tem o propósito de compor um tempo histórico e as realizações dos sujeitos sociais em um determinado espaço:

- 13.02.1811 – criado o distrito dos índios de Santo Antonio de Uberaba;
- 02.03.1820 – elevação a freguesia (arraial);
- 22.02.1836 – elevação a vila;
- 23.03.1840 – elevação à condição de Comarca do Rio Paraná;
- 02.05.1856 – elevação à condição de cidade, retirando-se parte do nome anterior para ficar apenas Uberaba;
- 12.11.1878 – mudança de denominação da Comarca do Paraná para Comarca de Uberaba;

Reconhecida mundialmente pela excelência, na criação com utilização de tecnologias de ponta do gado zebu e ocupando posição de destaque nacional nas relações comerciais, com base na agropecuária, a cidade de Uberaba é expressão contraditória do modelo de acumulação capitalista.

A infra-estrutura necessária ao desenvolvimento econômico está marcada pelo pioneirismo do local que inaugurou iluminação elétrica na abertura

do século, em 1905. A exploração do potencial energético do Rio Grande garante, até hoje, o abastecimento e empreendimentos nesse setor que totaliza 14 usinas hidrelétricas na região.

A cidade de Uberaba destaca-se como centro educacional: na década de 50 foi criada a Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro, instituição significativa na formação de profissionais da área que exercem a profissão em todo o território nacional.⁶

A década de 70 foi marcada pelo incremento no processo de industrialização do município; ampliação do parque industrial com a diversificação das atividades fabris mantendo, no entanto, vínculo com a vocação da região na utilização de matérias primas locais e o direcionamento para empreendimentos da atividade agropecuária no país.

A cidade é pólo industrial de fertilizantes produzindo trinta por cento do fertilizante fosfatado do país, corretivos, defensivos e equipamentos. Para a pecuária produz sêmem e embriões, mantém indústrias de laticínios, com penetração significativa no mercado internacional, e curtumes, inclusive com o despontar da fabricação de botinas comercializadas em diversos pontos do país.

3.1 O espaço urbano brasileiro, o indivíduo e os movimentos sociais

As cidades brasileiras têm sua gênese há mais de quatrocentos

⁶ A autora interessada nas questões sociais que desafiam a prática profissional da categoria de Assistentes Sociais da cidade e região, quando no exercício da docência na Universidade de Uberaba encontrou-se acidentalmente, o médico pediatra de seus filhos na infância, em reunião comemorativa do grupo de formandos da Faculdade de Medicina, ocasião em que comemoravam 50 anos de formatura. Os ex-alunos da maturidade dos seus longos anos de exercício profissional encontram-se anualmente na cidade mineira para num ambiente sempre festivo manter os vínculos perpetuados desde a graduação em Uberaba.

anos quando os exploradores portugueses começaram a chegar em busca de riquezas; primeiro as matas do litoral foram exploradas em busca do pau-brasil, que culminaram nas primeiras aglomerações que deram origem as primeiras cidades.

A agricultura do açúcar, do algodão e do café e, posteriormente, a criação de gado aparecem como destaque de atividades econômicas do país que impulsionaram a ocupação do solo brasileiro pelos portugueses.

As cidades do interior surgem com o movimento dos bandeirantes e sesmeiros que desbravam caminhos pelo interior da colônia em busca de riquezas e novas terras, provocando o surgimento de novas vilas e povoados.

Em Minas Gerais, as cidades interioranas nasceram principalmente em razão da extração de minerais, especialmente o ouro. Assim as primeiras vilas aparecem durante os séculos XVII, XVIII e XIX e hoje são conhecidas como as cidades de Ouro Preto, Sabará, Diamantina, Mariana, São João Del Rei e Tiradentes, neste período representavam a rota do ouro.

Gilberto Velho em seu livro *Individualismo e cultura* (1987) faz uma interessante conexão entre a hierarquização da sociedade brasileira e a colonização portuguesa.

Para o autor o próprio processo de colonização que ocorreu em um momento em que o Renascimento e a Reforma, com seus respectivos correlatos, já definiram um sistema cultural em que o individualismo – enquanto ideologia inovadora em relação à Idade Média pragmática já havia se infiltrado nos sistemas mais totalitários – constrói situações diversificadas.

Por exemplo, desenvolve-se uma sociedade em que a hierarquia é o princípio ordenador: no modo de produção apoiado pelo trabalho escravo

constituído por categorias sociais de valores desiguais onde, de um lado, estão os senhores de engenho, mais tarde os usineiros e, do outro lado, os escravos, depois os proletários rurais e urbanos, fica muito parecido com as sociedades de castas.

No entanto, em outras áreas do país a sociedade organiza-se de modo diferente como no caso das entradas e bandeiras, os ciclos do ouro e do gado e a contínua expansão das fronteiras internas abrem espaço para uma ideologia e uma escala de valores onde o indivíduo pode ser a unidade social significativa, dependendo, é claro, de uma ação legitimadora do Estado que, com mecanismos limitadores, pode impedir ou estimular “surto individualistas”.

O Estado de Minas Gerais com os ciclos do ouro e dos diamantes criam uma sociedade com indícios particularizantes manifesto na literatura, música, artes plásticas entre outros.

A cultura particularizada do povo mineiro que se auto classifica como pacíficos enquanto construtores de uma história de poucas guerras, com poucos, mais importantes nomes de expressão na luta pelo direito de ser brasileiro num território dominado por estrangeiros e, ou ideais fundamentados na segregação, como Tiradentes e o ideal republicano, mas também um povo que se destaca desde as capitanias como especialista no trato com as questões agrárias, daí o senso comum de que o mineiro é “caipira” no sentido da relação com o rural, as manifestações culturais demonstram um senso crítico carregado de humor que ilustram a perspicácia e ousadia do mineiro.

A síntese dessa idéia pode ser lida em “causos” contados por um autor mineiro que relata em textos muito bem humorados a história cultural do seu povo, contextualizando e indicando características próprias.

A literatura ressalta o uberabense como um sujeito convicto, conceituado como “misto de mineiro, paulista e goiano, portanto um tipo diferente, tradicional e conservador nos costumes, mas revolucionário nos hábitos. A transcrição de um dos seus causos colhidos no livro *O triângulo de bermudas* (CUNHA,2001.) o título, de modo sutil, satiriza a configuração geográfica onde está situada a cidade de Uberaba, anuncia, a partir do olhar de um mineiro, algumas características culturais e o modo de expressá-las:

BUSCANDO CERTEZA

Uma das mais apreciáveis características do nosso povinho é a discrição, que ele exerce freqüentemente em regime de autoproteção. Embora paulista-agente, o triangulino é mineiro-vivente-não se mostra, esconde o jogo, assunta, observa, vigia. Fubá é o nome do Camilo Nunes. Na realidade é apelido, mas nos invernistas do Triângulo, Barretos e Araçatuba pouca gente sabe disso, ou do seu nome de batismo. Tremendo conhecedor de gado e gente, Fubá fez nome pelo seu espírito, inteligência, senso de humor, sorriso pronto, fala mansa de mineirinho caipira em conduzir negócio a final feliz-sempre a seu favor. Apesar disso, e como tantos outros, Fubá quebrou na Uberaba do Zebu de ouro e foi obrigado, como todos, a emigrar para novas terras e negócios. Baixou em Araçatuba, início da era de corte, mais quebrado que arroz de terceira e mais animado que galo de briga no primeiro encosto. A barra foi dura, viajando no fordinho, comprando bezerros fiados pra vender aos invernistas mais ricos e acomodados, morando em hotelzinho de segunda, fazendo tempo e esperança de levar a Marina de Minas pra lá. Um dia, a sorte estourou, e no sentido real. Fubá e o primo Zé tinham comprado um bilhete da federal, no sair da manhã e da luta diária. Voltaram à tardinha, Araçatuba em festa, foguetório promovido pelo dono da lotérica: a sorte grande tinha saído ali. Diziam pela rua que dois mineiros eram os felizardos. Zé, tímido e assustado, aguardou a decisão de Fubá, ainda incerto se eram eles os felizardos premiados. Fubá escorregou pela rua até o ajuntamento na casa vendedora, todo mundo feliz e aguardante. Pasmou ali uns minutos, escutando o papo, aproximando-se do falante e esfuziante vendedor. Chega um curioso e pergunta: - Afinal, quem foi que comprou a sorte? E o dono, enfunado nos seus ventos: - Tou esperando eles. São dois caipiras mineiros, rabo-grosso, lá de Uberaba. Sorte só sai pra gente atrasada! Fubá escorreu de volta ao hotelzinho e ao Zé disparou a conclusão: - Zé, ganhamos mesmo! (CUNHA, 2001, p.104-105).

A Antropologia contemporânea de Gilberto Velho, circunscrita na preocupação teórica de lidar com a questão da construção da realidade, da constituição de universos simbólicos e localização de questões pertinentes à

cultura conduz a recorrer à temática indivíduo e cultura com a intenção de diálogo com outros autores que possam fundamentar a argumentação teórico-metodológica neste trabalho.

Um dos aspectos importantes assimilados da discussão antropológica está no risco metodológico de ao isolar, por motivos de estratégia de pesquisa, segmentos ou grupos sociais e tomá-los como realmente independentes é ilusório, porque grupos aparentemente isolados podem fazer parte de um sistema mais amplo em termos econômicos, políticos e culturais.

Certamente, identificar sociedades tribais ou não complexas exige a adoção de critérios determinantes que definam a sua unidade ou homogeneidade para se falar em menor ou maior complexidade.

Na outra dimensão, a complexa, traz a idéia de heterogeneidade cultural entendida como a coexistência, harmoniosa ou não, de uma pluralidade de tradições com base ocupacional, étnicas, religiosa e outras.

É, portanto, importante verificar quando e como as diferenças culturais de uma sociedade complexa explicam a divisão social do trabalho, pois existe uma relação intrínseca entre essas duas dimensões; a divisão social do trabalho e a heterogeneidade cultural, ou seja, como a divisão social do trabalho explica as diferentes tradições culturais de uma sociedade?

Entende-se nossa sociedade como complexa, industrial, resultado da Revolução que moldou um tipo de sociedade cuja complexidade está fundamentalmente relacionada a uma acentuada divisão social do trabalho, ao aumento da produção e do consumo, à articulação do mercado mundial e a um rápido e espantoso crescimento urbano.

Este tipo de sociedade abarca um número maior de indivíduos em

razão das forças produtivas (conjunto social da tecnologia de produção) que proporcionou o crescimento populacional e baixou o nível de mortalidade, configurando a principal característica da sociedade industrial complexa; o aparecimento das cidades habitadas cada vez mais por um maior número de pessoas que usufruem as inovações tecnológicas como sistema de transporte, recursos e organização da produção.

As cidades modernas e o espaço que se está ocupando pode ser entendido na perspectiva de Bosi (1992), a partir da identificação das marcas culturais presentes.

O verbo latino *Colo* dá sentido à ação de ocupar a terra, trabalhar, cultivar a terra é expressão maior de um movimento sempre incompleto, portanto, transitivo, na perspectiva de que o ato ou fenômeno contém possibilidades de sujeição do agente que depende do trabalho para sobreviver.

A ocupação do solo urbano configura a reprodução do projeto de colonização do novo “mundo”, agora num arremedo de projeto cujas forças matrizes são buscadas em nível da ocupação da terra, morar em determinado pedaço de terra.

Embora os agentes deste processo não são apenas suportes físicos de operações econômicas, como os exploradores europeus, mas sim sujeitos sociais que trazem na memória, na linguagem, na identidade traços culturais que serviram de armas, escudo, estímulo, incentivo nas lutas cotidianas pela sobrevivência.

Em Gilberto Velho, toda e qualquer sociedade em princípio existe a possibilidade de individualização, processo que não se dá fora das normas e padrões daquela sociedade, por mais valorizada que seja a liberdade individual. A

noção de que os indivíduos têm capacidade para efetivar escolhas é a base para se pensar em projetos.

Na tentativa de individualização no contexto antropológico para explicar a cultura, o autor trata de projetos como fenômeno puramente interno, subjetivo, elaborado dentro de um campo de possibilidades, circunscrito histórica e culturalmente, onde o ator vive a sua experiência como única se reconhecendo nos outros através das semelhanças e coincidências.

O projeto enquanto conjunto de idéias e, conseqüentemente, as condutas que compõem o processo de execução estão sempre referidos a outros projetos e condutas localizáveis no tempo e no espaço.

Desse modo, é possível estabelecer uma relação entre as discussões de projeto e o movimento social, categoria teórica que pretende explicar a realidade empírica estudada nesse trabalho, ou seja, o movimento refere-se à ação do homem na história que envolve um fazer materializado no conjunto de práticas sociais, e um pensar por meio de um conjunto de idéias que motiva e dá fundamento à ação, uma práxis, portanto.

O relativismo cultural nos permite, potencialmente, contextualizar os valores envolvidos em face das experiências sócio-históricas particularizadas, pois se o projeto é consciente envolveu ou envolve cálculos e planejamento não estritos à dimensão econômica, mas à noção culturalmente situada de riscos e perdas em termos individuais e em termos grupais.

Entendido como “conduta organizada para atingir fins específicos” (SCHUTZ, citado em VELHO, 1987, p. 107), pressupõe a dimensão consciente da vida social, da ação do sujeito ao se organizar em grupos, ou categorias sociais para o alcance de objetivos definidos, ou ainda, as possibilidades de intervenção

sócio-política de grupos ou comunidades constituindo estratégias de mudanças, na medida em que o ideal projetado pode manipular e dar direção ao conjunto de símbolos existentes em determinada cultura, portanto implica sempre em algum tipo de seleção em função de experiências, estratégias e necessidades dos participantes.

Para a delimitação da problemática neste estudo é necessário partir do pressuposto de que se em uma sociedade de classes o difícil é identificar se o projeto em questão é representativo dos interesses de uma classe, de um setor dentro de uma classe, ou se não há nenhum vínculo específico com classe.

Os movimentos sociais são ações coletivas que evidenciam o caráter sóciopolítico através das práticas sociais dos atores pertencentes a diferentes classes sociais. Em sociedades complexas o protagonismo individual na elaboração de projetos individuais se dá dentro de um contexto em que diferentes mundos ou esferas da vida social se interpenetram, se misturam e até se conflitam.

A possibilidade de formação de grupos de indivíduos com um projeto social que englobe, sintetize ou incorpore os diferentes projetos pessoais, vai depender da percepção e vivência de interesses comuns que podem ser os mais variados - classe social, etnia, status, família, religião, vizinhança, ocupação, partido político, etc.

Essa formulação teórica nos permite definir o objeto deste estudo como movimento representativo dos interesses da classe trabalhadora, embora a reivindicação pontual possa parecer representativo de um grupo dentro da classe, mas trata-se da necessidade fonte da articulação e todos são atores constituintes do movimento, os moradores, os parceiros representados pelo protagonismo

individual, coletivo ou institucional.

A identidade comum do movimento urbano uberabense está expressa no fato de seus componentes não terem um teto para morar, questão social que qualifica o grupo de moradores para lutar pelo objetivo comum – conseguir teto para abrigar a família.

3.2 Cultura: mediações e simbologia

Para o antropólogo Roque de Barros Laraia (2003), cultura é um conceito que tem como propósito dar conta do sistema de significados abrangentes de um determinado universo social e, que por isso exige do investigador autonomia suficiente para delimitar as fronteiras.

A fundamentação teórico-prática do referido autor lhe permite afirmar que o debate teórico sobre o conceito de cultura ainda não se esgotou, ou seja, em face da diversidade de compreensões e proposituras divulgadas por um número considerável de estudiosos do assunto referendados em seu livro *Cultura – um conceito antropológico* (2003) leva-o a ressaltar que a compreensão do conceito de cultura significa a compreensão da própria natureza humana, tema eterno da incansável reflexão do homem sobre a sua condição humana. Sobre os modos ou estilo de viver e sobreviver.

Para ratificar e complementar essa concepção recorreremos a Bosi (1992), para definir condição, na perspectiva de modo de viver:

Condição traz em si as múltiplas formas concretas da existência interpessoal e objetiva, a memória e os sonhos, as marcas do cotidiano no coração e na mente, o modo de nascer, de comer, de morar, de dormir, de amar, de chorar, de rezar, de cantar, de morrer e ser sepultado (BOSI, 1992, p.27).

A interlocução com a obra de Laraia permitiu conceber a cultura como “rede de significados” cujo contexto cultural é simbólico, expresso em todos os níveis, domínios e dimensões da vida social, portanto todas as coisas, bens materiais ou idéias e as pessoas transmitem mensagens, significados.

O *Homo Sapiens* se caracteriza por duas especificidades: a faculdade de aprender e a sua plasticidade, atributos preponderantes na evolução humana que rompendo com suas limitações; animal frágil, provido de insignificância força física, dominou a natureza e, do modo como vem explorando a natureza e as relações próprias do sistema de produção capitalista, tornou-se o mais poderoso predador. Isso porque possui cultura.

O termo *culture*, cunhado por Edward Tylor (1832-1917) resulta da síntese dos termos *kultur* (germânico) utilizado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma comunidade e da palavra francesa *Civilization* que se referia às realizações materiais de um povo.

Com o conceito de cultura que inclui conhecimentos, crenças, artes, moral, leis, costumes ou capacidades ou hábitos adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade, Tylor marcava as possibilidades de realização do homem sublinhando o caráter de aprendizado da cultura em oposição a idéias de aquisições inatas, transmitidas por mecanismos biológicos.

Desse modo, a cultura pode ser objeto de estudo sistemático, já que se trata de um fenômeno natural que possui causas e regularidades. Numa síntese pode-se anunciar de modo simples que o homem, sendo um membro proeminente da ordem dos primatas, dependente do seu equipamento biológico, para se manter vivo precisa satisfazer um número determinado de funções vitais:

alimentar-se, respirar, dormir, satisfazer-se sexualmente, etc.

Embora essas atividades sejam comuns a toda a humanidade, o modo como cada uma delas as satisfaz varia de uma cultura para outra, e, é essa grande variedade num número relativamente pequeno de funções que faz do homem um ser predominantemente cultural.

A comunicação ou linguagem tem um papel fundamental: a linguagem humana é um produto da cultura, mas não existiria cultura se o homem não tivesse a possibilidade de desenvolver um sistema articulado de comunicação oral que lhe permitisse transmitir toda a experiência dando, assim, concretude ao interminável processo de acumulação cultural.

A cidade moderna apresenta características precisas como espaço de concentração populacional, de instrumentos de produção, de capital, de necessidades e prazeres. A cidade é lócus privilegiado de produção do conhecimento, de obras, alegria, prazer e, de coisas objetos (bens materiais trocáveis), espaço ocupado por todo tipo de gente e atividades, ou seja, uma sociedade.

Essa configuração social indica a necessidade de uma administração, de polícia, de impostos, ou seja, de política voltada para a realização do bem comum através das organizações e instituições públicas e privadas.

Dentre as várias instituições existentes nas sociedades capitalistas destacam-se as instituições de ensino, responsáveis pelo processo formativo de líderes pensantes capazes de desencadear ação construtiva nas diferentes áreas de conhecimento que, integradas, constituem o patrimônio cultural da espécie.

A divisão entre campo e cidade como nas análises de Lefebvre,

imprimiu uma digressão na noção de totalidade social: à cidade as atribuições do trabalho enriquecido e desenvolvido pelo trabalho intelectual, inclusive as funções de administrar e comandar; ao campo o trabalho material desprovido de inteligência. Evidentemente o progresso tecnológico do mundo contemporâneo tem definido outros contornos para essa realidade.

A cidade sujeito coletivo da história responsável pelo global, pela práxis no seu conjunto é o cenário da produção criativa de estratégias ideológicas de intervenção administrativa, de condução do uso do solo urbano, e do objeto deste estudo.

Nas ciências humanas o objeto de estudo é sempre a sociedade, objeto esse que se acha no interior dos sujeitos, por isso, objeto e sujeito são inseparáveis, não há como estudar as ações do homem urbano sem considerar a sua trajetória sócio-histórica, identificando os símbolos e significados culturais que compreendem as categorias ou unidades, e regras sobre as relações e modo de comportamento de determinada comunidade.

Na realidade social existem vínculos permanentes, não é possível separar radicalmente fatos dos comportamentos dos sujeitos, isto é a sua valorização. A concepção de sujeito transindividual em Goldmann (1972), pressupõe qualidade de transformação da realidade pelo sujeito, a partir da idéia de o único sujeito que pode perceber a causa do conjunto dos fenômenos é o sujeito coletivo, através de ações políticas que se apresentam como tentativa consciente de intervenção na vida social visando transformações.

Se vida social pode ser concebida como conjunto de processos através dos quais grupos humanos tentam realizar um conjunto satisfatório e coerente com o meio ambiente e natural, esse processo exige fatos de

consciência, elemento essencial e não autônomo.

No entanto, identidade não é apenas uma questão pessoal ela é construída vivida no mundo, num diálogo com os outros, “que se constrói nas tramas das relações sociais, no espaço mais amplo da luta de classes. (MARTINELLI, 1995, p. 311)”.

3.3 O movimento uberabense de luta pela moradia Estrela da Vitória

Existe o movimento uberabense de moradia,... é uma organização, contudo não está registrada ele têm uma direção e trabalha não só em prol do” Estrela da Vitória. (MÁRIO).

O paradoxo é evidente: de um lado, há uma população que isoladamente ocupa confortáveis condomínios para se proteger das conseqüências sociais provenientes do estado de miserabilidade em que se encontra a grande maioria da população; e, de outro lado, os segregados, guetos pobres expressos em bairros periféricos.

Existe ainda um contingente populacional que não tem acesso a nenhuma condição de moradia, ou seja, habitantes do espaço urbano que não têm onde morar. Estes elementos constituem o cenário do urbano brasileiro contemporâneo.

A acumulação capitalista mercantil se materializou nos últimos quatro séculos. No entanto, na sua gênese (século XVI) se funda como localização privilegiada de produção explorando os trabalhos escravos, compulsórios, cuja base ou sede era o campo, mas o controle era efetivado no espaço urbano, estratégia econômica adotada para garantir a acumulação internacional.

Desse modo, as cidades assumem, no Brasil, um caráter político-administrativo marcado por uma estrutura burocrática e figurando como instrumento regulador da exploração mercantil. Destituídas da condição de mercado consumidor (uma vez que o produzido no campo era destinado à exportação) e, da força de trabalho.

Todo o processo histórico que determina o urbano no Brasil perpassa pela relação capital – Estado – modo de produção. É evidente a simbiose Estado e classe social detentora dos bens de produção e o fundamental papel estatal na garantia da expansão capitalista, redundando na urbanização da economia e da sociedade e, é neste sentido, que se estabelece o que está definido como urbano.

O espaço estruturado pelo processo de urbanização - as cidades que concentram hoje, a indústria, o comércio, os serviços, níveis produtivos - orienta a classificação dos centros urbanos em pólos centrais e pólos periféricos, do ponto de vista econômico.

A análise do processo de desenvolvimento urbano mostra que o ritmo foi muito mais rápido e que há uma distinção significativa das necessidades socioeconômico e culturais das populações constituintes da classe trabalhadora, e que o atendimento dessas necessidades está subordinado às exigências da reprodução e acumulação capitalista, ou seja, as necessidades relativas à habitação, transporte, saúde, educação, assistência.

A segregação urbana é passível de compreensão através do mecanismo próprio do mercado imobiliário e do papel do Estado que, ao definir as regras gerais do desenvolvimento urbano e financiar os equipamentos coletivos, favorece os monopólios.

A especulação imobiliária é um fenômeno próprio do mercado e estruturador do modo de produção capitalista que permite a acumulação desigual e a conseqüentemente segregação social. É neste contexto sócio-histórico que se insere o objeto deste estudo: a comunidade Estrela da Vitória” constituída a partir da necessidade básica comum dos seus atores sociais – a moradia.

A descrição da gênese do movimento social pela moradia em Uberaba e do seu desdobramento, mais essencialmente enquanto meio de transformação da realidade, enquanto forma de reunião dos homens em sociedade, forma que se manifesta a partir das relações econômicas objetivas que dominam as relações dos homens entre si e, por conseguinte, também as relações desses homens com a natureza, pretende desvelar o pensamento, as emoções, as estratégias, os vínculos, as esperanças e as dúvidas dos atores sociais que o materializaram.

Para esse fim, foram entrevistados, em momentos diferenciados daqueles destinados a obtenção de dados para a análise, outros dois protagonistas do movimento que serão identificados com os nomes fictícios de Pedro e Paulo para a elaboração da história do movimento de luta desde os seus primórdios.

Os sujeitos sociais entrevistados em momentos específicos, com o fim precípuo de resgatar a história através da recuperação dos fatos, que originaram o fenômeno, objeto do estudo, são pioneiros e permanecem ligados ao movimento por diferentes vias: o Pedro é morador da comunidade, ocupa cargo de representação da diretoria do Movimento popular de luta pela moradia e o Paulo assume a liderança das ações e desempenha também o papel de educador, formador dos agentes comunitários, legitimado para representar o

sujeito coletivo no âmbito municipal, estadual e nacional.

A identidade atribuída aos moradores está refletida na sua denominação de os sem-teto. Manoel Del Rio em texto intitulado *A luta por moradia*⁷ ao responder a pergunta “Quem são os sem-teto” diz o seguinte:

As cidades funcionam impulsionadas por um conjunto complexo de serviços realizados por milhões de trabalhadores. São os trabalhadores da higiene e limpeza de ruas, residências, hospitais, escolas, profissionais da saúde, educação, transporte, distribuição de energia, empregados do comércio, operários da construção e da indústria. Enfim, os trabalhadores urbanos criam e dão manutenção a tudo o que existe na cidade. Entretanto, tudo que é produzido e desenvolvido na cidade serve apenas a uma minoria de ricos. O povo trabalhador vive na miséria. Isto porque os salários recebidos pela maioria dos trabalhadores não pagam o aluguel de dois cômodos. Os recursos públicos ou são roubados pela casta burocrática, ou são destinados a obras para os ricos, ou ainda sustentam todo o tipo de parasitagem dos ricos. A propriedade imóvel urbana é uma indecência completa. As terras e prédios urbanos servem a um bando de proprietários parasitas e especuladores. Os trabalhadores urbanos sem-teto são os que trabalham para esses ricos. Fazem tudo e não têm nada. E a verdade precisa ser dita. O povo trabalhador não pode livrar-se da miséria e da pobreza enquanto os ricos dominarem. Claro está que o destino de milhões de pessoas é o de viver na pobreza. E estas pessoas continuarão sempre na pobreza enquanto as terras, prédios e o controle da cidade continuarem nas mãos dos ricos. Claro está que os trabalhadores sem-teto urbano não devem apenas esperar ajuda de ninguém e de parte alguma enquanto eles próprios não se unirem, não se derem às mãos numa só luta tenaz e desesperada contra os ricos da cidade e do campo.

A trajetória do movimento criado a partir de uma ação coletiva de ocupação de uma área de 80 mil metros quadrados entre os bairros Planalto e Volta Redonda, região periférica da cidade de Uberaba, exemplifica a realidade esboçada pelo texto de Manoel Del Rio presente em material elaborado pelo Movimento Sem-Teto do Centro de São Paulo.

Para embasar a reflexão sobre a condição dos homens e mulheres vítimas da condição social em que vivem por não ter acesso as condições mínimas de sobrevivência no espaço urbano, e a indignação da população com a crescente desigualdade social dá origem a movimentos que procuram reivindicar

⁷ Texto contido no folheto elaborado para discussão na Coordenação do MSTC - Movimento Sem-Teto do Centro São Paulo, em 10 de dezembro de 2000-

por seus direitos de cidadãos.

Segundo relato dos protagonistas foi em 03 de outubro de 2000, de forma espontânea, cerca de 400 famílias, incentivadas pelo desejo de ter onde morar ocuparam a área equivalente 80 mil metros quadrados.

O local, segundo os moradores da região, a mais de quarenta e cinco anos não tinha nenhuma utilidade ou função social. As famílias ocupantes fortaleceram o propósito e mantiveram-se firmes na adesão à estratégia da ocupação porque a ação foi assessorada pela CMP (Central de Movimentos Populares do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba) e de representantes de outros órgãos e instituições.

No dia seguinte realizaram uma plenária que contou com a participação de integrante da CMP de Uberlândia, da Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese de Uberaba, da Pastoral da Criança, de um ex-vereador, de um representante do deputado estadual de Minas Gerais, e uma vereadora. Nesta plenária realizou-se a eleição da comissão central do acampamento e foram definidos os critérios de seleção e permanência no assentamento, estabelecidos os objetivos do movimento.

A partir de então, além da Central de movimentos populares, o movimento teve apoio de deputados, vereadores, e de pessoas ligadas ao movimento religioso popular e da Comissão de Direitos Humanos. O objetivo central do movimento está referenciado na impressão do folheto informativo da Central de Movimentos Populares, que circulou na cidade na mesma semana da iniciativa da ocupação:

Estes movimentos e pessoas fizeram o compromisso com estas famílias de não organizar mais uma favela, mais lutar pela conquista de uma

moradia digna e com qualidade de vida (INFORMATIVO CMP, SET/OUT., 2001).⁸

Consolidado, o movimento passou então a reivindicar o direito à condições decentes de moradia. Para tanto, uma comissão de moradores, representantes do movimento, agendou uma audiência com o prefeito da cidade de Uberaba, para cobrar a intervenção do poder público local através da definição e execução de política cujo desenvolvimento atendesse a principal necessidade material das famílias constituintes do movimento, ou seja, uma política habitacional capaz de a curto prazo facilitar o acesso a unidades habitacionais para as 400 famílias cadastradas no movimento.

O representante do poder executivo acionou a COHAGRA – Companhia Habitacional do Vale do Rio Grande - empresa municipal encarregada do planejamento e execução das políticas do setor, que a partir de então manifestou a sua intervenção neste caso, somente após decisão judicial interpelada para deliberações sobre a legalidade do ato das famílias e indicações de restituição das terras ao seu legítimo proprietário.

A deliberação judicial passa a referendar a não intervenção do poder executivo municipal nas questões relacionadas a ocupação do solo público, bem como no atendimento emergencial das necessidades básicas para a sobrevivência das famílias assentadas irregularmente .

A imprensa local divulga essa decisão do governo local com a afirmação do prefeito: “Só iremos interferir após decisão judicial”.

Em 16 de outubro é expedida a primeira liminar de reintegração de

⁸ Estes informativos referidos, tem autoria atribuída à CMP, porém circulam na forma de folhetos que têm por função mobilizar a população em torno da temática tratada em fases específicas. Estes folhetos são desprovidos de outros dados catalográficos

posse da área ocupada.

O poder executivo local, na pessoa do Senhor Prefeito, passa a ser o oponente na luta materializada no ato da ocupação. Os discursos de acusação que proferidos de lado a lado, fundados em interesse e ideologias distintas assume posição de “arma comum” para as partes oponentes.

A intervenção da Comissão de Direitos Humanos, através da ação profissional dos seus advogados garante a revogação da liminar de reintegração de posse da área ocupada justificada na falta de fundamentação.

As famílias assentadas passam a ser objeto de sistemática intenção de intimidação, materializada em estratégias que vão desde a queima noturna dos barracos à ameaças anônimas direcionadas aos indivíduos que despontasse no papel de liderança no movimento

Em dezembro de 2000 foi criado pelos moradores o MULPM (Movimento Uberabense de luta pela moradia), que proclamou as seguintes metas e objetivos: a não construção de favela, ideal que se concretizaria através da execução do projeto de organização e estruturação da área que estabelece a divisão desta em 390 lotes com 200 metros quadrados cada um, organizados em 13 quadras; a inibição de venda de lotes; a alfabetização de crianças, jovens, e adultos, o incentivo a religiosidade, a organização de mutirões solidários para a construção de casas de alvenaria e de próprios públicos e áreas comunitárias no limite territorial do assentamento, além da avenida principal e várias ruas.

Em janeiro de 2001 a empresa CCO (Construtora Centro Oeste Empreendimentos LTDA) alegando ser proprietária das terras entra com pedido de desapropriação. Novamente com a ação da Comissão de Direitos Humanos, o pedido é revogado.

Simultaneamente as lutas pelo direito de permanecer no local e fortalecidos pelas conquistas legais até aqui, as famílias começam a construir casas de alvenaria. Em resposta às ações do movimento no dia 17 de maio de 2001 através do Jornal da Manhã, a prefeitura publica uma ação de desapropriação das terras do acampamento. O informativo da CPM traz o seguinte comentário a respeito:

Esta ação de desapropriação foi seu projeto para resolver a questão da moradia na cidade, isto provocou a desatenção do prefeito aos problemas sociais que ocorrem por falta de investimentos em projetos realmente populares (INFORMATIVO DA CMP- 20/05/2001)

No mesmo mês, o movimento – por indicação da vereadora Marilda Ribeiro Rezende é homenageado pela Câmara Municipal de Uberaba. A prefeitura então, reconhece a empresa CCO como proprietária legítima das terras através pagamento no valor de R\$ 288.000,00, pela desapropriação das terras.

A pesquisa da trajetória do MULPM revelou que o movimento procurou estabelecer relações de parceria sistematizada na ação mais direta com a Igreja Católica, a ABRACO (Associação Brasileira de Rádios Comunitárias – MG), a Universidade de Uberaba por meio do curso de arquitetura e com o curso de Serviço Social, a Rádio Sociedade de Uberaba, Associações de Bairros (entre elas a do parque das Américas e a do Bairro Ozanan), Instituições espíritas, Igrejas Evangélicas, partidos políticos como o PT (Partido dos Trabalhadores), PMDB (Partido da Mobilização Democrática do Brasil), PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados), PCdoB (Partido Comunista Brasileiro), PV (Partido Verde), PDT (Partido Democrático Trabalhista) e ainda do ministério público entre outros.

A publicação do manifesto público editado pelos moradores com o apoio da Central de Movimentos Populares traz a justificativa para as articulações:

O motivo de tantos apoios foi devido a seriedade e a urgência de se discutir uma política de moradia realmente popular e social, e a condição desumana em que se encontram as famílias pressionadas com a possibilidade de serem massacradas e de não terem para onde ir, sendo assim jogadas na rua (manifesto público S/D)

O manifesto denunciou através do discurso impresso, a compreensão dos moradores sobre as providências político-administrativas do poder executivo local, que informou o descaso com a demanda social revelada pelo movimento e o posicionamento do governo local na luta travada pela posse da terra. Trechos do discurso ilustram esta síntese:

[...] a desapropriação de 390 famílias para a construção de um clube para caminhoneiros o CAPIT (Centro Assistencial e Profissional Integrado dos Trabalhadores em Transportes), que poderia ser construído em qualquer uma das 5 áreas livres que estavam à venda próximo ao assentamento. a Prefeitura gastaria R\$ 228.000,00 para comprar uma área que nem mesmo a justiça consegue descobrir a quem pertence!

[...] se existem famílias sem moradia é porque Uberaba está em falta com suas políticas sociais.

Além de tornar públicos esses fatos, o movimento também realizou manifestações, abaixo assinados, distribui panfletos, entrou com medidas judiciais e por fim conseguiu uma suspensão temporária da liminar de desapropriação.

A partir de então, a prefeitura decidiu suspender sua interferência no processo de desapropriação e reintegração da área delegando a decisão ao âmbito legal, ratificando, no entanto, a decisão do governo local em não executar nenhuma obra de infra-estrutura no local até a deliberação definitiva da justiça, após o processo percorrer os trâmites legais nessa instância de poder.

Atualmente os moradores do assentamento continuam reivindicando melhores condições de vida, e um de seus principais problemas é a falta de saneamento básico. Não existe no local rede de esgoto, energia elétrica e água encanada nas residências (são apenas três torneiras espalhadas pela área que abastecem todas as famílias), eles não têm transporte coletivo e a coleta de lixo é insatisfatória.

Para tornar visível o assentamento que materializa o Movimento Social de Luta pela Moradia em Uberaba e fundamentar a análise da importância dessa dinâmica, enquanto forma coletiva de enfrentamento das contradições sociais vividas pela população residente no espaço construído, partiu-se do pressuposto metodológico de que a unificação empírica do real passa necessariamente pelas condições sociais e históricas em que são produzidas pelo seu sujeito ator.

Os dados e atos concretos que compõem a experiência produzida por esses sujeitos atores reais, que em si mesmos compõem o real e, por suas ações mediatizadas por condições materiais de existência, aquelas que já existiam independentes das suas ações e, aquelas que produziram com as suas práticas sociais, estão descritos nos discursos reveladores dos sujeitos entrevistados com o objetivo de recomposição da história do movimento.

O discurso enquanto espaço em que emergem as significações, as ideologias, as contradições, as correlações de força são representados aqui como enunciados dos sujeitos sociais concretos, porta-vozes do discurso social, instrumento de análise.

A aproximação do universo da pesquisa se funda no propósito de interlocução direta com seus agentes atores, daí a decisão de recuperar feixes

históricos a partir do enunciado discursivo de dois protagonistas dessa história, intitulados objetivamente e dispostos de modo contínuo intencionalmente, para garantir a fidelidade do movimento a partir da cronologia, mas, essencialmente objetiva identificar as estratégias pensadas pelos moradores de acordo com os acontecimentos.

O território...

Incluir a vertente territorial para compreender a ação dos sujeitos sociais, que se movem no determinado limite do território urbano da cidade de Uberaba, é atribuir a ação de ocupação a materialidade de uma consciência de luta por acesso ao que é direito, e a perseverança neste ideal é demonstrada no propósito firme de sobrevivência em condições miseráveis em local sem nenhuma infraestrutura para garantir a posse da terra.

O território, para além do seu caráter físico é a referência da identidade do movimento social que referencia a ação como geradora e mantenedora das relações construídas pelos homens que nele vivem.

A configuração territorial do Movimento de Luta pela Moradia – Estrela da Vitória pode ser visualizada através das fotos, em diferentes episódios da vivência dos moradores no espaço territorial.



Moradores transitando pela Avenida principal do espaço ocupado



Trecho do espaço territorial ocupado pelos militantes do movimento.



As primeiras moradias...

A identidade...

O nome Estrela Vitória surgiu em discussão coletiva e teve várias sugestões como Aparecida ..., um punhado de outros nomes, apesar de ter grande assessoria e apoio de pessoas ligadas à igreja católica, mas não é um movimento católico, é um movimento de luta. A estrela eu acredito que é influência de ligação de pessoas do PT, porque tem uma participação de gente do PT no grupo de apoio e vitória porque a própria luta projeta uma vitória. Porque a cada dia aqui uma vitória acontece! (PEDRO)

A ação e o discurso estão intrinsecamente relacionados na identidade revelada simbolicamente no nome Estrela da Vitória. Os fundamentos doutrinários do Partido dos Trabalhadores – PT inspiram e revertem-se no fundamento do movimento de luta pela moradia, ou seja, o PT é uma instituição de caráter político com exigências de programa, de disciplina e de rotinas próprias que ressalta ações participativas, projetos democráticos, a defesa da cidadania e o desenvolvimento social, cultural e político.

Seus fundamentos baseados no pensamento de esquerda expressam sentimento de indignação pela miséria social, propondo propostas éticas e diretas às injustiças para concretizar o desejo de superação do quadro desumanizado, explorado e subalternizado, em que se encontra a grande maioria

da população brasileira.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República do Brasil, em 2003, é marco político na história da nação. Pela primeira vez ascende ao poder um representante legítimo dos trabalhadores, entretanto avaliação do mandato representativo dos ideais de esquerda mostra o direcionamento contraditório onde o Estado sob o governo Lula mantém a sua posição de subordinação ao capital, apresenta características de Estado mínimo para os trabalhadores e parceiro competente do capital.

O resgate do Estado regulador atuando como mediador nas relações capital/trabalho, com o foco nos interesses do capital, inviabiliza a realização de ações de superação das condições sociais vividas pela classe trabalhadora brasileira. A continuidade dos fundamentos que orientam a política econômica – política cambial, contração dos investimentos produtivos e altas taxas de juros, é indicativo de que o governo Lula, pelo modo como vem reproduzindo a política de desmonte da nação implantada pelo Governo antecessor, não dará materialidade aos ideais do projeto político de esquerda que, pelo menos até aqui, representam apenas fundamentos discursivos.

Desse modo a estrela é representação simbólica ideológica no processo de interação social vivido no assentamento recuperado por eles por aproximação ao símbolo já conhecido – a estrela do Partido dos trabalhadores aliada à idéia do resultado almejado – a vitória.

A invasão..., ação:

Em termos de idéia foi o pessoal que estava sem moradia, vivia de favor e de aluguel aqui no Bairro Planalto. Aí numa certa noite e na época a

gente não sabia o que era invasão e ocupação. Vamos invadir isso aqui porque é um terreno há mais de cinquenta anos que o terreno era inútil. Estava aqui mesmo pra depósito de lixo, inclusive já foi lixão nessa época e então o pessoal resolveu ocupar esse lugar, tinha uma cerquinha muito velha, aí o pessoal abriu a cerca e começou pegar uns paus, fincar para marcar. Então a gente pegou já nesse momento, dormimos até numa barraca que fizemos com uns dois paus de um lado e de outro. Pegamos uma loninha e só a descemos... A gente em nove pessoas dormimos tudo de baixo, já com o dia amanhecendo a gente providenciou a fazer umas barraquinhas melhores para ficar. (PEDRO).

A necessidade básica de moradia impulsiona a ação dos sujeitos, que na singularidade buscaram recorrer à inserção no agrupamento que vai se constituir na gênese do movimento popular urbano, que tem como eixo central a mobilização pela luta para o acesso a moradia.

A qualificação do limite territorial, objeto da ocupação, desconsidera o fato da sua utilização no passado como depósito do lixo da cidade, minimizando os prejuízos ambientais conseqüentes e a possibilidade de contaminação das pessoas.

Essa diretriz adotada revela o objetivo imediato para a ação, conforme delineado no fragmento do discurso do sujeito Paulo:

[...] é uma ocupação para provocar uma situação. Porque? Porque não tem a finalidade de ficar dono, se tivesse a finalidade de ficar dono seria uma invasão, mas como é só no sentido de provocar uma resposta então é ocupação, ocupou temporariamente. Desde o princípio era uma ocupação. Aqueles que são contra a gente fazem questão de dizer que é uma invasão, porque a invasão conota negativo, ocupação, quer dizer, estava desocupada, você ocupou, estava sem finalidade, se deu finalidade; agora a invasão ela dá uma idéia de que é bandidagem, que é uma coisa agressiva, desordenada. Nós queremos lutar por moradia. E se não der certo essa aqui – nós vamos continuar lutando porque precisamos de um lugar pra morar. Se tiver alguém aqui dentro que for oportunista, a gente não tem compromisso com essas pessoas, tem compromisso com quem precisa. (PAULO)

A centralidade é a luta organizada empreendida pelo coletivo, e a vitória se reflete no atendimento da necessidade concreta vivida pela população, e a condição precária de sobrevivência assume condição de provisoriedade no

processo de luta.

A ação de ocupação do solo público é estratégia prática para garantir instrumentalidade prevista no Estatuto da Cidade, lei em vigor desde 10 de outubro de 2001 que regulamenta o Capítulo de Política Urbana da Constituição Federal de 1988, (Artigos 182 e 183), pela via da participação organizada coletivamente que quer dar visibilidade, através da ação e do discurso, aos preceitos bases da lei que objetiva garantir o cumprimento da função social da cidade e da propriedade urbana, com o estabelecimento de normas de ordem pública e interesse social, que possam regular o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos.

Ocupar a área foi o primeiro ato de coragem da população excluída, as condições estruturais e de insegurança em que viveram os primeiros momentos da ocupação, e que pouco se modificaram até os dias atuais, expressam essa disposição moral para o enfrentamento do ordenamento espacial que reproduz as contradições capitalistas em benefício dos interesses predominantes em detrimento do contingente populacional que precisa articular mobilização, participação consciente, em propostas coletivas de lutas.

À administração do município caberia implantação imediata do saneamento básico para a condição de miserabilidade em que se encontra a parcela da população que sobrevive no solo urbano em condições de espoliação, noção introduzida por Kowarick para se referir a ausência de recursos infra-estruturais.

A precariedade de consumo coletivo, que aliados ao não acesso à terra e à moradia, formatam a desigualdade no espaço das cidades e requer a

intervenção administrativa/gerencial e política do poder local.

A iniciativa de ocupação articulada busca chamar a atenção dos governantes para a problemática urbana. Esse propósito, isoladamente mesmo que alcançado, não significa encaminhamento definitivo para as desigualdades sociais e as demandas urbanas.

A complexidade da temática exige estratégias inovadoras de atuação colocadas em prática a partir da capacitação do sujeito singular e coletivo na utilização dos instrumentos definidos no Estatuto da Cidade, através da apropriação dos instrumentos urbanísticos capazes de amenizar as disparidades de ocupação do espaço urbano.

Esse processo de capacitação instituiria a atuação de forma interdisciplinar das diversas disciplinas do conhecimento que estão presentes no assentamento, arquitetura, serviço social, nutrição, terapia ocupacional e psicologia possibilitando ao movimento elaborar o próprio diagnóstico da realidade urbana em que estão inseridos para que possam propor, monitorar e participar das soluções para os problemas vividos na singularidade do assentamento e na totalidade da cidade.

A capacitação, mediatizada pela mobilização e organização da classe subalterna, é a base de uma pedagogia emancipatória capaz de modificar a forma de pensar e agir plasmando novas perspectivas de participação consciente e autônoma, indicativa de uma cultura representativa de consciência coletiva, porque o exercício político é instrumento de fortalecimento estratégico para transformar a realidade vivida, não pode ser realizado como algo paralelo à realidade concreta dos sujeitos.

A organização política e espacial...

Entre eles surgiu alguém para liderar. Elias que era o cigano que chamava de esporinha... E ele o Ricardo, o Paulinho, esses foram os que ajudaram a dar uma certa organizada. E eles fizeram um cadastro ... (PAULO)

A iniciativa de ocupação tem o propósito de concretizar acesso à moradia, chamar a atenção do governo local para a questão social, e representa o ponto de partida da mobilização para a luta pelo direito social.

A experiência revela a preocupação com a organização burocrática do movimento através da elaboração de documentos formalizadores, na discussão e implementação dos critérios de legitimidade para o acesso e permanência no movimento e, da organização do território acatando orientações técnicas especializadas reproduzindo formatação convencional imobiliária.

A representatividade do discurso.

Na quarta-feira ainda, a polícia já apareceu e naquele primeiro momento já foram detidos pra depoimento, o Murilo, Paulinho e o Ricardo. Eles foram representar os demais, mesmo sendo ocupação espontânea, tínhamos que ter uma representação, porque não tinha como ir trezentas pessoas porque a essa altura já éramos mais de trezentas famílias aqui, quando chegou no fechamento do caderninho que seu Elias estava fazendo tinha mais de quatrocentas famílias. Dentro do movimento de luta a gente tem uma visão que é a seguinte toda a terra de acordo com a lei tem uma finalidade social, como essa terra não tinha finalidade social nenhuma nós a ocupamos. (PAULO)

A distinção entre as estratégias de ação; ocupar ou invadir se baseia no princípio legal de finalidade social para o solo. O movimento dos sem terra – MST adota a referência de que se aquele que está usando a terra não é proprietário, a sua utilização é baseada numa relação extensiva de interesse econômico individual, a terra, portanto, é área de ocupação e objeto de programa

de reforma agrária.

A expressão consciente

Ocupação se faz com o que? Com presença, com expressão concreta. Fizemos a plenário, às três horas da tarde no dia seis e dali saiu uma comissão central. É impossível trabalhar com famílias desse tamanho sem ter uma coordenação, sem ter comissões, sem ter as coisas funcionando bem. O pessoal achou que estava certo as orientações e formou a comissão central que foi o início da organização do Movimento Uberabense de Luta pela Moradia, porém não tinha esse nome ainda [...] nós já tínhamos aqui o respaldo e assessoramento da Central do Desenvolvimento Popular. (PAULO)

O conflito singular, localizado territorialmente, amplia-se com base na identidade de interesses comuns presentes no seio da classe de trabalhadores como um todo.

Desse modo a ocupação e as estratégias organizacionais são ferramentas na construção de uma consciência adequada, ou seja, de luta política capaz de suscitar a importância da solidariedade de classe através da experiência social coletiva para fundamentar e fortalecer a capacidade de agir à passividade e ao isolamento.

As relações...

Não fugimos da administração, nós a buscamos para resolver a questão porque era um caso de responsabilidade do município [...].

Naquele tempo a gente tinha até pensado em negociar com o município, se o prefeito tivesse disposição, talvez o povo tivesse ido até pra outra área, foi em fevereiro, quando a gente procurou o prefeito para negociar o seguinte: a prefeitura comprava a área e assentava as famílias aqui, ou negociava uma outra localidade e leva as famílias, então a gente queria discutir essa área em si, porque quem dizia ser dono não tava provando que era dono e aí o prefeito compra essa área de quem era dono.

A proposta que existiu era do povo ser atendido lá no 2000, mais aí a gente fez a seguinte matemática, o lançamento do 2000 foi no governo Luís Neves, já tinha seis anos e atendeu 600 famílias e tinha 800 na frente das famílias da Estrela da Vitória, quer dizer que ia mais seis anos no mínimo para atender a lista e a gente nem achava justo também ser passado na frente, porque os que estavam na fila também precisavam de casa.

A arquitetura da UNIUBE entra quando nós já tínhamos feito a

organização das ruas, só que a gente viu que não estava ficando bons os lotes, estava ficando fora do esquadro, e aí surge a universidade: a arquitetura falava que estava dispostos a fazer um trabalho junto, depois da arquitetura veio o serviço social e depois a psicologia. (PAULO)

A convivência coletiva é estimulante, favorece a aquisição progressiva da consciência crítica através da identificação sobre quais são os direitos e deveres do indivíduo na sociedade, principalmente aqueles pertinentes ao contexto das questões porque se luta.

Faz parte desse processo a agregação, a aplicabilidade de normas técnicas dispostas em consequência do avanço de pesquisas e estudos acadêmicos, a identificação de interesses envolvidos, bem como, a correlação de forças que mediatizam os conflitos conforme a ótica de classes.

Esse processo não se materializa espontaneamente, é mediado pela atuação dos vários agentes inseridos no movimento que desempenham papéis de assessoria técnica, política e religiosa.

Essa atuação é fundamental nesse processo, porque é no exercício da prática cotidiana que o movimento social acumula experiência na medida em que a ação é planejada, a partir da aplicação desse conhecimento, definindo estratégias e formulação de demandas e táticas de enfrentamento dos oponentes qualificados a partir da reflexão crítica do contexto real em que estão inseridos.

A configuração social das famílias constituintes do movimento:

Temos todo controle desde os primeiros ocupantes, inclusive a gente antes de abrir as ruas fez um cadastramento entregando senhas, a gente foi passando de lote em lote fazendo o cadastro e entregando senhas para o nosso relatório oficial de nomes dos moradores. (PAULO)

A formulação da configuração social das famílias residentes no território do Estrela da Vitória é resultado de levantamento inicial realizado nos cadastros preenchidos pelos moradores para atender critério de documentação e conhecimento dos candidatos a moradores no local.

A inserção dos alunos do Curso de Serviço Social, no espaço de prática configurado pelo movimento de luta pela moradia de Uberaba, pressupõe a pesquisa como instrumento técnico operativo da prática profissional num movimento dialético, que se dá pela sistematização de conhecimento necessário ao planejamento e execução da prática profissional, e por outro lado a intervenção profissional alimenta e reconstrói esse conhecimento.

Uma das técnicas de pesquisa utilizada foi a tabulação de dados organizados em categorias representadas por indicadores sociais selecionados do cadastro do Movimento. O preenchimento das fichas se deu no início de 2001, nessa data o movimento era composto por 390 famílias.

Os indicadores pesquisados e demonstrados abaixo referem-se ao universo composto por cento e cinquenta fichas dispostas no escritório do Movimento em 2002, e que foram pesquisadas e tabuladas para atender interesse de aproximação da realidade das famílias e, a partir da sua análise, subsidiar elaboração de intervenção do Serviço Social e das demais disciplinas do conhecimento atuantes no local.

Quadro I - Idade do chefe da família

Faixa etária	Número de pessoas em %
18 a 20 anos	11,04%
21 a 30 anos	33,72%
31 a 40 anos	28,49%
41 a 50 anos	13,95%

51 a 60 anos	5,23%
61 a 70 anos	4,07%
71 a 80 anos	1,74%
Não respondeu	1,74%

Os dados revelam que a maioria das famílias residentes no Movimento tem como principal provedor indivíduos em idade produtiva, porém excluídas do mercado formal de trabalho, embora com alguma qualificação profissional como demonstra o quadro seguinte:

Quadro II - quanto à profissão: ⁹

Profissão	Nº de pessoas em %
Jardineiro	1,162%
Pedreiro	10,465%
Lavrador	20,348%
Comerciante	1,744%
Servente	1,162%
Borracheiro	1,744%
Garçom	1,162%
Serviços gerais	4,651%
Pintor	0,581%
Motorista	2,325%
Do lar	15,697%
Tratorista	2,325%
Doméstica(o)	9,883%
Trabalhador rural	1,744%
Aposentado	1,162%
Diarista	1,162%

⁹ O ordenamento quantitativo isoladamente oferece aproximações do real vivido, no entanto a elaboração do projeto de intervenção social elaborado para orientar e direcionar a formação teórico-prática das alunas e atender a demanda identificada no Movimento fundamentou-se na constatação através da convivência cotidiana que mostrou que esses trabalhadores são itinerantes no mercado, ou seja, encontram-se freqüentemente desempregados e para sobreviver recolhem material reciclável no território, o que fortaleceu a proposta da criação de uma cooperativa de lixo com os trabalhadores do Movimento.

Téc. Em processamento de dados	0,581%
Mecânico	1,162%
Carpinteiro	1,162%
Serralheiro	0,581%
Vendedor ambulante	0,581%
Trabalhador braçal	0,581%
Lavador de carro	0,581%
Servente de pedreiro	1,162%
Estudante	1,162%
Vigilante	0,581%
Sacareiro	0,581%
Operador de caixa	0,581%
Armador	1,162%
Aux. de enfermagem	0,581%
Secretária	0,581%
Repositor	0,581%
Vigia noturno	0,581%
Vendedora	0,581%
Chapa	0,581%
Sapateiro	0,581%
Escriturário	0,581%
Sacador	0,581%
Auxiliar geral	0,581%
Não respondeu	5,813%

Importante observar através do indicador referente a qualificação profissional ou atividade produtiva dos moradores, que somente 24,75% desempenham atividades relacionadas com a atividades relativas ao campo, a grande maioria já representa mão-de-obra produzida pelo capital na sua escalada industrial e são atividades criadas para atender demandas do espaço urbano.

O indicador referente a tempo de residência em Uberaba demonstra que não há entre as famílias residentes forasteiros ou migrantes temporários, a

classificação de menor tempo de residência está representada pela fração correspondente entre um e cinco anos, e está representada por apenas 9,89% das famílias residentes, portanto são agentes construtores do espaço urbano contextualizado.

Quadro III -quanto ao número de pessoas que compõe a família

Nº de pessoas que compõe a família	Nº de famílias com essa composição em %
1 pessoa	3,49%
2 pessoas	15,12%
3 pessoas	25,58%
4 pessoas	23,84%
5 pessoas	16,86%
6 pessoas	10,46%
7 pessoas	0,58%
8 pessoas	0,0%
9 pessoas	0,58%
Não respondeu	3,49%

Este indicador demonstra que a maioria das unidades residenciais, ou a maioria dos barracos é habitado por famílias compostas pela média, compreendida entre três e quatro pessoas, padrão de composição familiar que agrega pais, filhos e agregados.

Quadro IV - quanto a renda familiar: ¹⁰

Renda Familiar	Nº de famílias com essa renda em %
Até ½ salário mínimo	1,74%
Acima de ½ e até 1salário	47,68%
Acima de 1 e até 1 salário e ½	20,93%
Não respondeu	3,49%

¹⁰ No período em que os cadastros foram realizados o salário mínimo era de \$150,00.

Considerando as condições de subemprego e desemprego vividas pelas famílias residentes no assentamento, a referência salarial descrita não representa um dado sistemático, mas pode servir de indicador de carência econômica, fundante do estado de pobreza crescente que é, ainda, atravessado pela incerteza radical quanto à possibilidade de sobrevivência no espaço urbano marcado pela necessidade e império de consumo.

Os indicadores urbanos presentes nas cidades brasileiras revelam que aspirações universais de garantia de moradia digna, de assentamentos urbanos seguros, sustentáveis e integrados como direito humano não se concretizam.

A análise, de indicadores numéricos, mas, fundamentalmente, a análise das condições reais observadas diretamente no assentamento Estrela da Vitória são reveladoras das contradições manifestas da desigualdade na distribuição da renda, da exclusão social e territorial da escassez de políticas públicas.

A flagrante precariedade de condições de vida da população excluída materializa as concepções de que o uso e ocupação territorial no espaço urbano acontecem obedecendo interesses capitalistas, isto é, o direito de abrigar-se em teto digno não é universal para todos aqueles que protagonizam a construção do espaço urbano, ou seja, o direito à cidade é indicador da exclusão e perpetuação dos privilégios e fomentador da desigualdade.

O paradoxo evidente na construção do espaço urbano remete à categoria da práxis para explicar a transformação social pretendida, porque o processo de conscientização, base da ação do sujeito coletivo, é resultado da sua

práxis cotidiana, no desenvolvimento dos projetos individuais e coletivos levados a diante.

Ao Serviço Social, enquanto profissão que tem a transformação social como horizonte da sua prática profissional de ruptura, cabe referendar a práxis enquanto processo de ação e reflexão que na relação com a realidade exige conhecer e agir sobre essa realidade.

O conhecimento tem como objetivo a transformação da prática social entendida como atividade racional e social dos homens na transformação da natureza e na produção material da sociedade.

Assim, chama-se a atenção para a indissociação entre teoria e prática no processo de conhecimento que é colaborador do processo transformador.

A prática profissional deve diferenciar-se do ativismo, pela via da reflexão crítica sobre a sua ação, por isso é pertinente fazer esse exercício no desenvolvimento do próximo capítulo, levando em conta que a teoria nutre-se na prática social e histórica dos homens, e representa a força transformadora que orienta a prática no desbravamento dos caminhos que concretizarão os ideais de transformação da sociedade, de uma nova ordem social.

CAPÍTULO IV – PENSAR *VERSUS* VIVER: aproximações entre experiência vivida e as categorias teóricas

Neste capítulo serão articuladas as categorias centrais: movimentos sociais, qualidade de vida e investigação e prática, com os dados empíricos para a compreensão do fenômeno estudado e conseqüente obtenção de respostas aproximativas para questões colocadas.

4.1 Movimentos sociais

Concordamos com a afirmação de Gohn (2003) sobre serem os movimentos sociais no campo de atividades e de experimentação social estimuladoras da criatividade e inovações socioculturais.

Caracterizam-se como prática coletiva de luta por interesse ou necessidades individuais que transformados em discurso coletivo representam a principal demanda, vitalizam a experiência presente de luta que pode ter inspiração no passado. O deputado lembra que “no governo de Uberaba de 1983 a 1988 esses movimentos tiveram voz, tiveram vez e, várias pessoas então se acostumaram a continuar esse trabalho”.

O passado referido inspira as ações do presente, mantendo-se o tema ou necessidade estimuladora – a moradia - e as experiências antecessoras representam ponto de partida, referendam a iniciativa como justifica o morador:

A gente sabe que Uberaba hoje quase setenta por cento da cidade foi ocupação, inclusive eu já morei em três lugares que já foi ocupação. O

Planalto¹¹ é ocupação, tem na vila Osanan também, e, aqui em volta é tudo ocupação. Essas do Planalto eu conheço há uns trinta anos. Em 1973, 1974 ele só tinha casinha de lona, o pessoal era bem desestruturado. (MÁRIO).

A ação dos moradores do Estrela da Vitória, em forma de ocupação do solo público, tem como meta primeira dar visibilidade, chamar a atenção das autoridades para a sua necessidade de teto e socializar a disposição de enfrentamento através da mobilização.

Inspira-se em outras experiências do passado que no limite se constituíram em favelas urbanizadas. O Jardim Planalto, bairro freqüentemente citado, é um exemplo. É composto por lotes irregulares formando um triângulo, no passado era o Pássaro Preto, área urbanizada na década de 90 do século XX, inclusive os moradores são possuidores de títulos de posse da terra.

Verifica-se, no entanto, que a inspiração atravessa as fronteiras das unidades federativas. Invasões ou ocupações são expressões de um modo peculiar da população organizada para reivindicar direitos, estabelecer uma condição para negociações com os poderes constituídos e chamar a atenção para uma problemática ou necessidade emergente ou crônica, como é o caso da moradia. O professor pesquisador da Universidade conta que:

Se não me engano, eu tenho mapas de 15 invasões legalizadas. É uma prática cultural, mas que veio das metrópoles, os movimentos sociais têm papel importante porque tem isso como movimento nacional que foi passado para os municípios [...] em São Paulo tem muito isso, programa-se a invasão e se invade ordenadamente, de um dia para o outro. (JOSÉ CARLOS BEZZON).

A cidade em Lefebvre (2001) é uma categoria histórica resultante da destruição das formações sociais anteriores e da acumulação primitiva do capital.

Ela é objeto, é espaço de relações sociais que são materializadas

¹¹ Planalto: bairro anexo a área ocupada pelos moradores do “Estrela da Vitória” (Nota da autora).

pela mediação da práxis a sua configuração moderna é expressão do movimento histórico-social dos seus produtores que movem-se dentro das possibilidades estabelecidas conforme interesse das relações entre capital e trabalho, mediada pelo Estado.

É no espaço urbano e moldado pela história que as necessidades individuais e coletivas se impõem.

O principal componente de um movimento está no fato de os seus membros apresentarem interesses em comum, embora a adjetivação de sem-teto, por exemplo, não seja o suficiente para caracterizar a ação de um grupo como movimento social. Interessa-nos o fato de que os atores sociais do nosso objeto de estudo formam um coletivo social com histórias e antecedentes em comum.

Em primeiro lugar a demanda material do movimento (moradia) do movimento é politicamente apresentada e transmitida no campo das relações sociais, que define essa necessidade de acordo com a posição ou instituição que o legitimou como parceiro de luta.

A qualificação desse tipo de demanda, a material fica referida no campo das políticas sociais, busca a efetivação de políticas de habitação popular suficientes o bastante para minimizar o déficit habitacional, que representa desafio a ser enfrentado com soluções viáveis.

O ex-ministro, deputado, candidato às eleições municipais de Uberaba no próximo pleito, sustenta a legitimidade do movimento pró-moradia nesse espaço com o seguinte discurso:

Queremos alicerçar o nosso plano de governo e reconhecer que temos que conviver naturalmente com isso, e, o que nós nos diferenciamos é exatamente na sensibilidade que a gente tem e a capacidade de diálogo que é fundamental num processo de encaminhamento de soluções de forma razoável.(ANDERSON ADAUTO)

De outro lado, há a demanda representada pelos ideais subjetivos de cada sujeito social. Os objetivos identificados como fundamentos dessas demandas estão relacionados com a necessidade de serem tratados como sujeitos de direito, de ser o movimento caminho para recuperação da dignidade, do reconhecimento de que são participantes do processo de urbanização; de construtores do espaço cidade, primordialmente, de chamar a atenção para a sua condição de igual, de humanos.

A digressão sobre dignidade está muito mais relacionada ao dogma religioso do que propriamente à condição legitimada pela Carta Magna de 1988. A garantia legal de sujeito de direitos é muito mais princípio ideológico e (ou) profissional dos parceiros que trabalham com a possibilidade de difundir o ideário entre os moradores.

A expressão textual da igreja reconhecida no discurso do padre privilegia a dignidade, mas distingue as interfaces de uma totalidade concreta que é a relação direta entre cultura e política, conforme fragmento de seu enunciado:

Os movimentos sociais são uma garantia para resgate da cidadania da pessoa. O Estrela da Vitória não se caracteriza enquanto movimento social, é manobra política. O papel da igreja está voltado para conscientizar e evangelizar. A igreja se faz presente buscando favorecer a vida, sobretudo das crianças e idosos. A igreja coloca nesse espaço como instrumento que busca na verdade, a inclusão social e religiosa.(ALVIMAR)

É preciso ampliar os limites dos discursos para sublinhar um aspecto importante na compreensão daquilo que faz parecer uma incongruência, ou seja, entendidas como espaço de representação dos interesses e ações da sociedade civil. Esse fenômeno é a resposta possível à falta de espaços de democratização e do debate político implementado pelas políticas governamentais que

desestimulam e tornam rarefeitos esses espaços.

Assim, os movimentos sociais assumem papel preponderante na disputa simbólica da construção da democracia que, por sua vez, é constitutiva da disputa política, por isso pensar ação coletiva no espaço de construção democrática exige atenção na interface entre cultura e política.

Álvares (2000) defendem a premissa teórica de que a cultura, enquanto conjunto de significados que integram as práticas sociais, é sempre conectada com a política que gera processos de disputa de poder e de resignificação das práticas sociais.

A partir dessa compreensão é possível inferir que além de recuperar estratégia, ou trilhar caminhos já percorridos na garantia do direito à moradia, os ocupantes de áreas públicas na cidade de Uberaba estão conectando cultura à política, ou tornando o cultural um fato político, o que fundamenta a compreensão do padre ao identificar a ação como manobra política.

De fato, a cultura enquanto construção coletiva de produção de significados molda a experiência social e configura as relações sociais, daí a disposição de ambas as partes, moradores e “assessores” em configurar em um movimento social, cultural e político os interesses individuais, coletivos e institucionais.

A realidade urbana concentra no espaço (cidade) e no tempo, os elementos da produção: as empresas, os mercados, as informações e as decisões. A sociedade capitalista urbanizada se funda na divisão social do trabalho e as cidades têm um papel preponderante para contribuir no crescimento das forças produtivas, da produtividade do trabalho, na utilização das técnicas.

Contraditoriamente, combinação das técnicas e a organização do

trabalho têm produzido o aumento da população urbana, provocando o desaparecimento do campo.

O capitalismo e o seu modo de produção impõem a segregação de pessoas, de grupos, das funções e dos lugares. Essa imposição pode ser observada na contradição singular envolvendo a cidade e o campo: as cidades absorvem o campo estendendo o seu espaço físico, contraditoriamente a segregação capitalista produz a ruralização das cidades produzindo os subúrbios e as periferias, próximas ou distantes, que manifestam as conseqüências da propriedade da terra: especulação fundiária, rarefação espontânea ou provocada.

No município de Uberaba, a contradição está estampada na disposição do governo local em recuperar a área ocupada pelos moradores, que reivindicam pedaço do solo para abrigar-se e utilizá-la para fins de valorização imobiliária. Para exemplificar melhor essa idéia evocamos os enunciados dos sujeitos entrevistados.

Hoje, qual cidade quer ter nos seus principais acessos uma situação daquela, um cartão de visitas daqueles? Como fica o marketing urbano? A cidade vive da indústria, 45% da economia de Uberaba é da indústria ligada à agropecuária, de fertilizantes, de móveis, etc... (JOSÉ CARLOS BEZZON)

Saíram loteamentos, áreas extremamente populares do outro lado da rodovia logo após a ocupação, então eu creio que com um pouco de boa política nós teríamos evitado a ocupação numa entrada da cidade importante que será ali com a conclusão do asfaltamento da BR [...] Nós temos ali uma entrada da cidade que é preciso preservar, o objetivo é esse, toda cidade preza suas entradas, é o seu cartão de visitas mas o movimento aconteceu infelizmente não foi dado a solução quando era muito pequeno [...] e depois do fato consumado não levaram nenhum serviço mesmo o essencial que é a água. (ANDERSON ADAUTO).

As condições vividas pelas famílias residentes no “Estrela da Vitória” representam a materialidade da segregação. São trabalhadores excluídos do mercado capitalista e excluídos do território urbano. O espaço na periferia da

cidade sem infra-estrutura, objeto da luta da população segregada, é expressão concreta das contradições do modo de produção capitalista.

A cidade de Uberaba-MG tem 45% da sua economia representada pela industrialização da tradição local pecuarista. É palco de significativa produção de fertilizantes, de industrialização de produtos alimentícios; é espaço produtivo que criado a partir da produção agropecuária transformou-se em *locus* de industrialização urbana. É também reconhecida como centro produtor de móveis industrializados.

Enquanto energia social canalizada que se potencializa pelo exercício do fazer propositivo, o movimento organizado, a partir de uma demanda real, vem se sustentando com a ajuda dos parceiros, que através de ações próprias referendadas pelo objetivo, pela dinâmica institucional e pela visão de mundo que fundamenta as ações individuais têm garantido “assistência” aos moradores no singular e ao sujeito coletivo.

No plano da singularidade, a igreja manifesta a sua crença na condição de transformação das condições reais de vida dos moradores, apostando no trabalho assistencial aliado ao despertar das pessoas na crença em seu potencial de justiça e igualdade.

Primeira coisa é a presença da igreja que se faz através da assistência religiosa e social na construção de barracas, assistência à saúde e alimentar, através da sopa semanal, cestas básicas e enxoval para recém nascidos.(ALVIMAR)

Na acepção dos moradores a ação coletiva identificada por eles como movimento social de luta pela moradia de Uberaba e publicizada como Movimento Estrela da Vitória é uma estratégia de luta com objetivos definidos: conseguir um lugar para morar, exercer a sua condição individual de

representação das suas necessidades, interesses e capacidade de lutar por ela; materialização de ideais de organização e protagonismo no enfrentamento das questões próprias da classe trabalhadora; espaço de fortalecimento e crescimento individual, condicionando o estado de cidadania coletiva.

O discurso dos sujeitos sociais envolvidos com a questão denota uma diferenciação construída por eles em relação ao vocábulo interesse.

Nesse espaço, fundamentado nas concepções e modos de simbolizar as práticas sociais, o interesse deve ser igual à causa, ou seja, o interesse deve ser representativo da causa e, conseqüentemente, parecer na essência adjetivado como outro vocábulo de significado referenciado nos seus movimentos– o compromisso.

Compromisso com os ideais de democracia, de garantia de direitos civis, políticos e sociais, de dignidade, honestidade nas intenções de cumprimento das atribuições definidas institucionalmente para cada parceiro e, acima de tudo, o compromisso de fazer um movimento organizado, um movimento que tenha clareza dos objetivos e que a materialização desses objetivos se concretize através da participação individual com o cumprimento das decisões definidas pelo coletivo em assembléias de moradores, em reuniões internas ou externas.

O interesse com compromisso aparece já nos critérios adotados para “seleção” das famílias integrantes¹², como prioridade para aquelas que têm crianças, seguidos por aqueles que estão em vias de despejo por falta de pagamento de aluguel, e não há possibilidades de abrigamento em casa de

¹² A demanda por moradia popular na cidade de Uberaba é maior do que o número de unidades habitacionais ofertadas pela política municipal para questões da habitação, somadas a mobilidade urbana, as conseqüências de desestruturação do mundo do trabalho, o volume de candidatos a ocupar uma quadra no espaço conquistado obriga os moradores a definir critérios de seleção para a absorção da família candidata.

familiares.

A unidade e concretude dos ideais estão manifestadas nos documentos que institucionalizam o movimento como estatutos, regimento interno, planos e projetos, cadastros informativos sobre as famílias constituintes, etc. e, também na linguagem e discurso que perpassa as relações sociais, como anuncia o Joel:

A gente foi construindo alguns parâmetros [...] com o compromisso de que ali fosse um bairro organizado, que tivesse rua, que tivesse alguns princípios de organização e igualdade, inclusive todos os lotes são 10 x 20 m. A partir desse sentimento inicial, todos aqueles que pegavam área maior conseguiam se conscientizar que não havia possibilidade de ficar com o maior enquanto outro ficavam com terrenos minúsculos [...]

A perspectiva de luta coletiva fortalece o ideal e facilita o processo de conscientização sobre noções de igualdade e, sobretudo sobre o significado das dimensões de público e de privado.

Então a melhor forma que conseguimos de localização geográfica foi a gente conseguir fazer o desenho do mapa e cada um teve que aceitar de ficar apenas com essa área mesmo que ele tivesse ocupado área maior, inclusive liberando as ruas, as áreas comunitárias, área verde, área de esporte e lazer e de outras funções sociais - possíveis cooperativas, centros comerciais -essas idéias que foram construindo a história [...] (JOEL)

A reconstrução dos discursos em torno das relações dos indivíduos e grupos sociais que dão forma ao movimento, permite estabelecer a relação empírica do discurso teórico sobre urbanização no Brasil.

De modo muito simples poderia dizer que a urbanização é processo histórico concretizado pela ação do homem buscando novos rumos, novas perspectivas amparadas pelo ideal de desenvolvimento de progresso sob a égide das determinações do sistema capitalista.

As abordagens mais recentes sobre movimentos sociais mostram

uma preocupação mais alinhada com questões culturais e do cotidiano o que remonta a leitura das condições sócio-históricas e das condições político-culturais dos sujeitos que as engendram.

Nas relações de parceria do movimento Estrela da Vitória predomina, nos discursos de ambas as partes, um ideal de liberdade e valorização da ação do sujeito ator, da estratégia adotada, mas, contraditoriamente a prática cotidiana concreta reproduz práticas conservadoras sobre o papel do Estado, fortalecidas pela divisão social do trabalho pressupondo hierarquia entre saberes ou posições sociais dos indivíduos:

Eu acredito que até hoje nós não temos saneamento básico tudo por briga política, eu acredito que nessas eleições agora, a gente tem que procurar pessoas certas pra nos ajudar nas horas certas, infelizmente essa ajuda não estamos tendo de acordo com o que é necessário, a nossa vida aqui é muito precária. (MÁRIO)

A participação dos parceiros deveria proporcionar, junto com o exercício político-cultural das atividades e atribuições que lhes são delegadas por constituírem o sujeito coletivo, um ambiente de reflexão sobre as condições de vida que vive e criar condições para a leitura do contexto socioeconômico e político no qual estão inseridos.

Desse modo, a compreensão e conseqüentemente o discurso e a ação estariam vinculados à idéia de que a Constituição Federal promulgada em 1988 e os seus desdobramentos nos primeiros anos da década seguinte – expressos nas constituições estaduais e municipais, no advento dos conselhos municipais, o estatuto da criança e do adolescente, etc.

A proximidade com esse fato, devidamente refletido com os moradores, produziria a referência compreensiva de que além de incorporar uma agenda universalista de direitos e proteção social, a Carta Magna traduz a

exigência, e acena com a possibilidade de participação popular – pela via dos conselhos gestores, para uma gestão negociada e partilhada, com o amparo legal capaz de conciliar democracia e cidadania.

Assim, a incorporação de instrumentos legais e jurídicos incentiva a adoção de uma prática social fundada na soberania popular redefinida e ampliada para além do voto.

Se exercida desse modo, a participação popular no âmbito de um movimento urbano representa a conquista de espaço de representação e negociação para a formulação e implementação de políticas públicas eficientes, no sentido do atendimento das necessidades do cidadão, ou seja, da materialização do pressuposto teórico de direitos e cidadania.

4.2 Qualidade de vida

No contexto dessa pesquisa a qualidade de vida figura como categoria utópica, síntese e constituinte de todo processo, deve ser entendida como objetivo singular e coletivo, meta orientadora da prática social, independente da posição em que se encontra o sujeito social na busca constante da transformação social.

Não obstante, a sua não inclusão prévia no contexto teórico, a sua figuração como categoria teórica explicativa se tornou compulsória no processo de análise em decorrência da descoberta de que a qualidade de vida fundamenta as intenções dos sujeitos sociais na proposição de lutar, é referência do devir do processo das inter-relações produzidas na construção desse espaço urbano, cenário de desigualdades e injustiças próprias das relações e modos de produção

capitalistas.

O termo qualidade de vida é freqüentemente utilizado de modo difuso com outros termos ou conceitos mais genéricos como meio ambiente, modo de vida e estilo de vida. Cada grupo social apropria-se desses termos e lhes atribui conteúdos distintos segundo os movimentos, grupos e contextos que pertençam.

Minayo (2001), define o termo qualidade de vida como construção social forjado pela relatividade cultural a partir de três formas de referência: histórica na qual os parâmetros de qualidade de vida diferem em determinado tempo do desenvolvimento econômico social e tecnológico de uma determinada sociedade; cultural pelo qual os valores e necessidades são construídos e hierarquizados de modo diferente ao revelar suas tradições; estratificações ou classes sociais mostrando as desigualdades e heterogeneidades, os padrões e as concepções de bem-estar estratificado.

Qualidade de vida, do ponto de vista conceitual, é uma abstração porque pertence ao universo ideológico, ou seja, o sentido em si confunde-se com outros termos também pertencentes ao mesmo universo, o ideológico.

No sentido mais amplo, pode-se entender a ideologia como visão, uma concepção de mundo de uma comunidade numa determinada circunstância histórica. Essa compreensão exige a vinculação da linguagem e ideologia uma vez que a linguagem configura a instância em que a ideologia se materializa.

Os moradores do Estrela da Vitória definem o termo relacionando-o diretamente às condições físicas do assentamento popular, como no entendimento do sujeito Joel:

Houve ocasião que jogavam lixo inclusive o da cidade no lugar onde tinha havido uma erosão próxima do Volta Grande que não está bem no meio do Estrela da Vitória, talvez alguma parte bem no fundo teria algum vestígio desse lixão tinha esse lixo lá por ocasião do governo Wagner Nascimento e outros governos. Uma irresponsabilidade pública o que eles faziam, mas isso não é bem dentro do Estrela da Vitória, pega nas proximidades (JOEL).

Para o professor entrevistado, a questão relaciona-se com política municipal de infra-estrutura urbana:

Ninguém sabe sobre o tipo de lixo, a cidade não tem aterro sanitário ela está construindo o primeiro agora, eles falam que o lixão só pega um pedaço da área, uma parte pequena da área que era um lixão. (JOSÉ CARLOS BEZZON)

A escolha do local, do solo público a ser ocupado para assentar a família, construir a moradia, no discurso das instituições parceiras e também dos moradores está relacionada com a origem e com a prática tradicional de ocupação exercida pelos moradores:

Muito deles vem do Parque das Américas que é perto, é aquele bairro lá do lado que é um bairro que tem três invasões legalizadas..., Consolidadas! Eles ocuparam lá por essa proximidade por estar dentro da malha urbana; está dentro do anel viário, mas está dentro da cidade ao lado da BR 50 que é uma rodovia federal. (JOSÉ CARLOS BEZZON)

A justificativa da escolha do lugar se mistura com a necessidade e com o ímpeto de luta por acesso ao direito social através da mobilização e enfrentamento coletivo:

A necessidade de um lugar para morar, a localidade que facilita morar, ir ao trabalho, pois está no centro da cidade, perto do distrito industrial e porque se criou um amor à luta, ao movimento, esse sentimento que essa luta pertence à vida deles e não o fato daquele lugar não poder ser deles [...] é implicância do prefeito e isso é claro para a comunidade, que não existe um impedimento real para que não possam ficar ali. (JOEL)

Esse feixe de enunciados amarrados, entrelaçados, compostos a

partir da adoção da categoria da qualidade de vida, pode exemplificar a articulação proposta entre linguagem e ideologia, e mais, permite acrescentar nesse binômio a inferência do nível de consciência desses sujeitos atores.

Em verdade, o acesso, tem muito mais a ver com um elemento importante que fomenta o debate sobre inclusão social proposto por Milton Santos (2000):

O território em si, para mim não é um conceito. Ele só se torna um conceito utilizável para a análise social quando o consideramos a partir de seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam.

Assim, o espaço público ocupado pelos protagonistas dessa história configura o território objeto de disputas políticas e econômicas, referência espacial e possibilidade de conquista da demanda que os impulsiona. O termo ocupação manifesta essa condição – estar ocupando-denota uma função social para o ocupado e, o domínio do ocupante.

Elaborar políticas públicas a partir da vertente territorial pode significar modelos diferentes de gestão dessas políticas, ou seja, o debate político-ideológico se desenvolveria a partir da compreensão de que a referência é a territorial.

As diretrizes da política deveriam conter princípios diretivos que a qualificasse como capaz de intervir concretamente nas expressões da exclusão social, acolhendo os sujeitos na condição de protagonistas do processo de inclusão levando em conta a cultura regional mineira destacada pela sua perseverança, a influência da doutrina religiosa espírita na cidade de Uberaba, terra do expoente nacional da doutrina o médium Francisco Xavier, que nos seus desígnios fortalece a ação do homem e o responsabiliza inteiramente pelos

resultados.

E ainda, o perfil da população que pertence a estratificações miseráveis da classe trabalhadora, são na grande maioria oriundos da zona rural das cidades mineiras, desempregados, sem formação profissional, pouca ou nenhuma escolaridade, e ainda identificar e estimular o comprometimento e participação dos indivíduos no processo de conhecimento e intervenção na realidade em que vivem.

A lógica excludente com que tem vivido essa comunidade expressa o modelo perverso de desigualdade social inerente ao modelo de urbanização adotado no Brasil

A precariedade das condições em que vivem as famílias por absoluta ausência de saneamento básico no local, complexificada pela presença de vestígios de remanescente do que possa ter sido um lixão no passado torna público a perversidade e, mais ainda, a inércia das autoridades, dos intelectuais, dos agentes comunitários, enfim de todos que de algum modo trabalham com ou para essa comunidade.

Falar de qualidade de vida num contexto urbano destituído de política urbana que deveria não apenas estar atenta às condições individuais de vida dessas pessoas, mas também, as construções de relações acumuladas nessa sociedade destituindo de conceitos genéricos preconceituosos como invasores, miseráveis, entre outros e de modo efetivo garantir o acesso aos direitos básicos da cidadania através do protagonismo de um Estado mediador, evoca a recuperação dos conceitos de *urbanismo de risco e de exclusão territorial* de Dirce Koga (2002).

O urbanismo de risco em Dirce Koga (2002) configura o cenário

construído nas relações de produção capitalistas permeadas pelo imperativo do lucro e da mais-valia onde vivem os atores sociais em condições precárias de exclusão territorial, que é a distância existente entre uma minoria qualificada e uma maioria em condições urbanísticas precárias.

Para a autora a exclusão territorial não apenas expressa a desigualdade na distribuição da renda e das condições sociais como é ela em si a agente de reprodução dessa desigualdade.

O contraste urbano, entre áreas da cidade urbanizadas e aquela que mais se aproximam da idéia de um acampamento, existe em consequência da exclusão territorial, das pressões mobiliárias, da impossibilidade das pessoas arcarem com os custos de infra-estrutura.

A concretude desta lógica está na ocupação de áreas ambientalmente frágeis, expostas à fenômenos da natureza, e aquelas que teoricamente não poderiam ser urbanizadas.

A ocupação é justificada pelos seus agentes, pela não função social da área ocupada Assim, a estratégia se fortalece pela via da visibilidade que dá às condições insalubres em que são “obrigados a viver”, em consequência da convivência com os resíduos de lixo presentes, ainda, na área ocupada, fato que gera intenso desconforto e indignação de setores da sociedade influenciados pelo senso de solidariedade e compromisso técnico profissional, como no caso da intervenção acadêmica.

4.3 Investigação e intervenção

O contexto mais amplo de localização do nosso objeto de estudo

são as relações sociais contextualizadas no espaço urbano. A cidade – caracterizada como meio ambiente construído para facilitar a produção, a troca e o consumo, manifesta-se como organização social do espaço para a produção e reprodução capitalista e lócus determinante da divisão social do trabalho e das funções capitalistas como capital financeiro *versus* produção.

A urbanização é fator significativo na história e na transformação dos diferentes modos de produção, Marx e Engels em *A ideologia alemã*, refere-se ao antagonismo entre a cidade e o campo como resultado da transição entre barbárie e a civilização, antagonismo presente na história da civilização até os dias de hoje.

É nesse contexto teórico que se fixa o objeto deste trabalho para entender a sua condição de sujeito coletivo, que constrói a sua identidade através da sua organização e de práticas que objetivam defender os seus interesses e expressar as suas vontades e necessidades, pela via da luta cotidiana.

As instituições qualificadas como parceira desse sujeito, aproximam-se dele e intervêm a seu favor a partir de interesses institucionais, mas exalam o traço cultural da solidariedade com justificativa para a ação.

A igreja busca favorecer a vida, sobretudo das crianças e idoso, coloca-se como instrumento que busca na assistência e na formação religiosa a inclusão social.

Os partidos políticos representados por militantes políticos assentados no interior do movimento manifestam a legitimidade dos mesmos como socializadores de demanda que serão objeto de intenções de projetos políticos partidários que farão a diferença em disputas pelo poder local e, facilitadores do grande desafio que é administrar uma cidade, com orçamentos

apertados.

A universidade que tem sua razão na fabricação da competência humana histórica, para intervenção na sociedade, na modernidade, segmentou o conhecimento em vários departamentos, por isso a sua inserção junto ao movimento é referenciada pelos moradores na participação fragmentada dos cursos, como na voz do morador Mário:

A universidade nos ajudou muito em vários cursos, praticamente todos empenham... E já vai aí uns três anos a universidade ajudando o movimento. Foi uma grande parceria nesses quatro anos de ocupação, eu acredito hoje, que a estrutura que o movimento tem aqui dentro do Estrela da Vitória se dá graças a Deus, à universidade com o pessoal da terapia ocupacional, do serviço social, o pessoal da arquitetura, toda essa parceria fez o movimento chegar onde está hoje.

Embora os cursos representem-se no projeto da universidade, a aproximação entre a universidade e o movimento, contraditoriamente, se deu pelo interesse individual dos professores que buscavam desenvolver o conhecimento e as potencialidades dos alunos e favorecer oportunidade para a reconstrução dinâmica do saber através da sua inserção que facilitasse o confronto reconstrutivo da realidade.

No caso do Serviço Social, o impulso foi alimentado pela perspectiva metodológica da práxis que é a atividade objetiva dos homens socialmente unidos para a transformação do seu mundo ambiente natural e social, em síntese, relacionar a prática pedagógica com a reconstrução do conhecimento colocando-o a serviço do homem.

Tratou-se de propiciar circunstâncias comunicativas com acesso amplo a informação e, sobretudo acesso a pessoas e o grupo interessado porque assentados nas suas idéias sobre a realidade, investiam na sua transformação, na sua contínua autoprodução enquanto processo social.

Na relação com os sujeitos individuais e com o coletivo buscou-se concretizar o ideal de saber pensar à inovação imposta pelo conhecimento adquirido, combinando habilidades técnicas com o bem comum.

O curso de Arquitetura da Universidade de Uberaba foi o primeiro a se aproximar do movimento, orientado pelo interesse do professor pesquisador que qualifica a estratégia dos moradores como prática legítima de luta por direitos sociais, entre eles o de moradia para aqueles que não têm como comprar no mercado formal e precisa de algum modo realizar esse objetivo.

Pesquisando política e gestão urbana o arquiteto urbanista, professor do curso de arquitetura da universidade, inaugura a pareceria quando busca registrar todo o desenvolvimento do sujeito coletivo e verificar se consolida como um movimento e uma comunidade; se eles realmente conseguem consolidar e alcançar o objetivo de ter a posse da terra, transformando a ocupação num futuro bairro da cidade.

As causas da aproximação com a inserção dos alunos do curso de arquitetura no movimento tornaram-se fundamentos da intervenção, pois a relação é pedagógica, ou seja, esses alunos desempenham atividades pertinentes ao programa de iniciação científica, portanto pesquisadores orientados pelo professor coordenador da pesquisa.

As diretrizes do projeto pedagógico do curso de Serviço Social facilitaram a adoção do fenômeno urbano objeto desse estudo como espaço para o aluno construir conhecimento, sistematicamente sob a orientação do professor orientador, que através do processo de supervisão dos alunos orientou a prática profissional, no sentido de fazer emergir no aluno a familiaridade crescente com a prática da pesquisa entendida como instrumento técnico operativo do Serviço

Social.

A prática profissional supervisionada procurou romper com os limites da aplicação do conhecimento, e conquistar compreensão política nos discentes, para fundamentar as análises críticas da realidade e elaborar formas de intervenções transformadoras.

Assim, o protagonismo do Serviço Social junto ao movimento Estrela da Vitória se deu através da prática de estágio de alunos concluintes, que sob orientação dessa pesquisadora elaboraram estudos diagnósticos aproximativos e, concomitantemente, construíram junto com os sujeitos sociais propostas de intervenção.¹³

Como cerne do processo de aprendizagem, a experiência consagrou a importância do esforço individual e coletivo dos alunos que, sob orientação pedagógico-profissional, buscaram aprender a pensar e aprender a apreender fatores de suma importância para o futuro profissional de Serviço Social.

Considerando a perspectiva da produção do conhecimento no processo de transformação social – diretriz básica da intervenção na realidade social, faz-se necessário ratificar a idéia de que o conhecimento tem como objetivo a transformação da prática social, por isso é preciso mover-se sob a convicção de que o parâmetro da ciência codificada não pode ser entendido como

¹³ A prática profissional dos alunos nesse espaço gerou documentos e projetos como:

- - Histórico do assentamento Estrela da Vitória – recuperação histórica da ação dos moradores;
- - Projeto conhecimento em movimento com objetivo de socializar conhecimento para fortalecimento da participação popular;
- - Projeto de cooperativa de lixo;
- - Projeto de horta e cozinha comunitária;
- - Projeto “Ser cidadão” – objetivo principal propiciar a emissão de documentos pessoais para os moradores;
- - projeto “ações educativas na comunidade” – objetivo refletir sobre as condições de vida no assentamento e propor ações alternativas junto com os moradores.

única forma de conhecimento, urge reconhecer a importância de tantas outras formas de conhecimento geradas e sustentadas pelas mais variadas práticas sociais e pela diversidade de mundos culturais.

A fragmentação do conhecimento no espaço acadêmico e a conseqüente reprodução desse fato na prática interventiva no cenário do movimento social urbano influenciaram, significativamente, no desenvolvimento cotidiano dessa intervenção.

Sob a égide das especificidades de cada uma das disciplinas presentes, produziu-se uma investigação/intervenção que não valorizou a troca de saberes, fundamento base da interdisciplinaridade concreta.

A prática profissional materializou um espaço de ações fragmentadas em especialidades, assim, propostas da Arquitetura, propostas do Serviço Social não se desenvolveram numa perspectiva de complementaridade.

O esforço de discussão coletiva envolvendo os professores, alunos e moradores nas reuniões de assessoria e avaliação revelou-se insuficiente, demonstrando que na essência, a preocupação com a demarcação dos limites e atribuições específicas se reproduziram também nesse ambiente.

Desse fato é possível concluir que a construção do objeto de intervenção está assentada na intenção, apoiada na posição político-ideológico decorrente da visão de mundo e das finalidades a serem operacionalizadas através dos objetivos. A base que orienta estas definições estão assentadas nas aproximações teóricas adotadas como diretrizes.

A teoria deve ser transformada em ação política colocada em movimento, possibilidades materializadas pelos sujeitos sociais que não tiveram acesso aos bancos acadêmicos, no entanto, criaram e sustentam a estratégia

coletiva que concretiza esse ideal.

Os sujeitos sociais são indivíduos que constróem sua própria história através da ação transformadora que se materializa na produção e reprodução do conhecimento e na ação política de colocar o conhecimento em movimento. Essa prática é sempre mediatizada por um plano de análise que se constrói historicamente.

Essa concepção permite identificar os docentes da universidade como sujeitos sociais capazes de estabelecer uma relação objetiva entre o saber técnico e o saber popular para produzir um diagnóstico da realidade concreta e estruturar a ação profissional articulando a teia de relações, reinterpretando os limites e atribuições, historicamente situados, para a definição de estratégias específicas, que visem a transformação social a partir da complementaridade e cumplicidade dos saberes, viabilizando alianças para atender os interesses da classe trabalhadora.

O Movimento Social de Luta pela Moradia de Uberaba é entrelaçado por uma teia que abrange e exclui participantes ocasionais nos seus eventos e ações. São simpatizantes e colaboradores que apóiam o objetivo do movimento e ajuda a difundir seus direitos e demandas dentro das instituições e no interior de culturas predominantemente dominantes.

A universidade de Uberaba instituição cultural foi cooptada pelos objetivos do movimento Estrela da Vitória e reconheceu a legitimidade da demanda anunciada e denunciada. No entanto, a sua representatividade nesse ambiente, se deu de modo fragmentário como já dito anteriormente, e a ação coletiva, na sua expressão concreta demonstrou a sua condição de instituição iniciante nos processos de intervenção direta, prática comumente abraçada pelas

instituições educacionais públicas.

Esse fato é definido como responsável pelas dificuldades de abordagem e aplicabilidade dos preceitos técnicos do curso de arquitetura, por exemplo:

Acho que existe uma vontade de fazer, de transformar. Acho que nós temos a possibilidade de fazer isso, alcançar a comunidade; nós que estamos na universidade temos essa dificuldade de aproximação com a comunidade, também. (JOSÉ CARLOS BEZZON)

A expectativa que se impõe á ação do Serviço Social, enquanto parceiro da transformação social, está no papel de articulador para a elaboração, proposição e a intervenção compactuada com a ação dos diversos profissionais de outras áreas do conhecimento, com a intenção clara de complementação dos saberes.

Neste sentido, a intervenção do Serviço Social se destaca como referencial, à medida que põe em prática as estratégias metodológicas de sua abordagem, pode garantir a participação efetiva dos moradores assentados no processo de construção de espaço urbano digno, objetivando concretamente, o papel interventivo dos parceiros de luta.

SÍNTESE CONCLUSIVA E PERSPECTIVAS

Partiu-se do interesse de estudar a dinâmica de luta do movimento social urbano recortado no universo espacial contextualizado, para reconhecer as novas demandas que se impõe à profissão do assistente social que tem como objetivo a preservação, ampliação e efetivação dos direitos sociais a partir da análise crítica da realidade localizando no contexto sócio-histórico as demandas emergentes no cotidiano.

A definição do movimento social urbano estudado como prática social advém da convicção de que se trata de uma atividade do homem que permite o desenvolvimento social.

É atividade de expressão cultural que está investida da capacidade de religar as partes, que dá consistência a um cenário mais amplo que abarca atores que participam da sua construção cotidiana, é espaço para o exercício pleno de compreensão e transformação da sociedade.

Referendou-se o modo como os atores sociais, a partir do acúmulo histórico de conhecimento e experiências vividas, forjaram a experiência singular de enfrentamento da condição de excluídos pela via da luta coletiva, para a adoção do método materialismo histórico como base teórico-metodológica para analisar a prática social para o desenvolvimento humano.

A observação da base do método materialista histórico permite inferir que a materialidade do mundo, objetivada no contexto espacial e temporal do movimento uberabense condicionou e condiciona a consciência do indivíduo, que passa a refletir sobre a sua condição de vida a partir da correlação de forças

produtivas que impõe a subalternidade nas relações de classes.

Essa consciência determinou a adoção de parecerias institucionais que tem garantido a interlocução com visões e interesses diversos, estratégia fundamental para concretização dos objetivos definidos pelo sujeito coletivo.

O sentido dado à estratégia está fortalecido pela força da idéia que pretende introduzir mudanças no cenário de desigualdade e injustiça social, bases do sistema político-econômico que gerou o referido cenário, através do acesso e gozo dos direitos sociais universais.

A orientação metodológica levou a compreensão sobre o significado da presença da igreja, dos partidos políticos, da universidade, no agrupamento humano que quer produzir transformações importantes nos fundamentos materiais da sociedade em que estão inseridos.

A intervenção da igreja está voltada para o desenvolvimento *in loco* de uma política de assistência social coadunada com os princípios de conscientização através da evangelização, busca garantir a vida no sentido biológico, porque reconhece a fragilidade das condições econômicas e ambientais do território ocupado, palco da luta política.

A prática social é permeada por ações pontuais com objetivos claros do critério de utilidade da verdade, que transita entre o dogma e os propósitos particularizados de cada projeto em andamento no assentamento, como no fornecimento de sopas, construção da Igreja de Santa Bakhita com a participação direta dos moradores, organizados em mutirões, e desenvolvimento das atividades do programa pastoral da criança.

Os partidos políticos desempenham o papel de mediador nas relações institucionais entre os representantes do movimento urbano e as

superestruturas criadas pelo sistema.

A intervenção oscila entre participar do projeto político-cultural transformador e, a manutenção da ordem, como explica o sujeito representativo entrevistado:

O grande desafio nosso [...] nós temos que acostumar com isso porque a sociedade está passando por um processo de empobrecimento; o desemprego altíssimo, o pai de família depois de alguns meses desempregado, se não tem casa própria ele tem que procurar outra alternativa, então nós que estamos na vida pública temos que estar preparados porque esses movimentos tendem a aumentar e não diminuir e, que nós temos que estar preparados. (ANDERSON ADAUTO)

A intervenção acadêmica é significativa na capacitação instrumental dos moradores para o desempenho de suas atribuições singulares e coletivas no trato com a exclusão.

A dificuldade está assentada na reprodução na prática, da fragmentação dos saberes que se mostrou nociva à medida que prevaleceu no cotidiano da prática interventiva proposta para a efetivação dos objetivos de inserção consciente dos alunos e professores no projeto de luta daqueles moradores, práticas que se não contraditórias, revelaram na sua concretude contraposições teóricas que significaram o resultado.

Assim, identificamos o enfoque fenomenológico orientando a prática das disciplinas do conhecimento que atuam junto ao movimento, exaltando o conhecimento subjetivo expresso no discurso colocado em prática de que os sujeitos atores têm potencialidade para receber e absorver o conhecimento advindo da academia e, que desse modo ele é passível de ser conscientizado e socializado, o que representaria a principal arma de luta, “doada” pelos representantes desse conhecimento.

A vertente marxista, com a sua concepção materialista histórica, foi adotada como fonte teórica inspiradora das ações implementadas no assentamento, como possibilidade de entendimento da realidade social e como orientadora da sua prática profissional desenvolvida pelos estagiários de Serviço Social, que alinhou como principais objetivos o reconhecimento da liberdade, a defesa intransigente dos direitos humanos, a ampliação e consolidação da cidadania e a defesa dos ideais democráticos.

No desenvolvimento das ações propostas pelo Serviço Social depara-se com a fragrant contradição metodológica, ou seja, as perspectivas de atuação ampliada, de reflexão e luta, não apenas para um dos aspectos de interesse imediato da população, mas a necessidade de integração e associação de todas as questões pertinentes à condição de vida no espaço urbano.

Neste aspecto a intervenção do Serviço Social, no contexto da ação interdisciplinar, não se destacou como modelo que com a aplicação de suas estratégias metodológicas de abordagem, de mobilização para a participação e capacitação dos sujeitos, assumiu papel destacado no processo de intervenção, mas não conseguiu sedimentar, ou socializar idéias básicas de trato com as contradições sociais da problemática urbana.

Tal fato está fundamentado na provisoriedade com que é mantida a presença das disciplinas no assentamento; de fato, ela depende do interesse particular do professor ministrante da disciplina Classes e Movimentos Sociais e, ou do interesse acadêmico por projetos de pesquisas desenvolvidos sobre a temática, bem como, da fragilidade teórica, ou seja, os preceitos da dialética marxista, as bases do materialismo histórico que ainda, carecem mais bem estudados para concomitante exercício prático, resultando na real possibilidade de se colocar a teoria em movimento porque as várias formas de conhecimento só têm sentido na conexão com a atividade prática, já que a coerência abstrata, a demonstração teórica desligada da atividade social e da verificação prática tem valor questionável, se adotamos a concepção marxista de que a essência da sociedade é práxis: ato, ação, interação.

A competência teórica viabiliza a diretriz política, definida para a profissão dos assistentes sociais, do compromisso constante com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual que o instrumentaliza, a vincular-se organicamente aos sujeitos coletivos para desenvolver reflexões sobre a realidade e sobre as condições de enfrentamento dos interesses.

A teoria colocada em prática no assentamento Estrela da Vitória mostrou que a luta empreendida tem alcances muitos mais amplos, ou seja, o Movimento de Luta pela Moradia de Uberaba empreende uma luta de classes, portanto uma luta política com interesses da classe trabalhadora como um todo, porque não é só a questão material que está em discussão e sim a condição de

igualdade no contexto da sociedade dividida em classes.

Essa reflexão está presente nas representações, nas percepções, concepções e juízos que elaboram da realidade objetiva vivida e contextualizada.

É essa consciência que os mantêm firmes no propósito de modificar as condições de vida sobrevividas das relações sociais forjadas pelo pensamento burguês cujo ponto de partida e objetivo estão assentados na apologia da ordem existente, ou pelo menos na demonstração da sua imutabilidade.

Materializam as relações inter-humanas que produziram para compreender, avaliar, propor e executar estratégias que combatam o projeto da sociedade burguesa onde os direitos são enfatizados como deveres—dever de manter-se nas áreas urbanas que não são do interesse do capital, dever de exercer o seu papel de oprimido e subordinado nas relações impostas pelo capital e que dão visibilidade e valor ao conceito de experiência vivida; a condição de vida condicionada pela exclusão total fortalece os seus discursos e ações que têm caráter coletivo impulsionando o modelo político brasileiro para democracia participativa.

Embora, devemos reconhecer que há um pragmatismo predominante no interior do movimento, impedindo que a produção intelectual se transforme em produção material, que o conhecimento, enquanto método, não adotou ainda a sua processualidade como processo educativo capaz de concretizar a concepção coletiva de cidadania que transcenda a reivindicação, ao acesso, inclusão e participação e pertencimento a um sistema político dado, mas sim, o que almejam é a participação na definição do sistema, querem garantia da condição de membros de uma nova sociedade, onde o reconhecimento dos direitos de cidadania, definidos pela sua prática na condição de excluídos, aponta para transformações radicais na nossa sociedade, principalmente em sua estrutura de relações de poder.

Essa nova cidadania pode ser alcançada, por exemplo, através de práticas políticas fundadas no pensamento de destruição do Estado burguês – onde os setores populares e as suas organizações possam abrir espaço para o controle de um Estado democrático, mediante a participação efetiva desses cidadãos no poder.

Nesse sentido é clara a contestação das relações de poder existentes por parte dos mineiros uberabenses organizados no movimento urbano

de luta pela moradia.

Com efeito, a luta urbana é epistemológica da política cultural. A cultura é política porque os significados são constitutivos dos processos que, interna ou externamente, buscam redefinir o poder social, isto é, ele vem apresentando concepções alternativas para os termos democracia, cidadania, direitos sociais que tem desmascarado os significados culturais dominantes, por isso dão materialidade a uma política cultural que confronta a cultura autoritária, por meio da atribuição de novo significado para as noções do direito à terra, entre o que é espaço público e privado, formas de sociabilidade e igualdade, portanto, o movimento em si é expressão de alternativa política quando revela os significados ocultos do político contido no social, o descaso com política setorial para a habitação revelado pelo movimento se converte em denúncia sobre o modo de gestão do Estado burguês e ao mesmo tempo se reveste de maior estímulo pela luta singular e coletiva.

A presença da universidade nesse contexto tem papel fundamental se materializar uma intervenção para a autonomia, para a liberdade, contrária a participação que vise a obediência que condiciona a cidadania outorgada pelo Estado burguês, e nesse aspecto ao Serviço Social é atribuído o papel de articulador da equidade e justiça social, através da orientação e capacitação dos atores agentes para a materialização de uma nova ordem societária, princípios profissionais que, se colocados em prática num movimento que se oriente pela concepção teórica de que a evolução histórica dos homens depende da prática social desses homens, qualificada como estratégia para o desenvolvimento da humanidade.

A atividade que o Serviço Social proporcionou serviu de estímulo para a comunidade continuar a luta e isto tem muito valor para quem é de

movimento, muitas vezes a comunidade chega a um ponto de desencorajamento, se afunda, e o Serviço Social teve participação importante nesses momentos que representou conquistas concretas. Para a comunidade ele é uma força nova, uma força diferente! (JOEL)

Atribuir sentido as indagações alinhadas para dar concretude aos objetivos deste estudo remete ao reconhecimento de que o refluxo vivido pelos movimentos sociais brasileiros, principalmente após a década de 1990, reveste-se de condição imposta pelo contexto sócio-político do cenário nacional.

Representa estratégia político-ideológica materializada por indivíduos reais, concretos, membros constituintes da classe trabalhadora que expressam o conhecimento, a diversidade cultural e a intenção, objetivados numa ação coletiva que visa a defesa dos interesses comuns da classe, nas suas relações com o Estado, e com outras classes.

Enquanto sujeitos sociais construtores da sua própria história e, da história da humanidade como um todo, coloca-se em movimento para numa ação coletiva, objetivar interesses e necessidades comuns.

Os movimentos sociais, de qualquer tempo histórico têm como principal desafio desbravar os caminhos para a construção de um novo ideal societário, mobilizando a participação consciente, fixando objetivos mediatos e imediatos, concretizando-os através da definição competente de métodos e parcerias que, em movimento é ação transformadora.

Às instituições sociais, aos intelectuais, aos indivíduos, que de modos diferentes participam do ideal de transformação social, está colocado o desafio: a inserção efetiva e reveladora no projeto histórico dos movimentos sociais – a transformação do modelo societário imposto pelo sistema de produção capitalista e suas decorrentes contradições.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

ACSELRAD, Henri (Org.). **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ADAM, Kuper. **Cultura**: a visão dos antropólogos. Bauru, EDUSC, 2002 – (Coleção ciências sociais).

ALVAREZ, Sônia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**: novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

AMANN, Safira Bezerra. **Movimento popular de bairro**: de frente para o Estado em busca do parlamento. São Paulo: Cortez, 1991. ABREU, Marina Maciel. **Serviço social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. 9. ed. – São Paulo: Cortez, 1997.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Bomtempo, 2000.

_____. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

AQUINO, Rubim S. *et all.* **Sociedade brasileira**: uma história através dos movimentos sociais – da crise do escravismo ao apogeu do neoliberalismo. Rio de Janeiro: Record, 2000.

ARCOVERDE, A.C.B. **O coletivo ilusório**: uma reflexão sobre o conceito de comunidade. São Paulo: Universitas, 1985.

_____. Desenvolvimento de comunidade e movimentos sociais. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 1994, n.44, p.141-153. .

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide A. de Souza. **Fundamentos de metodologia científica**: um guia para a iniciação científica. 2. ed. São Paulo: Makron, 2000.

BASTOS, Elide Rugai. Para análise dos movimentos sociais. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 4, n.13, dez., 1983. p. 83-106

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2003.

BERGER, p. Curmann. **A constituição social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985

BÓGUS, Lúcia M.; WANDERLEY, Luiz E. **A luta pela cidade em São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1992.

BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

BOSCHI, Renato Raul (Org.) **Movimentos coletivos no Brasil urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983. (Série debates urbanos, 5).

BOTTOMORE, Tom (editor). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 8.ed. 2002. (Coleção pesquisas).

BRANT, Vinícius Caldeira; SINGER, Paul. (Org.) **São Paulo: o povo em movimento**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

BRITTO, L. N. **Política e espaço regional**. São Paulo: Nobel, 1986.

CADERNOS do Núcleo de estudo e pesquisa sobre identidade – NEP, o uso de abordagens qualitativas na pesquisa em serviço social: um instigante desafio. São Paulo PUC, n.1, maio 1994

CAMARGO, Candido Procópio Ferreira de et al. **São Paulo 1975 crescimento e pobreza**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 1976.

CARLOS, A. F. **Espaço e indústria**. São Paulo: Contexto, 1990.

CASTELLS, Manuel. **Problemas de investigação em sociologia urbana**. Tradução de Lemos de Azevedo. Lisboa: Presença, 1975.

CASTORIÁDES, C. **A instituição imaginária da sociedade**. 2. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 1990, p. 39-60.

CONGRESSO Brasileiro de Assistentes Sociais. **O serviço social nas relações sociais: movimentos populares alternativos de políticas sociais**. São Paulo: Cortez. ANAS – Associação Nacional pró-federação dos assistentes sociais(Coord.), 1989.

COSTA, Sérgio. Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. **Novos estudos**, março./1994, n.38. p. 38-51.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Democracia e socialismo: questões de princípios & contexto brasileiro**. São Paulo: Cortez, 1992. (Coleção polêmicas do nosso tempo, v.51).

CUNHA, João Gilberto Rodrigues. **O triângulo de bermudas: causos e histórias do triângulo mineiro**, São Paulo: Peirópolis, 2001.

CURSO DE SERVIÇO SOCIAL, Universidade de Uberaba, projeto pedagógico, Uberaba, 2002.

DAGNINO, Evelina (Org). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DEMO, Pedro. **Pesquisa princípio científico e educativo**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2001. (Biblioteca da educação, série 1. Escola, 14).

_____. **Avaliação qualitativa**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 1999.

_____. **Conhecimento moderno: sobre ética e intervenção do conhecimento**. 4. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **Participação comunitária e constituição: avanços e ambigüidades**. Política Social em Debates, n. 2, NEPPO/UNB, B.H. 1970.

DESTREMAU, Blandine e SALAMA, Pierre. **O tamanho da pobreza**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

DOIMO, Ana Maria. **Movimento social urbano, igreja e participação popular**. Petrópolis: Vozes, 1984.

DONZELI, Edna Maria. **O pensamento moderno no serviço social: estudo epistêmico dos esforços de construção da especificidade profissional**. 2004. 222f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de História, direito e Serviço Social da Universidade Estadual Paulista, Franca, 2004.

EVANGELISTA, João Emanuel. **Crise do Marxismo e irracionalismo pós-moderno**. 2.ed, São Paulo: Cortez, 1997. (Questões de nossa época, n.7).

EVERS, Tilman. A face oculta dos novos movimentos sociais. **Novos estudos**. n.4, abril, 1994. p. 11-23

FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade**. São Paulo: Nacional/EDUSP, 1973.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural e liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p.65-85.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Teoria e política do desenvolvimento econômico.** 2. ed. São Paulo: Nacional, 1968.

_____. **A fantasia organizada.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Estudos Brasileiros, 89).

GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Org.). **Educação comunitária e economia popular.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999. (Questões da nossa época, 25).

GOHN, Maria da Glória. **A força da periferia:** a luta das mulheres por creches em São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1985.

_____. **Conselhos gestores e participação sóciopolítica.** São Paulo: Cortez, 2001

_____. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil.** São Paulo: Loyola, 1995.

_____. **Movimentos sociais e educação.** 4.ed. – São Paulo: Cortez, 2001. – (Coleção questões da nossa época; v.5)

_____ (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI:** antigos e novos atores sociais. Petrópolis, Vozes, 2003.

_____. **Reivindicações populares urbanas:** um estudo sobre as associações de moradores de São Paulo. São Paulo: Cortez, 1982.

_____. **Teorias dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

GOLDMAN, L. **Dialética e cultura.** 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pensamento dialético e sujeito transindividual.** In: _____ a criação cultural na sociedade moderna: por uma sociologia da totalidade: difusão Européia do Livro – 1972 p. 79/100

GORZ, André. **Crítica da divisão do trabalho.** São Paulo: Martins Fontes, 1980.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano.** São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Técnica e ciência como ideologia.** 7. ed. Lisboa, Presença, 1987.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade.** São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. O trabalho, o capital e o conflito de classe. **Espaços e Debates.** São Paulo: Cortez, 1982, p.6-35.

HELLER, Agnes. **O homem do renascimento**. Tradução de Conceição Jardim; Eduardo Nogueira. Lisboa: Presença, 1982

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

IANNI, Octávio. **Dialética e capitalismo**: ensaio sobre o pensamento de Marx. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. **A formação do Estado paulista na América**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____. Sociedade civil e estado. In: **Classes e nação**. São Paulo: Vozes, 1985.

JAGUARIBE, Hélio. **Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

_____ *et all.* **Brasil**: reforma ou caos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

_____. **Alternativas do Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.

JORGE, Maria Rachel Tolosa (Org.) **Serviço Social e práticas profissionais**. Franca: UNESP-FHDSS, 1998.

JOSÉ FILHO, Mário. **Participação Social na Educação**: desafios à cidadania. 1992. Dissertação de (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica – Campinas, São Paulo.

KOGA, Dirce. Cidades entre territórios de vida e territórios vividos. **Serviço Social & Sociedade**, v.22, n. 72, p. 22-52, nov. 2002.

KOWARICK, Lúcio. **Escritos urbanos**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura**: um conceito antropológico. 16. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

LEFEBVRE, Henri. **Sociologia de Marx**. Rio de Janeiro: Forense. s/d, p.;17-41.

_____. **A cidade do capital**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP/A, 2001.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**: os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Ciências Humanas, 1979.

MACHADO, Leda Maria Vieira. **Atores sociais**: movimentos urbanos, continuidade e gênero. São Paulo: Annablume, 1995.

MACHADO, José Pais. **Vida cotidiana**: enigmas e revelações. São Paulo: Cortez, 2003.

MARCELO, Ridenti. **Classes sociais e representação**. São Paulo: Cortez, 1994. – (Coleção questões da nossa época. v.31).

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço social: identidade e alienação**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

MARTINS, Renato Silveira. Pastoral operária e o movimento operário. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano VI, n.18, agosto, 1985.

MARX, Karl e ENGELS Friederich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MARX, Karl. **O dezoito brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Centauro, 2003

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) **Pesquisa social, método e criatividade**. Petrópolis, MINAYO, 2002

_____. BARROS. Elisabeth. A quem cabe garantir o direito à vida? Nas entranhas dos muito brasis. **Tempo e presença**, v. 19, n. 294, ag. 2001. p. 05-12

MINAS GERAIS. Conselho Regional de Serviço Social, 6. **Coletânea de Leis**. Belo Horizonte: CRESS, 2004

MOISÉS. José Álvaro et all. **Contradições urbanas e movimentos sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. São Paulo: Cortez, 2002.

NETTO, J. P. Transformações societárias e serviço social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, n. 30, p. 87-132, abr. 1996.

_____. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

O SERVIÇO SOCIAL NAS RELAÇÕES SOCIAIS: **movimentos populares e alternativos de políticas sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez: ANAS – Associação Nacional Pró-Federação aos Assistentes Sociais (Coord), 1989. ANAIS DO V Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

OLIVEIRA, Francisco. O Estado e o urbano. **Espaço e debates**. São Paulo: Cortez, n.6, p. 36-84, 1982.

ORLANDI, Eni Pucinelli. **Discurso e leitura**. Campinas, UNICAMP, 1988. (Passando a limpo).

PAMPERMAYER, Malori José (Org.) **Movimentos sociais em Minas Gerais**. Belo Horizonte: UFMG, 1987.

PEREIRA, William César Castilho. **Na trilhas do trabalho comunitário e social:** teoria, método e prática. Belo Horizonte: PUC-MG, 2001

PONTES, Hildebrando. **História de Uberaba e a civilização no Brasil Central.** Academia de Letras do Triângulo Mineiro, Uberaba, 1970.

PONTES, Reinaldo Nobre. **Mediação e Serviço Social:** um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo serviço social. São Paulo: Cortez, 1995.

QUEIROZ, Maria Isaura P. **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva.** São Paulo: Queiroz, 1991 (Biblioteca básica de ciências sociais; série 2, v. 7).

QUINTANEIRO, Tania et al. **Um toque de clássicos:** Durkheim, Marx e Weber. 2. ed. São Paulo: Makron, 2000.

RIBEIRO, Luís César de Queiroz (Org.). **Desigualdade e governabilidade.** Rio de Janeiro: Revan, 2000.

RIDENTI, Marcelo. **Classes sociais e representação.** São Paulo: Cortez, 1994. (Coleção questões da nossa época), v. 31.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice:** o social e o político na pós-modernidade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SANTOS, M. **O espaço e a noção de totalidade.** In _____. **A natureza do espaço:** técnica e tempo razão e emoção. 2. ed., São Paulo: Hucitec, 1997. p. 92-103.

_____. **Por uma outra globalização:** do pensamento único a consciência universal. 3. ed. R.J: Record, 2000.

SCHERER, Warren. **Redes de movimentos sociais.** São Paulo: Loyola, 1993.

SERVIÇO SOCIAL & REALIDADE. Franca: UNESP, v.5, n. 2 1996. 222p.

SERVIÇO SOCIAL & REALIDADE. Franca: UNESP, v.7, n.1, 1998. 252 p.

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, v.9, n.28, 1988. 154 p.

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. São Paulo: Cortez. v.10, n.29, 1989.160 p.

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, v.23, n. 72, 2002.191 p.

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. São Paulo: Cortez, v.25, n. 78, 2004. 200 p.

SERVIÇO SOCIAL & SOCIEDADE. São Paulo:Cortez. v. 25, n.79, 2004. 207 p.
ESPECIAL

SILVA, Maria Ozanira da Silva e (coord). **O Serviço social e o popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Política habitacional brasileira: verso e reverso**. São Paulo: Cortez, 1989.

SINGER, Paul. **Economia e política de urbanização**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1975.

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 7 ed. São Paulo, Cortez, 2000.

SODRÉ, N. W. **Síntese da história da cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOUZA, Marcelo José Lopes. **Urbalização e desenvolvimento no Brasil atual**. São Paulo: Atica, 1996. (Série Princípios, n.252).

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987. 3v. (Coleção oficina da história, v. 1).

TRAGTENBERG, M. **Administração, poder e ideologia**. São Paulo: Moraes, 1980.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIEIRA, Liszt . **Cidadania e Globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

WANDERLEY, Mariângela Belfiore. **Metamorfose do desenvolvimento de comunidade e suas relações com o serviço social**. 2. ed. – São Paulo: Cortez, 1998.